

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

JOSIMAR MONTEIRO SANTOS

**HORIZONTE HUMANISTA E FENOMENOLOGIA NA GEOGRAFIA:  
O Problema da Assimilação Humanista do Pensamento de Martin  
Heidegger**

VITÓRIA  
2017

JOSIMAR MONTEIRO SANTOS

**HORIZONTE HUMANISTA E FENOMENOLOGIA NA GEOGRAFIA:  
O Problema da Assimilação Humanista do Pensamento de Martin  
Heidegger**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração Natureza, Produção do espaço e Território.

Orientador: Prof.º. Dr. Luís Carlos Tosta dos Reis.

VITÓRIA

2017

**HORIZONTE HUMANISTA E FENOMENOLOGIA NA GEOGRAFIA:  
O Problema da Assimilação Humanista do Pensamento de Martin  
Heidegger**

JOSIMAR MONTEIRO SANTOS

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovado em 08 de dezembro de 2017 por:

---

Orientador: Prof.º Dr. Luís Carlos Tosta dos Reis  
(PPGG-UFES)

---

Prof.ª Dr.ª. Ana Lucy Oliveira Freire  
(PPGG-UFES)

---

Profº Dr. Christian Jean-Marie Boudou  
(UFS)

## **AGRADECIMENTOS**

Ao orientador desse trabalho, mestre e amigo professor Tosta, tenho um profundo sentimento de gratidão pelos ensinamentos tanto do âmbito acadêmico assim como da própria vida nesses anos de convivência.

A todos os meus familiares que fazem desse mundo tão estranho um lugar mais familiar. De modo muito especial a minha mãe Maria Inês Monteiro e meu irmão Leonardo Monteiro com quem o cotidiano se torna algo mais agradável e a vida mais simples e amorosa.

Aos amigos da graduação, Luís, Edilene, Jenaffer, Miguel, Gleiciane, Elvis, Aleksandro, Weslei, Paulo Cesar (PC), Bruno Ricardo (in memoriam) pelas inúmeras conversas e aprendizados.

Ao amigo Thiago Guerim com quem dividi um pouco das crises existenciais de um jovem pesquisador.

Aos membros da banca examinadora, pelo tempo dedicado à apreciação deste trabalho e pelas contribuições.

Ao professor Fernando Pessoa do departamento de filosofia, cuja as aulas sobre Heidegger foram essenciais para o desenvolvimento dessa pesquisa.

Aos amigos da secretaria de educação da Prefeitura de Viana, pelo apoio e pela compreensão.

A CAPES pelo apoio financeiro.

Ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) pela oportunidade.

*Por enquanto, desejo apenas deixar claro de que maneira a fenomenologia também não se equipara necessariamente com o humanismo. No final, espero tornar esta afirmação mais radical e, através de Heidegger, mostrar: [...] a fenomenologia nunca pode ser um "humanismo".*  
*John Pickles, 1985.*

## RESUMO

A pesquisa proposta se estabelece pela relação entre dois elementos básicos, por um lado o horizonte humanista na Geografia e, por outro lado, a fenomenologia. A articulação desses elementos na pesquisa proposta se dá através da problematização da leitura humanista dispensada ao pensamento de Heidegger no horizonte humanista da ciência geográfica. O objetivo geral da pesquisa consiste em ratificar que o pensamento de Heidegger é frontalmente incompatível com qualquer modalidade de Humanismo - a despeito do fato da própria constituição da Geografia humanista, na década de 1970, tenha se desenvolvido através da filiação à fenomenologia, destacando-se, nesse contexto, a referência expressa à obra de Heidegger. Esse objetivo se justifica quando se observa o estado da arte atual sobre o assunto na disciplina, na medida em que, não obstante a referida incompatibilidade já tenha sido trazida à tona no debate interno da ciência geográfica, de modo patente, desde meados da década de 1980, a requisição ao pensamento de Heidegger como matriz fenomenológica para a perspectiva humanista permaneceu se reproduzindo nas décadas subsequentes, como atestam publicações recentes que incidem na filiação ao filósofo para fomentar a perspectiva humanista na geografia. Trata-se de uma leitura particularmente recorrente nos rumos que, sobretudo a partir da década de 1990, se desenvolveu na pesquisa brasileira vinculada à Geografia humanista. Pretende-se, desse modo, contribuir à pesquisa geográfica sobre o assunto, evidenciando que a leitura humanista do filósofo tende a obstruir o propósito primordial que deveria conduzir a relação entre uma ciência particular, no caso a Geografia, e o pensamento de Heidegger, a saber: “reabilitar” a investigação sobre a fundamentação ontológica da respectiva ciência. Isso implicaria a necessidade de o geógrafo assumir, antes de tudo, a *analítica do ser-aí* (exposta de modo paradigmático em “**Ser e Tempo**”) como fio condutor à investigação ontológica através da fenomenologia-hermenêutica de Heidegger, na medida em a referida analítica constitui, para o filósofo, a fonte da ontologia fundamental de onde todas as ontologias derivariam.

**Palavras Chaves:** Geografia humanista; Fenomenologia; Heidegger.

## ABSTRACT

The proposed research is established by the relation between two basic elements, on one hand the humanist horizon in Geography, and on the other hand the phenomenology. The articulation of these elements in the proposed research is made through the problematization of the humanist reading dispensed to the thinking of Heidegger in the humanist horizon of the geographic science.

The general objective of the research is to confirm that the thinking of Heidegger is frontally incompatible with any modality of Humanism, in spite of the fact that the very constitution of Humanist Geography in the 1970s has developed through affiliation with phenomenology, highlighting in this context the express reference to the work of Heidegger. This objective is justified when the current state of the art on the subject in the discipline is observed, although this incompatibility has already been brought to the surface in the internal debate of geographical science in a clear way since the mid-1980s. The request for the thinking of Heidegger as a phenomenological matrix for the humanist perspective remained reproducing in subsequent decades as recent publications attest to the affiliation of the philosopher to the humanist perspective in geography. This is a recurrent reading in the directions that has developed in the Brazilian research linked to humanistic Geography especially since the 1990s.

In this way, it is intended to contribute to the geographic research on the subject, evidencing that the humanist reading of the philosopher tends to obstruct the primary purpose that should lead to the relation between a particular science, in this case Geography, and Heidegger's thought, the know how to: “rehabilitate” research on the ontological basis of the respective science. This would imply the need for the geographer to assume the *analytic of being-there* (exposed paradigmatically in “**Being and Time**”) as the guiding thread to ontological investigation through phenomenology-hermeneutics of Heidegger; for the philosopher, the source of the fundamental ontology from which all ontologies would derive.

**Key words:** Humanist Geography; Phenomenology; Heidegger.

## Sumário

1. INTRODUÇÃO .....	9
2. EXPOSIÇÃO DOS ELEMENTOS BÁSICOS DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA ..	13
2.1 – Da incompatibilidade crassa entre Heidegger e o Humanismo .....	13
2.2 – “Fenomenologia geográfica” ou “Geografia fenomenológica”? Uma distinção fundamental estabelecida por Pickles (1985) .....	17
2.3 – Fenomenologia: Breve nota sobre o significado do rótulo.....	24
2.4 – Elementos irredutíveis da fenomenologia-hermenêutica de Heidegger .....	26
3. GEOGRAFIA HUMANISTA-FENOMENOLÓGICA: EXCURSO SOBRE A SUA HISTÓRIA E INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO HORIZONTE HUMANISTA NA PESQUISA BRASILEIRA EM GEOGRAFIA .....	31
3.1 Alguns ponderações iniciais .....	31
3.2. Gênese do horizonte humanista da Geografia: Uma apreciação sintética.....	32
3.3. A Gênese do horizonte humanista na pesquisa brasileira em Geografia.....	38
4. A REPRODUÇÃO DA LEITURA HUMANISTA DE HEIDEGGER COMO REINCIDÊNCIA DO HORIZONTE HUMANISTA NA “FENOMENOLOGIA GEOGRÁFICA” .....	43
4.1. Algumas observações sobre o plano expositivo do capítulo .....	43
4.2. O significado da leitura humanista de Heidegger na pesquisa recente em geografia humanista: um esforço de análise.....	47
4.3. A necessidade de legitimar a reabilitação do problema da fundamentação ontológica na Geografia através da fenomenologia-hermenêutica de Heidegger.....	59
5. O PROJETO FILOSÓFICO DE MARTIN HEIDEGGER NO CONTEXTO DA FILOSOFIA FENOMENOLÓGICA.....	63
5.1. Notas sobre o projeto filosófico de Edmund Husserl em meio ao problema da teoria do conhecimento no final do século XIX.....	63
5.2. O projeto filosófico de Martin Heidegger: a via da fenomenologia hermenêutica .....	67
5.2.1. <i>Fenomenologia “heideggeriana”</i> .....	67
5.2.2. <i>Hermenêutica fenomenológica de Heidegger</i> .....	70
5.2.3. <i>Fenomenologia hermenêutica e Ontologia Fundamental</i> .....	73
6. ELEMENTOS PARA A REABILITAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO ONTOLÓGICA NA GEOGRAFIA ATRAVÉS DA FENOMENOLOGIA-HERMENÊUTICA DE HEIDEGGER .....	76
6.1. O primado ôntico-ontológico do <i>ser-aí</i> .....	76
6.2. Elementos da <i>analítica do ser-aí</i> .....	79



6.3. A <i>analítica do ser-aí</i> como condição de reabilitação do problema da fundamentação ontológica na Geografia .....	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	91
REFERÊNCIAS .....	95

## 1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa aborda o tema da relação entre o horizonte humanista (ou geografia humanista) e a fenomenologia na Geografia, problematizando, mais especificamente, o papel que a assimilação da fenomenologia como uma vertente filosófica da geografia humanista exerceu na leitura humanista do pensamento do filósofo Martin Heidegger nesta disciplina.

A relação entre o horizonte humanista da Geografia e a fenomenologia – particularmente o pensamento de Heidegger - constitui um assunto que possui uma proveniência que já pode ser considerada extensa na história da disciplina. Destaca-se, contudo, o relevo que o tema assumiu no contexto da renovação que a disciplina conheceu de modo mais substantivo durante a década de 1970, sendo a filiação da geografia humanista à fenomenologia um componente, dentre outros, que integraram a referida renovação.

Frente a amplitude - e suposta complexidade<sup>1</sup> - do tema é de fundamental importância delimitar o escopo que a pesquisa proposta tem em vista, trazendo à tona os termos constitutivos da perspectiva estrita de problematização que se pretende desenvolver na dissertação.

Nesse sentido, o cerne da problemática que motiva a realização da pesquisa pode ser expressa nos seguintes termos: o modo com o qual se efetivou a assimilação da fenomenologia no contexto da constituição do horizonte humanista na Geografia na década de 1970, estabeleceu, na ciência geográfica, um perfil de interlocução com o pensamento de Heidegger que limitou o alcance de sua absorção no interior dessa ciência, pois, se desarticulou muito do que, sugere-se, deveria ser o propósito primordial que orientaria a interlocução de uma ciência particular com sua obra, qual seja – a reabilitação da investigação das bases ontológicas da respectiva ciência.

A problemática acima enunciada esboça, assim, uma hipótese que a presente pesquisa assume sobre o assunto: a investigação acerca da fundamentação ontológica constitui o cerne que uma ciência particular deve se concentrar na interlocução com o pensamento de Heidegger, na medida em que é somente através dessa investigação que o elemento fundamental do

---

<sup>1</sup> Faz-se aqui referência à “suposta complexidade” não para minimizar o caráter intrincado que, via de regra, é associado ao tema. De fato, em si, o tema traz consigo uma “atmosfera” dilemática. Contudo, sugere-se que essa aparência mais imediata, contrasta com o estado da arte em que, de fato, a pesquisa sobre o tema tem se efetivado recentemente. A este respeito, entendemos que é possível prestar uma contribuição, ainda que discreta, em função da maneira trivializada com a qual o assunto tem sido tratado - talvez, em função do “preconceito” de que se trataria de tema “obscuro” afastando assim o estímulo e interesse de pesquisadores sobre o assunto.

pensamento do filósofo pode ser dividido ao desenvolvimento consistente no âmbito de uma ciência específica – no caso, a Geografia. Porém, como será demonstrado pela presente pesquisa, desenvolver uma investigação acerca das bases ontológicas de uma ciência particular através da fenomenologia-hermenêutica de Heidegger implica, por sua vez, reconhecer a necessidade do geógrafo assumir a tarefa da *analítica do ser-aí*, enquanto condição de possibilidade à reabilitação do problema da fundamentação ontológica na geografia<sup>2</sup>.

Duas observações preliminares sobre a problemática precisam, desde já, serem trazidas à tona. Em primeiro lugar, cabe salientar que a exposição condensada da problemática da pesquisa, nos parágrafos acima, precipita de maneira intrincada uma série de noções (fundamentação ontológica; bases ontológicas da ciência; analítica do ser-aí) que somente através do próprio desenvolvimento do trabalho poderão ser efetivamente qualificadas em relação à significação que lhes é imputada na dissertação. Em segundo lugar, como será evidenciado no que segue, a problemática que se propõe desenvolver não é, absolutamente, convergente à abordagem que o horizonte humanista caracteristicamente dispensou ao pensamento de Heidegger. Ao contrário, a elaboração mesma da problemática da pesquisa adotou uma posição agudamente crítica acerca da “leitura humanista” que se dispensou – e ainda se dispensa - ao pensamento de Heidegger no horizonte humanista em Geografia. Contudo, a despeito de ser radicalmente divergente da leitura humanista do filósofo na Geografia, a perspectiva de problematização do assunto, esposada na presente dissertação é, deve-se ressaltar, amparada por contribuições que procuraram desenvolver um diálogo renovado com o pensamento de Heidegger na Geografia, como os trabalhos de John Pickles, Stuart Elden e Mikko Joronen – e que incitaram a realização da presente pesquisa nos termos propostos.

O objetivo principal da pesquisa consiste, assim, em demonstrar a pertinência da problemática e da hipótese que lhe dá sustentação, acima enunciadas. Para tanto, a pesquisa se desdobra numa dupla tarefa, que corresponde aos seguintes objetivos específicos: (i) constatar,

---

<sup>2</sup> Registro: É indispensável registrar que a hipótese orientadora dessa pesquisa acima enunciada precede, de fato, a realização dessa dissertação. Ela é um resultado dos anos de convivência e diálogos estabelecidos com o orientador desse trabalho, por meio do grupo de estudo que ele coordenou a partir do segundo semestre do ano de 2009. Foi através desse grupo de estudo que compreendemos a importância de Heidegger para o debate contemporâneo sobre ontologia e, conseqüentemente, suas possíveis repercussões para o debate mais restrito da ontologia na Geografia, assim como se tornou evidente a constatação da incompatibilidade entre o pensamento de Heidegger e o Humanismo. Incompatibilidade essa que inviabilizaria o recurso ao seu pensamento como base para fundamentação de uma perspectiva humanista no interior de uma ciência, tal como tem se reproduzido recorrentemente na geografia humanista brasileira. A hipótese acima enunciada, diretriz de toda a presente dissertação - e os termos básicos que lhe são constitutivos – foi preliminarmente apresentada por nós (de modo bastante condensado) no XII Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia (ENANPEGE) através de dois artigos desenvolvidos conjuntamente (SANTOS; REIS, 2017; REIS; SANTOS; 2017).

preliminarmente, a incompatibilidade do recurso ao pensamento de Heidegger como matriz para a fundamentação fenomenológica da geografia humanista, e; (ii) apontar o resgate da investigação ontológica desta ciência como uma alternativa que permite restabelecer um diálogo fecundo com o filósofo, o que supõe que o geógrafo assuma a *analítica do ser-aí* como uma tarefa legítima e imprescindível à investigação ontológica na geografia e, por isso, lhe dispense um tratamento relativamente autônomo – frente as demandas características da pesquisa aplicada e da epistemologia da geografia.

Para tanto a dissertação foi sistematizada em 6 capítulos principais. Os três capítulos seguintes (2, 3 e 4) são dedicados à consecução do primeiro objetivo específico, isto é, à ratificação da incompatibilidade entre o pensamento de Heidegger e o humanismo.

O capítulo 2 expõe essa incompatibilidade ao mesmo tempo em que fornece uma qualificação acerca do significado dos elementos e noções centrais da problemática da pesquisa, justificando, a propósito, através dessa depuração, a delimitação do escopo e limites da pesquisa. Trata-se, nesse capítulo de fornecer uma apresentação acerca do significado imputado a noções tais como “horizonte/geografia humanista”; “fenomenologia”; “fenomenologia geográfica”, etc. Destaca-se, nesse contexto, a apresentação da noção de “fenomenologia geográfica” nos termos que foi concebida por Pickles (1985) em sua obra **“Phenomenology, Science and Geography”**, porquanto a referida noção exerceu um papel absolutamente decisivo para elaboração da problemática da presente pesquisa. Como será observada, a pesquisa é absolutamente tributária do sentido que o referido autor atribuiu à ideia de “fenomenologia geográfica”. Em certa medida, a justificativa da realização da presente pesquisa reflete à pertinência da crítica contida na formulação da noção de “fenomenologia geográfica” para uma gama significativa de trabalhos recentes que abordam a relação entre o pensamento de Heidegger e a Geografia sob a via do horizonte humanista.

O capítulo 3 lastreia – a partir da contribuição seminal de Pickles - o aspecto da institucionalização na história do pensamento geográfico do horizonte humanista. O mesmo é desenvolvido em relação à constituição e institucionalização da geografia humanista no Brasil.

O capítulo 4 constitui o cerne da análise crítica proposta, na medida em que aponta as principais razões e, sobretudo, as consequências da leitura humanista do pensamento de Heidegger na geografia humanista – tendo como foco a problematização dessa situação em relação à geografia humanista brasileira. Como “saldo” das reflexões que encerram esse capítulo estima-se, sobretudo, ratificar a pertinência de reorientar a interlocução com o

filósofo na ciência geográfica, tendo em vista legitimar a reabilitação do problema da fundamentação ontológica desta ciência, legitimando, igualmente, a necessidade de o geógrafo assumir a *analítica do ser-aí* como uma via incontornável para a referida reabilitação através das coordenadas do pensamento de Heidegger.

Em demonstrando a validade dessa perspectiva, os capítulos 5 e 6 são dedicados à consecução do segundo objetivo específico, isto é: Os capítulos 5 e 6 correspondem aos termos dessa reorientação entrevista como necessária no que respeita o diálogo que a ciência geográfica pode estabelecer com Heidegger.

O capítulo 5 procura contextualizar a marca insigne que Heidegger imprimiu na filosofia fenomenológica, relacionando-o, portanto, com um panorama sintético acerca da fenomenologia em geral. Para isso, o capítulo retoma de maneira introdutória os aspectos centrais do programa fenomenológico husserliano. Depois busca reconstruir de maneira concisa o modo pelo qual essa tradição fenomenológica juntamente com a tradição hermenêutica se articularam no projeto filosófico de Heidegger que se traduziu em sua fenomenologia hermenêutica. Por fim, o capítulo pretende apontar que a fenomenologia hermenêutica designa no pensamento heideggeriano o próprio projeto de reabilitação da *questão sobre o sentido do ser* por meio de sua Ontologia fundamental.

O capítulo 6 concentra-se numa exposição da *analítica do ser-aí* como condição para a reabilitação do problema da fundamentação ontológica da ciência geográfica através da fenomenologia-hermenêutica de Heidegger. Por fim, nas considerações finais são apresentados os principais resultados do percurso investigativo, quando são levantados alguns questionamentos reconhecidos como relevantes para, estima-se, incitar a realização de pesquisas que permitam ampliar a investigação sobre o tema através da perspectiva entrevista como fecunda na presente dissertação.

Contudo, uma observação inicial para a presente pesquisa se faz necessária. A pesquisa não pretende estabelecer através da *analítica do ser-aí* um novo fundamento ontológico para Geografia que visaria fornecer novos recursos teóricos-metodológicos para a disciplina, numa perspectiva de um “novo paradigma”. De maneira preliminar, a pesquisa busca contribuir com o debate ontológico, hoje em curso na disciplina, por meio do estímulo do modo heideggeriano de investigação que sempre se orienta numa atitude regressiva, na medida que sempre busca as origens das questões e, desse modo, contribuir para o aprofundamento do tema investigado.

## 2. EXPOSIÇÃO DOS ELEMENTOS BÁSICOS DA PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

### 2.1 – Da incompatibilidade crassa entre Heidegger e o Humanismo

A incompatibilidade entre o pensamento de Heidegger e toda e qualquer forma de humanismo encerra uma crítica de base que a presente dissertação desenvolve sobre a leitura que foi dispensada ao filósofo no bojo do horizonte humanista na geografia. O presente item é dedicado à exposição prévia dessa crítica. Trata-se, assim, de trazer à tona, de maneira direta e sintética, a incompatibilidade patente entre o pensamento do filósofo e o humanismo<sup>3</sup>.

Para tanto, recorremos à posição sobre o assunto manifestada pelo próprio filósofo em seu livro **“Carta sobre o humanismo”**, publicado em 1947 no qual a referida incompatibilidade é por ele apresentada de maneira absolutamente impecável. Então, em meados da década de 1940, o referido livro tinha a clara intenção de sanar e retificar os equívocos que envolviam o entendimento sobre o modo com o qual o filósofo pretendeu pensar o homem em sua principal obra, **“Ser e Tempo”**, publicada em 1927. Assim, tendo como base o sentido radicalmente crítico que Heidegger imputa à “Metafísica”, reiteradamente criticada em toda sua obra como expressão do processo histórico- civilizatório do pensamento ocidental que se efetivou a partir do *esquecimento do sentido do ser*, o filósofo se posicionou acerca do humanismo nos seguintes termos:

Todo humanismo ou se funda numa metafísica ou se converte a si mesmo em fundamento de uma metafísica. Toda determinação da Essência do homem, que já pressupõe, em si mesma, uma interpretação do ente sem investigar – quer o saiba ou não – a questão sobre a Verdade do Ser, é metafísica. Por isso, a característica própria de toda a metafísica – e precisamente no tocante ao modo em que determina a Essência do homem – é ser ‘humanista’. Em consequência, todo humanismo permanecerá sempre metafísico. Ao determinar a humanidade do homem, *o humanismo não só não questiona a re-ferência do Ser à Essência do homem. Ele até impede tal questionamento uma vez que, devido à sua proveniência da metafísica, nem o conhece nem o entende.* (HEIDEGGER, 2009 [1947]pp. 37, grifo nosso)

E, mais adiante, o desacordo do filósofo quanto à possibilidade de submeter o seu pensamento a uma leitura humanista é trazido à tona de modo cabal, nos seguintes termos:

[...].. Nesse sentido o pensamento de *Ser e Tempo* é contra o humanismo. Essa oposição, todavia, não significa que um tal pensamento bandeie para o lado oposto do humano e preconize o inumano, defenda a desumanidade e degrade a dignidade do homem. Ao contrário. Pensa-se *contra o humanismo* porque o humanismo não coloca bastante alto a *humanitas* [humanidade] do homem”. (HEIDEGGER, 2009 [1947]pp. 50, grifo nosso).

<sup>3</sup> Consideramos, nesse momento da dissertação, expor de modo “econômico” a referida incompatibilidade, na medida em que será importante reservar a exposição mais extensiva e detalhada para o desenvolvimento da análise crítica, que será realizada no capítulo 3, acerca da reprodução, em estudos recentes, da leitura humanista do filósofo na geografia.

Não haveria, portanto, em consonância com o que o próprio filósofo chamou à atenção, como sustentar a pertinência de se recorrer ao seu pensamento ou a sua obra para amparar a constituição de uma “acepção” humanista da ciência e, por extensão, de aspirar uma filiação ao seu pensamento como matriz de uma “corrente humanista” na geografia. Isso somente poderia ser conduzido através de uma enorme distorção do modo com o qual o próprio filósofo se posicionou expressamente sobre o assunto.

Como pôde ser observado na citação acima o humanismo é exposto pelo filósofo como tributário de um modo de pensar o homem que, por um lado, não somente ignora *a questão acerca do Ser*, como impediria a apreensão do sentido da elaboração da questão. Como registramos em um outro trabalho (REIS; SANTOS, 2017) deve ser sublinhado que não se trata – de modo algum – de uma postura fortuita de Heidegger sobre o “tema” humanismo. Ao contrário, o que o filósofo registra sobre o “humanismo” na publicação citada (**“Carta sobre o humanismo”**) não é ratificada “ocasionalmente” nessa publicação, mas constitui um atributo absolutamente irreduzível de seu pensamento. Na medida mesma em que a elaboração da *questão do ser* constitui a diretiva de toda sua obra (BORHEIM, 1970), a crítica dispensada pelo filósofo ao humanismo é constitutiva da integralidade de seu percurso de pensamento e respectiva obra.

Seria necessário, tendo em vista a clareza com a qual Heidegger se exprimiu na citação acima, trazer à tona mais citações, seja da referida publicação ou de outras obras, para ratificar a profunda divergência de seu pensamento com o “humanismo”? Entendemos, sobretudo nesse momento da dissertação que não. Há, de fato, uma miríade de passagens nas quais o filósofo se exprime de forma tão clara quanto a passagem acima citada, acerca da incompatibilidade de seu pensamento com toda e qualquer forma de humanismo. São passagens que, não obstante a importância que possuem para ratificar a referida incompatibilidade, consideramos mais adequado reservá-las para o momento em que, no desenvolvimento da dissertação, será necessário estabelecer uma contraposição mais direta e frontal com estudos do “coletivo humanista” que, ainda recentemente, recorrem ao filósofo como “matriz” filosófico-fenomenológica para supostamente “fundamentar” o horizonte humanista na Geografia, seja enquanto insumo para fomentar o debate epistemológico, quanto, em igual medida, para amparar estudos de casos empírico-aplicados a partir da leitura “humanista” de Heidegger.

Entendemos como sendo mais oportuno, nesse item da dissertação, levantar alguns poucos questionamentos que, com base nas citações do filósofo destacadas acima, desde já não poderiam deixar de serem feitos, pelo quanto incitam a própria motivação da pesquisa: de

acordo com o que foi discreta e pontualmente indicado acima, com base na citação de uma publicação do próprio filósofo, cujo título, a propósito, evoca expressamente o conceito de “humanismo”, como foi possível manter, décadas a fio, a referência de seu pensamento como uma importante matriz do horizonte humanista na ciência geográfica?

À questão acima estaria associada a uma série de outras que apontam para o caráter problemático do fato de que o filósofo foi reiteradamente referido na historiografia da ciência geográfica (e isso em associação direta com outros ícones da fenomenologia, tais como Husserl; Merleau-Ponty; Sartre; etc.), como matriz para fundamentar uma “corrente humanista” nesta ciência. Dentre estas questões, sem dúvida, as mais relevantes teriam a ver com o próprio conteúdo do pensamento do filósofo – estes questionamentos, por sua vez, somente poderiam ser considerados de modo adequado a partir de uma exposição – ainda que sintética - dos elementos fundamentais do pensamento de Heidegger, para o quais foram reservados parte do capítulo 5 e, sobretudo, a integralidade do capítulo 6.

Para além dessas questões referentes ao conteúdo, observamos, contudo, que não é possível concluir esse item sem chamar à atenção para um aspecto que, associado aos questionamentos acima destacados, salta aos olhos quando se considera o problema trazido à tona. Trata-se destacar o “déficit” de tempo que envolve o problema, notadamente quando se observa que a reprodução da leitura humanista do filósofo continua vigente em estudos publicados recentemente e filiados ao horizonte humanista na Geografia. Tratar-se-ia de um “déficit” de tempo que abarcaria 70 anos, considerando a publicação de **“Carta sobre o humanismo”** em 1947! E, não sendo isso um lapso que por si só deveria gerar enorme perplexidade, caberia chamar à atenção que **“Ser e Tempo”** foi publicado em 1927 – portanto, há 90 anos – ou seja, praticamente um século! Caberia destacar que além de **“Ser e Tempo”** ser amplamente reconhecida como sua principal obra, no que concerne à discussão levantada aqui, é também a obra à qual o filósofo recorre expressamente na citação acima para ratificar a sua posição “contra” o humanismo – nos termos e sentido que o filósofo se expressou.

Seria, sem dúvida, possível objetar a pertinência do problema destacado no parágrafo acima considerando o fato de que, efetivamente, somente a partir da constituição da geografia humanista na década de 1970 a influência de Heidegger torna-se efetivamente substantiva na disciplina e, portanto, o problema da leitura humanista de Heidegger não remeteria, necessariamente, aos anos de publicação dos livros do filósofo acima citados, e, assim, o



problema do “déficit” de tempo da interpretação humanista do filósofo na Geografia somente poderia ser levado em consideração a partir da década de 1970.<sup>4</sup>

Mas, se a objeção acima procede - em se considerando o problema sob o ângulo estrito da história do pensamento geográfico - ainda assim, não teríamos ainda quase 5 décadas de pesquisa em geografia nas quais a leitura “humanista” do filósofo poderia ser questionada? <sup>5</sup>

A questão acima procede, pois, como será evidenciado no desenvolvimento do trabalho, o problema destacado nesse item não se limitou à “formação” do horizonte humanista em geografia na década de 1970. Absolutamente: como será ratificado nos capítulos seguintes, a despeito de estudos que observaram e criticaram o problema aqui destacado (PICKLES, 1985) a reprodução da interpretação humanista de Heidegger permaneceu vigente de modo insuspeito nas décadas subsequentes.

Além disso, é de fundamental importância destacar que a referida interpretação alimenta - reiteradamente - uma gama significativa de publicações recentes. Isso se verifica através de publicações que, sob expressa vinculação ao “coletivo humanista” – registram a importância da fenomenologia e, por extensão, de Heidegger à geografia humanista em graus de intensidade variada. A intensidade do registro varia em função do perfil dos trabalhos: envolve desde registros discretos e pontuais, regularmente em sinal de reverência à importância do filósofo para a Geografia humanista (AMORIN FILHO, 1999; GERALDES, 2011; HOLZER, 2016; MARANDOLA JR. 2013); passando por estudos de caso em geografia humanista cuja pesquisa é extensivamente tributária da assimilação de noções “heideggerianas” (BERNAL ARIAS, 2015; DE PAULA, 2010; DO CARMO, 2016; GALVÃO FILHO, 2016; MARANDOLA JR. 2003, 2014); chegando até às publicações de perfil “teórico-metodológico” que se concentram estritamente na interlocução direta com Heidegger, visando aprofundar o entendimento de seu pensamento como matriz fenomenológica da geografia humanista (MARANDOLA JR. 2005a, 2005b, 2005c, 2012, 2016; HOLZER, 1998, 2010a, 2010b; DAL GALLO, 2015; DAL GALLO; MARANDOLA

---

<sup>4</sup>Registre-se à exceção do interesse que a obra de Heidegger teria suscitado em geógrafos que antecederam à renovação humanista na geografia - sendo o caso mais emblemático, sem dúvida, da obra **“O Homem e a Terra”** do geógrafo francês Eric Dardel, convertido em “padrinho” ou precursor da abordagem humanista na Geografia, tanto quanto, pelo caráter precursor da interlocução com Heidegger (MARANDOLA JR. 2011; DAL GALLO; MARANDOLA JR. 2015b).

<sup>5</sup>E, acrescente-se, o que é mais substantivo de ser questionado: a leitura humanista não poderia ser suplantada por uma outra, consoante às diretrizes do próprio filósofo – suposto que seu pensamento possa ser em alguma medida fecundo para uma ciência?

JR, 2015a, 2015b). Isso - observe-se – passando sobejamente ao largo da patente oposição do filósofo ao humanismo, como foi registrado no início desse item.

Do exposto, trata-se de recolocar a questão, já enunciada acima, em função da pertinência que ela encerra para o tema: o que explicaria, no âmbito da ciência geográfica, a situação brevemente esboçada nesse item, sobretudo o quadro descrito nestes últimos parágrafos?

A questão acima aponta para o cerne da problemática da presente dissertação. Uma alternativa para ampliar o entendimento desta questão - bem como dos demais questionamentos que foram levantados ao longo do presente item da dissertação – remete à contribuição de John Pickles (1985) **“Phenomenology, Science and Geography”**, notadamente para a distinção que este geógrafo cunhou nesta obra entre uma “fenomenologia geográfica” e “geografia fenomenológica”. Como será observado, tanto a elaboração mesma da problemática da nossa pesquisa, quanto, sugere-se, o reconhecimento da legitimidade de levantar, atualmente, as questões acima arroladas sobre o tema, são, em grande medida, tributários da influência que a contribuição deste geógrafo suscitou na nossa trajetória de pesquisa sobre o assunto. Cabe, portanto, apresentar o elemento de sua obra que, de modo mais decisivo, tornou-se fecundo para a presente pesquisa.

## **2.2 – “Fenomenologia geográfica” ou “geografia fenomenológica”? Uma distinção fundamental estabelecida por Pickles (1985)**

Conforme indicado, o livro **“Phenomenology, Science and Geography”**, publicado por John Pickles em 1985, constitui uma obra de referência quando se trata do assunto da relação entre a Fenomenologia e a ciência geográfica. Trata-se, sem dúvida, de uma obra de síntese que realiza, até meados da década de 1980, uma das mais abrangentes revisões sobre o assunto na disciplina<sup>6</sup>.

Nesta obra, a produção bibliográfica então disponível sobre o tema é passada em revista minuciosa pelo autor, através de uma análise que se desenvolveu através de dois eixos fundamentais, quais sejam: por um lado o eixo da tradição da filosofia fenomenológica fundada por Edmund Husserl (e seus principais desdobramentos, dentre os quais Heidegger ocupa um papel de destaque no conjunto de sua análise); e, por outro lado, o eixo da própria história da ciência geográfica, sendo nítido o papel de referência estratégica que Pickles

---

<sup>6</sup> Desde a contribuição precursora de Eric Dardel, passando pela depuração das publicações pioneiras do humanismo em geografia (Edward Relph, Yi-fu Tuan, J. Nicholas Entrikin, A. Buttimer), até as obras de síntese publicadas até então (LEY; SAMUELS; 1978).

deposita à obra de Richard Hartshorne, **“The Nature of Geography”**, como fonte de acesso sintética à tradição mais remota da ciência geográfica<sup>7</sup>. O projeto encampado pelo autor para tratar o assunto é assim, de ampla envergadura: envolve a tradição fenomenológica, enquanto tal, e a ciência geográfica.

Contudo, a despeito da amplitude da pesquisa desenvolvida por Pickles no que concerne à revisão do assunto na história da ciência geográfica, desde a introdução do livro torna-se evidente a centralidade que a investigação sobre a Geografia humanista assume no plano de sua pesquisa, na medida em que é nesta vertente que se concentrou, de modo saliente, a relação entre a fenomenologia e a geografia.

Como indicado anteriormente, a presente dissertação constitui uma derivação direta de uma posição de princípio sobre o assunto estabelecida pelo referido geógrafo, qual seja, a distinção entre “fenomenologia geográfica” e “geografia fenomenológica”. Para além da aparência de um mero jogo semântico de palavras, as referidas noções apontam para uma perspectiva de análise crítica que permanece fecunda para a investigação corrente do assunto.

Vamos, a princípio, apresentar de modo sintético o teor da distinção entre “fenomenologia geográfica” e “geografia fenomenológica”, para, em seguida, desenvolver uma exposição mais analítica, recorrendo às citações do autor, com vistas a destacar os atributos que entendemos como mais relevantes para a presente pesquisa<sup>8</sup>.

Para Pickles (1985) a “fenomenologia geográfica” diria respeito à adaptação da filosofia fenomenológica fundada por Husserl às estruturas de significação dos conceitos geográficos tradicionais, levada a termo nas contribuições pioneiras do horizonte humanista na década de 1970 (Yi-fu Tuan, Edward Relph, J. Nicholas Entrikin, Anne Buttimer, etc.). Esta adaptação teria se convertido, por sua vez, na “única” referência que os pesquisadores subsequentes passaram a dispor acerca do significado da fenomenologia na disciplina (PICKLES, pp. 5). O autor constatou, então, a necessidade de questionar a “fenomenologia geográfica” dos pioneiros da geografia humanista contrastando-a com o significado original da Fenomenologia fundada por Husserl.

---

<sup>7</sup> Notadamente na Parte 1 – “Geografia e Meta-física Tradicional” (PICKLES, 1985, p.15 – 40).

<sup>8</sup> Pode-se, mesmo, adiantar que a presente pesquisa encerra, efetivamente, uma derivação direta (embora muito mais restrita em escopo) da posição estabelecida pelo referido geógrafo em seu livro de meados da década de 1980 e que, não obstante as três décadas que foi apresentada, pode, beneficentemente, ser retomada para considerar criticamente parcela substantiva das pesquisas que articulam fenomenologia e Geografia humanista atualmente.

O “saldo” dessa contraposição aponta para a necessidade e possibilidade de desenvolver uma “geografia fenomenológica”, que traduziria um projeto amplo de “retomada” da interlocução com os expoentes da filosofia fenomenológica, visando a depuração de uma base fenomenológica sólida para a ciência geográfica. A “geografia fenomenológica”, corresponderia, assim, a indicação da instauração de um projeto de pesquisa amplo, encetado por Pickles em seu livro, cuja perspectiva aponta para uma rearticulação entre a ciência geográfica e a fenomenologia, enquanto via alternativa ao perfil da “fenomenologia geográfica” estabelecida pelos pioneiros da geografia humanista.

Em função da importância absolutamente central que a distinção estabelecida por Pickles possui para toda a estruturação da pesquisa, consideramos imprescindível desenvolver uma exposição mais analítica dos principais atributos que lhe é constitutivas, através da citação de passagens diretamente extraídas do livro do autor.

A centralidade que a problematização da “fenomenologia geográfica” dos pioneiros da geografia humanista, no sentido acima indicado, possui para a pesquisa desenvolvida por Pickles se manifesta pela forma com a qual o autor lhe imputa um lugar de destaque na própria estruturação do livro: à “fenomenologia geográfica” é reservado o item 4 do índice da Introdução, no qual a referida noção é apresentada entre aspas “Geographical phenomenology”.

A primeira exposição da distinção entre “fenomenologia geográfica” e “geografia fenomenológica” é feita, contudo, no item anterior (3 – “O plano da obra”), quando, ao comentar o conteúdo que será desenvolvido na Parte II – “Geografia e Fenomenologia” o autor destaca que, a

[...] Fenomenologia geográfica é [na obra] distinguida em relação à *fenomenologia* e *geografia fenomenológica* e as alegações que tem sido feita em relação à ‘fenomenologia geográfica’ são explicitadas [...] (PICKLES, 1985; p.5, tradução nossa)

O significado da noção de “fenomenologia geográfica” é, contudo, efetivamente apresentado no item que lhe é integralmente reservado na introdução, quando, então, o questionamento acerca do perfil da interpretação da fenomenologia entre os pioneiros da geografia humanista é explicitamente trazido à tona, nos seguintes termos:<sup>9</sup>

---

<sup>9</sup> A parte subsequente do presente item é reservado à formulação de uma resposta sintética dessa pergunta que, ratifica-se, é absolutamente central para a problemática de toda a presente pesquisa. A crítica à “fenomenologia geográfica” da Geografia humanista desenvolvida por Pickles constitui, por sua vez, o fio condutor da revisão bibliográfica que será desenvolvida em itens subsequentes do capítulo sobre pioneiros da geografia humanista,

No processo de sua adoção, interpretação e crítica no contexto da ciência geográfica a fenomenologia tem sido radicalmente **adaptada** a partir da perspectiva dos conceitos geográficos tradicionais e suas estruturas de significação. Ao mesmo tempo esta 'fenomenologia', tal como apresentada nos escritos pioneiros de Relph, Tuan, Mercer e Powell, e Buttimer – tem frequentemente se tornado a **única** fenomenologia para a qual os autores subsequentes se voltam [retornam – tomam como base]. Como resultado, nós precisamos questionar se esta “fenomenologia” é uma interpretação sólida e viável dos princípios fenomenológicos enquanto tais. Precisamos considerar o significado preciso e original da fenomenologia, e distinguir isto do que tem sido chamado 'fenomenologia' ou do que eu vou me referir enquanto “fenomenologia geográfica”. A primeira [isto é, a “fenomenologia” enquanto tal] se refere ao projeto de Edmund Husserl e seu desenvolvimento subsequente. A última [fenomenologia geográfica] se refere às interpretações e adaptações deste projeto como ele tem integrado [sido assimilado] à literatura geográfica [...] (PICKLES, 1985. p. 5, tradução nossa).

Ratifica-se, assim, que a “fenomenologia geográfica” corresponderia ao modo com o qual a fenomenologia teria sido assimilada pelos principais nomes expoentes da vertente humanista na geografia -Edward Relph, Yi-fu Tuan, Mercer e Powell, Anne Buttimer.

A contraposição entre a “fenomenologia geográfica” e “geografia fenomenológica”, bem como a legitimidade de aspirar desenvolver esta última através do trabalho de depuração crítica da “fenomenologia geográfica” é apresentada por Pickles em seguida, através de uma analogia com a “Psicologia fenomenológica” desenvolvida por Husserl, conforme se pode ler na citação abaixo:

A base [da obra] assim disposta, nós iremos proceder a uma investigação da fenomenologia e sua relação com a ciência. Nós vamos sugerir modos nos quais uma **geografia fenomenológica** pode ser possível e se – e em que medida – ela pode ser como a **psicologia fenomenológica** de Husserl, ou se as relações entre fenomenologia e geografia precisam ser pensadas numa perspectiva diferente. Neste estágio a **geografia fenomenológica** terá ido muito além da fenomenologia geográfica' e tratará muitos dos principais problemas que se apresentam em análises superficiais (PICKLES, 1985, p.6, tradução nossa).

Através dessas diretrizes, o autor sublinha a importância de se desenvolver uma depuração acerca das interpretações então vigentes sobre a fenomenologia na geografia, destacando 3 principais razões para isso:

(a) em sendo a fenomenologia e o existencialismo requisitados como aporte filosófico predominante da “geografia humanista”, se os princípios de base da fenomenologia forem mal interpretados, então sérias questões emergem em relação ao “empreendimento” humanista, enquanto tal, na geografia. Como observa o autor,

[...] Se os trabalhos seminais da introdução da fenomenologia na disciplina [Geografia] distorcem sua natureza [da fenomenologia] e o discurso subsequente se desenvolve **nos termos** dessas prescrições, então o próprio projeto [do

---

quanto, em igual medida, sobre as pesquisas recentes que, por sua vez, permanecem reproduzindo os elementos básicos da “fenomenologia geográfica”.

“empreendimento” humanista], mesmo quando vai além da fenomenologia, precisa ser questionado [...] (PICKLES, 1985, p. 6, tradução nossa)

(b) por sua vez, em havendo efetivamente uma distorção do significado originário da fenomenologia na ciência geográfica, então, também a maneira bastante fácil com a qual os seus oponentes têm criticado à influência da fenomenologia na Geografia precisaria ser revista. Assim, por exemplo, as críticas que autores filiados à outras matrizes filosóficas (marxistas, positivistas, idealistas, etc.) dirigem à fenomenologia na Geografia, incidiriam, de fato, não à fenomenologia em si, mas a uma determinada interpretação, interna à Geografia, da fenomenologia (isto é, a “fenomenologia geográfica”).

(c) por fim, o autor indica que se os argumentos apresentados acima (a) e (b) procedem, diversos argumentos correntemente observados como problemáticos no interior da Geografia, notadamente aqueles que envolvem a fenomenologia e suas possibilidades na Geografia, precisariam ser repensados.

Afim de concluir o presente item, caberia tentar sistematizar, de modo sintético, os atributos das noções “fenomenologia geográfica” e “geografia fenomenológica” que, de maneira mais profícua, irão orientar a análise crítica da interpretação humanista de Heidegger (capítulo 4), quanto, em igual medida, a possibilidade de encampar uma via à “geografia fenomenológica” através do recurso estrito à obra de Heidegger (capítulos 5 e 6).

No que concerne à “fenomenologia geográfica” o atributo que entendemos como sendo de fundamental importância destacar, porquanto estaria à base dos demais, refere-se ao fato de que ela encerraria uma **“adaptação livre dos princípios da fenomenologia aos conceitos geográficos”**<sup>10</sup>, - conforme citação de Pickles registrada anteriormente - gestada no bojo dos pioneiros da geografia humanista.

---

<sup>10</sup> [...] **neste trabalho é a utilização de conceitos fenomenológicos, em vez de seu reconhecimento aberto que é considerado importante.** Estes conceitos são importantes não apenas porque eles têm sido usados, mas porque eles podem fornecer novos insights sobre compreensão das relações entre o homem e a natureza na geografia [...] (RELPH, 1970, p. 196, tradução nossa).

[...] meu propósito é esclarecer os traços principais das bases experimental e fenomenológica da *Geografia*: essas experiências de lugares, espaços e paisagens, tanto as agradáveis como desagradáveis que todos têm, embora não conheçam nada de *Geografia* como ciência formal (RELPH, 1979, pg. 2, grifo do autor). Essas citações são demonstrativas da posição que os pioneiros assumiram em relação a “adaptação” da fenomenologia aos conceitos geográficos, pois ao buscarem uma base experiencial para a Geografia não assumiram uma perspectiva de problematização dos conceitos geográficos. Ao contrário, acabaram por associar a descrição fenomenológica a descrição empírica desses conceitos. Desse modo, nenhuma explicação da constituição desses conceitos fundamentais da ciência geográfica precisaria ser investigada por esses geógrafos.

Um segundo atributo, diretamente derivado do destacado acima, diz respeito à “**assimilação pragmática**”<sup>11</sup> dessa filosofia, que teria se dado na ciência geográfica. Para Pickles as reivindicações dirigidas aos fenomenólogos no sentido de legitimar o aporte filosófico na ciência através de pesquisas aplicadas teria acometido à sua assimilação na geografia:

Requisições em relação aos fenomenólogos de produzirem praticamente pesquisas úteis, em vez de continuar a desenvolver argumentos teóricos concernentes à fenomenologia não se restringem aos seus críticos e opositores. Desde o início, a preocupação com os aspectos pragmáticos dos princípios fenomenológicos tem caracterizado as interpretações geográficas [...] (PICKLES, 1985, p. 46, tradução nossa).

A prevalência de uma assimilação pragmática da fenomenologia promovida pelos geógrafos humanistas na década de 1970 teria, assim, se efetivado em detrimento de um aprofundamento de caráter mais reflexivo, isto é, efetivamente “fenomenológico” da fenomenologia.

Enquanto consequência deste gesto, prevaleceu, então, entre os pioneiros da geografia humanista, um entendimento da fenomenologia enquanto “**motivação orientadora**”<sup>12</sup> - de perfil generalista, ao invés de uma filiação estritamente rigorosa da fenomenologia, passível de ser disponibilizada, de modo consistente, entre os geógrafos. Desta forma, para o autor, o caráter de método de investigação filosófica da fenomenologia teria sido preterido na Geografia, que, prevalentemente, a acolheu,

[...] mais como uma motivação orientadora do que como uma concepção metodológica rigorosa, e sua avaliação procedeu em termos de categorias já dadas. Fundamentalmente, então, seu estatuto transcendental e ontológico foi negado desde o início [...] (PICKLES, 1985, p. 47, tradução nossa).

No que respeita à “geografia fenomenológica”, seu traço mais fundamental consiste, sem dúvida, no fato de constituir uma contraposição e alternativa à “fenomenologia geográfica” que se estabeleceu no horizonte humanista na geografia. A reboque disso, caberia igualmente sublinhar que Pickles claramente compreendia a “geografia fenomenológica” enquanto um “projeto” que o próprio autor, então, aspirou desenvolver em seu livro. No bojo desse projeto,

<sup>11</sup> As questões ainda não respondidas sobre o relacionamento entre a fenomenologia e a geografia são muitas e complexas. Se elas podem levar-nos em direção a uma orientação humanística com base experiencial, no âmbito da disciplina, isso depende de muito mais investigação empírica [...] (BUTTIMER, 1982, p. 189-190)

<sup>12</sup> “[...] é no espírito do propósito fenomenológico, então, mais do que na prática dos procedimentos fenomenológicos, que se descobre a direção [...]” (BUTTIMER, 1982, p. 171).

[...] a geografia humanista não oferece uma alternativa viável como uma base de pressupostos da geografia científica como é reivindicado por alguns dos seus proponentes. Em vez disso, a abordagem humanista [de base fenomenológica] é melhor entendida como uma forma de criticismo. Como criticismo a abordagem humanista ajuda a contrariar as tendências excessivamente objetivas e abstratas de alguns geógrafos científicos (ENTRIKIN, 1976, p. 616, tradução nossa).

caberia destacar três atributos identificados como sendo sobretudo relevantes para a presente dissertação.

Um primeiro atributo constitutivo do projeto de uma “geografia fenomenológica” envolve o reconhecimento tácito da necessidade de retomar a interlocução com os expoentes da fenomenologia (Husserl; Heidegger, etc.), visando suplantá-la a “fenomenologia geográfica” característica dos pioneiros da geografia humanista. Outro atributo diz respeito ao reconhecimento, por parte de Pickles, de que o desenvolvimento do projeto de uma “geografia fenomenológica” se articulava inextricavelmente à investigação da ontologia da espacialidade humana (PICKLES, p. 170). Por fim, um terceiro atributo, de fundamental importância para a presente pesquisa, corresponde ao fato de que o “humanismo” é expelido do projeto de uma “geografia fenomenológica”, na medida mesma em que o autor reconhece - com base em Heidegger - que “[...] a fenomenologia não pode ser nunca um ‘humanismo’ [...]” (PICKLES, 1985, p. 50).

É de fundamental importância registrar o fato de que o trabalho de Pickles (1985) atesta, desde meados da década de 1980, que o aprofundamento mesmo de uma base fenomenológica consistente na geografia não é compatível com o humanismo<sup>13</sup>. Desta forma, o projeto de uma “geografia fenomenológica”, não poderia ser concebido enquanto geografia humanista, sobretudo se for um projeto amparado pelo pensamento de Heidegger, em função da incompatibilidade intrínseca que os termos “fenomenológico” e “humanista” encerrariam.

Antes de passarmos para o item seguinte, observamos importante fazermos alguns poucos registros, no sentido de ponderar determinados aspectos da contribuição de Pickles (1985) sobre o tema da relação entre fenomenologia e Geografia.

A primeira observação diz respeito ao fato de que embora o livro de Pickles se destaque pelo caráter de síntese que imprimiu sobre o assunto em meados dos anos 1980, o autor foi amparado por contribuições que já apontavam no mesmo sentido da crítica acerca da assimilação da fenomenologia na geografia já desde os meados da década de 1970. A esse respeito caberia destacar a revisão desenvolvida pelo autor particularmente no item “Fenomenologia geográfica: sua crítica interna”<sup>14</sup>.

Uma segunda observação refere-se à necessidade de ponderar o sentido da crítica desenvolvida por Pickles à Geografia humanista. A despeito do caráter agudamente crítico da

---

<sup>13</sup> A esse respeito é de especial interesse todo o conteúdo exposto no item “15a” do livro, sugestivamente intitulado “A distinção necessária entre humanismo e fenomenologia” (p. 48 – 50)

<sup>14</sup> Caberia destacar as contribuições críticas, nesse sentido, de Relph (1981) e Entrikin (1976).



análise que o autor desenvolve acerca da interpretação da fenomenologia na geografia humanista o autor limita a crítica a esta vertente a um aspecto estrito, a saber, à assimilação do aporte fenomenológico. Além disso, o autor reconhece a importância do horizonte humanista em vários aspectos, não deixando de registrar, inclusive, o pioneirismo de seus autores no sentido de terem promovido a mais significativa aproximação entre a ciência geográfica e a fenomenologia – a despeito do quão passível de crítica tenha sido a interpretação da fenomenologia. Nesse sentido o autor está ciente da relevância institucional e científica que a geografia humanista e seus autores desempenharam. Cabe sublinhar que o autor não se posiciona “contra” a geografia humanista e, no limite, não deixa de reconhecer a importância da “fenomenologia geográfica” no contexto do movimento de renovação do pensamento geográfico na década de 1970, abrindo vias alternativas à prevalência da influência neopositivista, vigente, então na Geografia.

Fazemos nossa, também, as ponderações acima destacadas, cabendo, entretanto, chamar à atenção que a crítica que a presente dissertação desenvolve sobre o assunto é, além disso, ainda mais específica (no sentido de ser mais limitada): a crítica é dirigida não à assimilação da fenomenologia “em geral” na geografia (como pôde fazer Pickles), mas, especificamente, à leitura dispensada ao pensamento de Heidegger<sup>15</sup>.

### **2.3 – Fenomenologia: Breve nota sobre o significado do rótulo**

Não se trata, aqui, absolutamente, de aspirar uma definição “cabal” acerca da fenomenologia – acaso fosse essa tarefa propriamente possível ou coerente com o próprio sentido da investigação fenomenológica. Tampouco se tem em vista pretender uma caracterização sistemática da fenomenologia como “movimento filosófico”. Esposamos aqui, de maneira ainda mais amplificada a posição de Gomes (2011), quando, ao propor uma exposição acerca da fenomenologia, advertia que “[...] seria inimaginável discorrer sobre a questão da natureza da fenomenologia no quadro restrito deste trabalho[...]” (pp. 116). Trata-se no presente item, tão somente, de cumprir uma tarefa entrevista como relevante, a despeito da concisão com a qual se lhe irá desenvolvê-la, qual seja a tarefa: apontar o sentido geral sobre o que se considera, no presente trabalho, por “fenomenologia”.

---

<sup>15</sup> Nesses termos a pesquisa reconhece a contribuição de publicações sobre a temática Geografia e fenomenologia que se desenvolveram a partir do diálogo com os fenomenólogos Edmund Husserl (FERREIRA, 2016a, 2016b; GOTO, 2013; SERPA, 2016) e Merleau-Ponty (NOGUEIRA, 2008, 2010) mas, que no entanto, não constituem nosso “objeto” de análise, pois o propósito da dissertação é problematizar a via heideggeriana da vertente fenomenológica na Geografia.

O caráter econômico que de antemão se dispensa à qualificação da noção no presente momento da pesquisa se justifica, por sua vez, em função de duas razões. A primeira razão é negativa e está diretamente relacionada à polissemia que se tornou profusa no âmbito das ciências humanas e que ocorre de maneira insidiosa mesmo quando se tem em vista “cânones” do pensamento filosófico moderno – de tal modo que não seria, a princípio, de se recriminar que possa haver indistinção entre, por exemplo, o significado da palavra fenomenologia mesmo entre acepções tão radicalmente distintas quanto as que lhe imputaram Hegel, Husserl e Sartre, etc..., entre os leitores que não possuem uma relação intensa com a tradição fenomenológica - no sentido que será esposado no presente trabalho. A outra razão é positiva: na medida em que o trabalho se concentrará sobre uma acepção muito restritiva do significado da fenomenologia que Heidegger instaurou na tradição fenomenológica fundada por Edmund Husserl, o próprio desenvolvimento do trabalho, notadamente os capítulos 5 e 6, serão dedicados à “tarefa de Sísifo” – não obstante indispensável – de aspirar fornecer uma exposição do sentido que Heidegger imputou à fenomenologia.

Desta forma, esta breve nota é reservada para registrar que no presente trabalho se deve compreender por “fenomenologia” o projeto filosófico fundado por Edmund Husserl (1859-1938), que constituiu uma “tradição” ou “movimento” de fundamental importância para o pensamento filosófico no século XX, do qual se destacam expoentes da maior relevância para a filosofia contemporânea, tais como, dentre outros, apenas para nos restringirmos aos de maior evidência, nomes como Martin Heidegger (1889-1976); Alfred Schütz (1899-1959); Max Scheller (1874-1928); Maurice Merleau-Ponty (1908-1961); Jean-Paul Sartre (1905-1980); Paul Ricoeur (1913-2005). Não se trata, nesse momento da pesquisa, de ter em vista uma exposição sobre o que constituiria a “natureza” (ou os “princípios”) característicos da fenomenologia, mas, tão somente, de delimitar - de maneira razoavelmente precisa – o sentido geral da acepção de Fenomenologia o que se tem em vista quando se trata de “fenomenologia”.

Note-se que a referida distinção – que a princípio se poderia considerar muito elementar é - doravante, necessária, haja vista que o termo fenomenologia não se restringe, por um lado, no contexto do pensamento filosófico (em geral) à conotação do significado estrito que o projeto da fenomenologia fundado por Husserl lhe imputou. Nesse contexto, o caso mais emblemático da necessidade dessa distinção poderia ser observado em relação a uma obra fundamental da filosofia moderna, a “**Fenomenologia do Espírito**” de Hegel, cujo sentido

não possui convergência com a tradição fenomenológica husserliana<sup>16</sup>. Por outro lado, também no âmbito interno da ciência geográfica a distinção é necessária, destacando-se, talvez, enquanto referência mais emblemática o recurso à noção de fenomenologia no clássico artigo de Carl Sauer **“Morfologia Da Paisagem”**, no qual o emprego da palavra fenomenologia não resguarda nenhum nexo com a tradição fenomenológica husserliana.

Assim, com base na exposição preliminar do significado das noções de “geografia humanista” e “fenomenologia” será possível desenvolver (capítulo 4) a análise da relação entre eles em função da problemática enunciada na introdução, a saber, tendo em vista investigar o perfil da assimilação humanista do pensamento de Heidegger legada à geografia. O fio condutor dessa análise é tributário da noção de “fenomenologia geográfica”, tal como formulada por Pickles. Antes, contudo, considera-se importante concluir o presente capítulo com a exposição, igualmente preliminar, dos elementos inerentes à fenomenologia hermenêutica de Heidegger que, portanto, assumiram um papel estruturante na presente pesquisa.

## **2.4 – Elementos irreduzíveis da fenomenologia-hermenêutica de Heidegger**

Embora capítulos subsequentes da dissertação tenham sido reservados à explicitação detida do pensamento de Heidegger, considerando sua contextualização no bojo da tradição fenomenológica (capítulo 5); bem como as condições de possibilidade através das quais o pensamento do filósofo poderia se articular com a “reabilitação” da investigação ontológica na geografia (capítulo 6), observamos a necessidade de se precipitar, desde este capítulo, determinados elementos de seu pensamento.

Trata-se, nesse momento, de fornecer subsídios ao entendimento daqueles elementos do pensamento de Heidegger que estão diretamente associados à problemática da pesquisa, exposta desde a introdução e que, entretanto, podem ser observados como destituídos de uma qualificação mais apropriada, em função dos limites que são característicos de uma apresentação concisa da problemática na introdução de uma dissertação.

Conforme indicado na introdução, a pesquisa problematiza a incompatibilidade entre o pensamento de Heidegger com o humanismo na Geografia, na medida em que a interpretação humanista do filósofo tenderia a obstruir o alcance que o pensamento do filósofo poderia no tratamento do tema da fundamentação ontológica da ciência geográfica. Não somente isso,

---

<sup>16</sup> Acerca das distintas conotações em torno do vocábulo “fenomenologia”, sua história no pensamento filosófico ocidental, consulte-se Paul Ricoeur (2009): **“Na Escola da Fenomenologia”**.

sugere-se, mesmo, que a reabilitação da investigação acerca da fundamentação ontológica constituiria o foco sobre o qual uma ciência específica, no caso a Geografia, deveria se restringir, a fim de que o pensamento fenomenológico deste filósofo possa ser consistentemente conquistado e aberto ao desenvolvimento no interior de uma ciência. O primeiro passo no sentido de uma reabilitação da investigação ontológica - sob as diretrizes de Heidegger - se articularia, invariavelmente, com o acolhimento, no bojo da ciência geográfica da *analítica do ser-aí*<sup>17</sup>.

Trata-se, no que segue, de apresentar os elementos do pensamento do filósofo que permitam endossar os termos-chave da problemática da pesquisa. Como pode ser observado, esses elementos apontam, basicamente, para a relação entre fenomenologia, ontologia e *analítica do ser-aí* no âmbito estrito do pensamento do filósofo. Assim, os “elementos irreduzíveis” da fenomenologia-hermenêutica de Heidegger que serão sinteticamente considerados se limitam à exposição da relação intrínseca que, para o filósofo, se verifica entre fenomenologia, ontologia e *analítica do ser-aí*, visando endossar o modo com os quais esses termos foram articulados na problemática da dissertação.

Começamos, portanto, a registrar o caráter indissociável, para o filósofo, entre fenomenologia e ontologia, que, para Heidegger, não é absolutamente facultativa. Para demonstrar isso, recorre-se à obra “canônica” do filósofo, “**Ser e Tempo**”, no qual no § 7 – O método fenomenológico de investigação, lê-se, como é possível observar abaixo:

A fenomenologia é a via de acesso e o modo de verificação para se determinar o que deve constituir tema da ontologia. **A ontologia só é possível como fenomenologia.** O conceito fenomenológico de fenômeno propõe, como o que se mostra, o ser dos entes, o seu sentido, suas modificações e derivados” (HEIDEGGER, 2013; p. 66, grifo nosso).

A relação entre fenomenologia e ontologia é, assim, para o filósofo, marcada por uma indissociabilidade fundamental. O caráter indissociável entre fenomenologia e ontologia é inerente ao projeto filosófico da Ontologia fundamental instaurado em “**Ser e Tempo**” e, de fato, são inúmeras as passagens desde a Introdução da obra – notadamente no §7, referido acima – que poderiam ser destacadas no sentido de ratificar que a referida indissociabilidade é reiteradamente ratificada pelo filósofo, para quem “[...] Em seu conteúdo a fenomenologia é a ciência do ser dos entes – é ontologia [...]” (HEIDEGGER, 2013; p.69).

Do exposto deve estar claro que não há a menor condição de se recorrer à aceção que Heidegger imputa à fenomenologia sem articulá-la com a ontologia. Não cabe, neste

<sup>17</sup> Não se trata, nos limites deste item da dissertação, de aspirar uma apresentação detalha acerca da relação, complexa, entre a obra de Heidegger e as ciências particulares.

momento, deslindar a significação do nexó indissociável que o filósofo imputa à relação entre fenomenologia e ontologia (que será retomada no capítulo 5), mas, sobretudo, registrar o referido nexó como um elemento do pensamento de Heidegger que é central à problemática da presente pesquisa.

Uma outra forma de ratificar o nexó inextrincável que, para Heidegger, sustenta a relação entre fenomenologia e ontologia, pode ser demonstrada pela indicação do *Ser* como “objeto” formal da fenomenologia. Tradicionalmente o rótulo “ontologia” é usado para designar, numa acepção meramente formal, *o estudo do ser*. Ainda no § 7 – O método fenomenológico de investigação, lê-se:

O que será que a fenomenologia deve ‘deixar e fazer ver’? O que é que se deve chamar ‘fenômeno’ num sentido privilegiado? [...]. Justo o que **não** se mostra diretamente e na maioria das vezes e assim se mantém **velado** frente ao que se mostra diretamente e na maioria das vezes, mas, ao mesmo tempo, pertence essencialmente ao que se mostra diretamente e na maioria das vezes a ponto de constituir o seu sentido e fundamento.

No entanto, [...] o que, num sentido extraordinário, se mantém **velado** ou volta a **encobrir-se** ou ainda só se mostra ‘desfigurado’ não é este ou àquele ente, mas o *ser dos entes*. [...]. O que, portanto, num sentido privilegiado e em seu conteúdo mais próprio exige tornar-se fenômeno (o ser dos entes) a fenomenologia tomou para objeto de seu tema (HEIDEGGER, 2013; p. 32, grifo nosso)<sup>18</sup>.

É em função do nexó acima indicado que a presente dissertação sugere que a “reabilitação” do problema da fundamentação ontológica constitua o foco sobre o qual uma ciência particular, como a geografia, deve se restringir, com o propósito de que o elemento propriamente fenomenológico do pensamento do filósofo possa ser divisado no bojo de uma ciência. Cabe, agora, justificar, em que medida procede a indicação da *analítica do ser-aí* como o primeiro passo no sentido da referida “reabilitação”.

Mais uma vez, as citações que se seguem não têm o propósito de fornecer um esclarecimento do significado da *analítica do ser-aí* (ver capítulos 5 e 6) mas, tão somente, o propósito de amparar a pertinência dos termos que integram a formulação da problemática.

<sup>18</sup> É, sem dúvida, precipitado levantar a questão que se segue nesta nota, de qualquer forma: como é possível, com base no exposto, recorrer ao pensamento do filósofo para conduzir pesquisas aplicadas com análises empíricas na ciência geográfica? Voltaremos a essa crítica, quando da análise de trabalhos que se desenvolvem nestes termos, tanto quanto voltaremos a seguinte citação: “A fenomenologia é necessária justamente porque, de início e na maioria das vezes, **os fenômenos não se dão. O conceito oposto de “fenômeno” [fenomenologicamente apreendido] é o conceito de encobrimento**” (HEIDEGGER, 2013, P.66). Ora, nestes termos, pesquisas empíricas desenvolvidas na geografia com base no pensamento de Heidegger, mesmo que se efetivam através do recurso a “noções” do filósofo, mas que passam ao largo do problema da fundamentação ontológica, favoreceriam antes o sentido oposto aquele que o filósofo entrevê como a razão fundamental da fenomenologia, isto é, favoreceriam antes o “encobrimento” do ser dos entes do que permitiram questionar o sentido do ser dos entes.

O projeto filosófico encampado por Heidegger em “**Ser e Tempo**” corresponde, como é amplamente conhecido, à constituição de uma Ontologia fundamental que tem por meta encetar à *elaboração da questão acerca do sentido do ser*<sup>19</sup>. Para o filósofo a “[...] análise do *ser-aí* constitui, [...] o primeiro desafio no questionamento da questão do ser [...]” (HEIDEGGER, 2013, p.44). A precedência da *analítica do ser-aí* para a elaboração da *questão do ser* e, portanto, para a consecução do projeto da Ontologia fundamental (“**Ser e Tempo**”), corresponde ao primado ôntico-ontológico do *ser-aí* - expostos no terceiro e quarto parágrafos da Introdução de *Ser e Tempo* – e que buscaremos qualificar de modo mais detido no capítulo 5 da dissertação. É em função do primado ôntico-ontológico do *ser-aí* que, se sugere, o recurso ao pensamento de Heidegger para “reabilitar” o problema da fundamentação ontológica em uma ciência que deve ser iniciado pela *analítica do ser-aí*. As ciências particulares, enquanto ontologias regionais, também elas - se buscarem desenvolver investigação acerca de sua fundamentação ontológica a partir da filiação ao pensamento de Heidegger – precisarão demonstrar a precedência da *analítica do ser-aí* como fonte da problematização ontológica. Como se referiu Heidegger,

[...] as ontologias que possuem por tema os entes desprovidos do modo de ser do *ser-aí* [ou seja, “objetos” característicos das ciências] se fundam e se motivam na estrutura ôntica do próprio *ser-aí* (...). **É por isso que se de procurar na analítica existencial do *ser-aí* a ontologia fundamental de onde todas as demais podem originar-se** (HEIDEGGER, 2013, p. 49, grifo nosso).

É com base nos elementos da “fenomenologia heideggeriana” acima destacados que a presente dissertação defende, no cerne de sua problemática, que uma interlocução coerente entre o pensamento de Heidegger e qualquer ciência particular, converge, necessariamente, à reabilitação do problema da fundamentação ontológica da respectiva ciência – tanto quanto confere, à referida reabilitação, um lugar de primazia à *analítica do ser-aí*, fonte da elaboração concreta da *questão do ser* e, por extensão, da Ontologia fundamental, da qual as ciências particulares, na condição de ontologias regionais, permanecem tributárias.

Sem dúvida, num item reservado à apresentação preliminar dos elementos do pensamento de Heidegger estruturantes à formulação da problemática da dissertação, precipitam-se uma série de “noções” características do vocabulário do pensador, cuja significação somente poderá ser

---

<sup>19</sup> A *questão do sentido do ser* constitui, de fato, a diretriz de todo o caminho do pensamento filosófico de Heidegger, sendo a modulação que o filósofo desenvolveu no projeto da Ontologia fundamental em “**Ser e Tempo**” um marco que se tornou decisivo para todo o desenvolvimento ulterior do filósofo. Nesse sentido, em se tratando da assimilação do pensamento do filósofo no âmbito de uma ciência particular, a despeito de todas as distintas modulações que Heidegger dispensou à *elaboração da questão do ser*, a *analítica do ser-aí* permaneceu, sugere-se, um elemento incontornável à assimilação do pensamento de Heidegger. O assunto será tratado no capítulo 5 da dissertação.

explicitada de modo mais detido nos capítulos 5 e 6 reservados ao esforço de depuração das ideias centrais de seu pensamento. Antes, contudo, de chegarmos lá, o capítulo 3, a seguir, é dedicado à análise mais detida da gênese da assimilação da fenomenologia no horizonte humanista.

### **3. GEOGRAFIA HUMANISTA-FENOMENOLÓGICA: EXCURSO SOBRE A SUA HISTÓRIA E INFLUÊNCIA NA FORMAÇÃO DO HORIZONTE HUMANISTA NA PESQUISA BRASILEIRA EM GEOGRAFIA**

#### **3.1 Alguns ponderações iniciais**

Bem observado, a qualificação dos elementos básicos da problemática da pesquisa desenvolvida no capítulo precedente privilegiou a apreciação acerca do modo com o qual a fenomenologia, notadamente sob o “corte” heideggeriano, é absorvida na dissertação. A referência à geografia humanista se fez, tão somente, a reboque de sua vinculação com a crítica que Pickles desenvolveu à “fenomenologia geográfica” através de breves referências de autores expoentes do humanismo em geografia (Yi-Fu Tuan, Edward Relph, Anne Buttimer, J. Nicholas Entrikin).

Na medida, contudo, em que a geografia humanista encerra um componente básico da pesquisa, é imprescindível fornecer uma qualificação detida sobre ela. Para tanto entendemos que é dispensável considerar sua formação histórica e institucional no bojo da disciplina, o que será desenvolvido nos dois itens que integram o presente capítulo.

Enquanto tal a exposição que se segue afasta-se, em certa medida, da diretriz analítica de teor crítico mais nuclear da pesquisa, que permeou o capítulo precedente. Trata-se, contudo, de um “distanciamento estratégico” pois, através dele, a análise crítica que será desenvolvida no capítulo seguinte, acerca da leitura humanista de Heidegger e seus desdobramentos, poderá ser amparada por um enquadramento que permite situar a análise proposta em relação à história do pensamento geográfico.

Para tanto, o capítulo foi segmentado em dois itens, dos quais o seguinte fornece uma síntese sobre a história da gênese e desenvolvimento inicial da geografia humanista anglófona de corte fenomenológico. No item subsequente, uma síntese similar será desenvolvida em relação à geografia humanista brasileira. Essa segmentação reflete o fato de que a gênese da geografia humanista brasileira foi – e permanece - decisivamente influenciada pela geografia humanista anglófona - notadamente no elemento que corresponde ao cerne da problemática da pesquisa, qual seja: a “fenomenologia geográfica” dos expoentes da geografia humanista como a raiz a partir da qual se reproduz a leitura humanista de Heidegger em estudos recentes da geografia humanista brasileira. Assim, não obstante o “excursus” à esfera mais historiográfica sobre o tema a reflexão que se segue irá convergir, como será observado, ao núcleo da problemática, cuja análise será desenvolvida no capítulo seguinte.



### **3.2. Gênese do horizonte humanista da Geografia: Uma apreciação sintética**

Uma primeira observação acerca do sentido com o qual a geografia humanista é problematizada na presente dissertação diz respeito à indicação de que a pesquisa problematiza “uma vertente” interna ao referido horizonte. Trata-se estritamente da vertente da geografia humanista que buscou se desenvolver sob influência da filiação à fenomenologia e, mais especificamente, destacando as contribuições em que essa filiação se efetivou através do diálogo com o pensamento de Heidegger, apreendido enquanto fonte de matriz fenomenológica.

A observação acima é importante, na medida em que indica uma significativa delimitação do recorte bibliográfico sobre o qual a pesquisa se concentra, em consonância direta com a problemática da pesquisa. Na medida em que seu escopo não visa problematizar a geografia humanista “em geral”, o exercício de revisão bibliográfica não se orienta no sentido de uma revista dedicada à depuração do “universo” que corresponderia ao horizonte humanista em sua integralidade.

Este horizonte, isto é, a geografia humanista em geral, enquanto tal é - sem dúvida - importante no sentido em que fornece o enquadramento ainda mais amplo no qual se verifica o contexto privilegiado da gênese e desenvolvimento de sua vertente fenomenológica. De fato, mesmo a qualificação prévia da noção de geografia humanista que será desenvolvida neste item do presente capítulo é, ao mesmo tempo, tanto delimitada quanto, em igual medida, delimitadora dos limites da problemática da pesquisa. Espera-se, assim, ressaltar a factibilidade da pesquisa proposta, na medida em que a análise irá incidir sobre um recorte estrito de um universo bibliográfico (o da geografia humanista “em geral”), que excede, em muito, o rol de contribuições cuja revisão é necessária para o propósito da presente pesquisa.

No bojo do debate teórico da ciência geográfica a geografia humanista, enquanto tal, constitui um assunto extensamente trabalhado, tanto no âmbito de contribuições dedicadas à historiografia desta ciência, nas quais lhe é reservado uma exposição panorâmica da geografia humanista ao lado das principais orientações teórico-metodológicas (CLAVALL, 2007, 2011; CORRÊA, 2003; GOMES, 2011; LIMA, 2014); quanto, além disso, foram dedicadas contribuições estritamente dedicadas à geografia humanista (LEY; SAMUELS; 1978, 1989; HOLZER; 1992, 2016).

Com o propósito de fornecer uma apreciação sintética acerca do horizonte humanista na Geografia, que permita ratificar seu caráter constitutivamente pluralista, bem como destacar o

papel de destaque que a influência da vertente fenomenológica exerceu, recorre-se à contribuição de Gomes (2011). Em seu livro **“Geografia e Modernidade”**, o autor apresenta o “horizonte humanista” na ciência geográfica como expressão da crescente influência que o humanismo assumiu nas ciências sociais no final do século XX, nos seguintes termos:

[...] A influência do humanismo nestes últimos anos, nas ciências sociais fez nascer uma enorme diversidade de concepções, que se apresentam, todavia, sob o mesmo nome. Uma grande parte das obras escritas seguindo esta orientação metodológica invoca autores diferentes, tentando obter deles novas vias para o conhecimento geográfico. Encontram-se aí tanto marxistas, como L. Althusser, G. Poulantzas, [...], quanto sociólogos e filósofos, como J. P. Sartre, M. Ponty, G. Bachelard, J. Habermas, M. Weber, C. Geertz, A. Giddens, ou ainda, fenomenologistas, como E. Husserl, M. Heidegger e K. Jaspers, e até mesmo literatos, como Shakespeare, Goethe e Hesse.

Tal ausência de um programa unitário, às vezes mesmo esta incoerência, caracteriza as obras destes geógrafos que reivindicam a etiqueta de humanistas. A diversidade é frequentemente interpretada como produto de um ecletismo voluntário buscado por esta orientação em função do novo contexto crítico das ciências sociais. Esta corrente segue assim, a direção dominante na ciência contemporânea, que é a de buscar referências variadas, sem excluir nenhuma via, pois a exclusão é encarada como um risco de limitação e de empobrecimento. Contudo, este ecletismo é inquietante, visto que, ao se estender sobre um campo de proposições tão largo, acaba por criar uma certa ambiguidade em relação às suas propostas, limites e métodos. Se compararmos os discursos humanistas entre si, sua conduta se mostra mais do que ambígua e mais frequentemente contém múltiplas contradições e oposições. Cada perspectiva procura impor a superioridade de seu ponto de vista para fundar o ‘verdadeiro’ humanismo. Poderíamos pensar que, à primeira vista, os pontos de vista são complementares, mas, de fato, em grande parte dos casos eles antes se excluem mutuamente. Assim, se a visão global desta corrente de pensamento pode ter, à primeira vista, uma aparência de ecletismo, o exame mais aprofundado de suas proposições não deixa dúvidas: existem vários humanismos, fundados sobre pressupostos às vezes irreconciliáveis (p. 304-305).

Do exposto, torna-se patente que a influência da fenomenologia e, por extensão, a aproximação ao pensamento de Heidegger constitui, efetivamente, senão um componente, bastante restrito, do universo que integra o horizonte humanista na Geografia. Contudo, o reconhecimento da pluralidade inerente ao horizonte humanista não deve obscurecer o papel de destaque que a influência da fenomenologia exerceu, tanto na constituição, quanto, igualmente, no desenvolvimento da orientação humanista na Geografia.

O autor citado acima, por exemplo, após conduzir uma revisão crítica acerca do significado da noção de humanismo, segmenta o capítulo dedicado à análise do horizonte humanista da Geografia em dois itens, intitulados, respectivamente “O espaço vivido, uma proposta de humanização da geografia”; e, “Humanismo fenomenológico: ecletismo e ambiguidades”.

O caráter eclético e ambíguo que Gomes (2011) reportado à vertente fenomenológica da geografia humanista poderia, desde já, fornecer subsídios diretamente associados ao cerne da problemática da presente dissertação, na medida em que se permitiria associar a leitura humanista que foi dispensada ao pensamento de Heidegger enquanto expressão do “ecletismo

e ambiguidade” que Gomes (2011) destaca à vertente fenomenológica da geografia humanista, contudo, na medida em que no presente capítulo trata-se de fornecer uma apresentação preliminar e panorâmica da noção de geografia humanista, entendemos que seja necessário reservar o “gancho” da crítica que a contribuição de Gomes (2011) disponibiliza para o capítulo seguinte, que será diretamente reservado à análise do núcleo da problemática da dissertação. Entendemos que seja, nesse momento, mais relevante considerar as principais características associadas à constituição da geografia humanista, fonte privilegiada da incursão da fenomenologia na ciência geográfica.

Como será visto no que segue, em seus traços mais gerais, a constituição da geografia humanista - e, por extensão, a aproximação entre a fenomenologia e a ciência geográfica nesse contexto - está associada ao movimento de contestação à matriz filosófica neopositivista e do paradigma quantitativo que são correlatos na Geografia. De acordo com Claval (2011), foi sobretudo relevante o impulso contestatório que emergiu na geografia anglófona, na década de 1970, através de dois grupos que se opuseram à Nova Geografia de corte neopositivista: por um lado a corrente radical, calcada sobretudo no marxismo; e, por outro lado, a corrente humanista, na qual destaca-se, dentre outras influências, a fenomenologia.

Com base em Holzer (2016), a origem da identificação do papel que a fenomenologia poderia exercer como via alternativa à orientação quantitativa de corte neopositivista remeteria, em suas raízes, à introdução dos estudos da percepção ambiental nas pesquisas geográficas, na década de 1960. É a partir dos debates em torno destes estudos que se verifica o germe do que viria a se constituir, posteriormente, a geografia humanista. Nesse sentido, Holzer (2016) argumenta que teria sido necessário que a Geografia ultrapassasse a revolução quantitativa para que pudesse, enfim – e, tardiamente – se desvencilhar dos resquícios de seu isolamento como ciência de síntese e descritiva, que a caracterizou, tão profundamente, à fase da Geografia Tradicional.

De acordo com Holzer (2016), a introdução dos estudos da percepção ambiental na Geografia foi marcada por uma segmentação. Por um lado, a introdução desses estudos suscitou um debate de cunho metodológico e, de outro lado, um debate de cunho mais epistemológico. Essas duas variantes convergiram no Simpósio dedicado à percepção ambiental e do comportamento, realizado no **“61º Encontro Anual da Associação de Geógrafos Americanos” (AAG)**, em 1965 em Columbus, Ohio (EUA). Esse simpósio teve como saldo a

consolidação e legitimação da percepção ambiental como tema relevante para a Geografia. Sobre a importância do simpósio da AGG, Holzer (2016) afirma que

[...] o Simpósio da AGG de 1965 foi um marco. Ele delimita o período em que a geografia se apropria do tema da percepção ambiental, canalizando uma diversidade de aspectos subjetivos que haviam sido pouco explorados pela disciplina. Ele tem outro significado mais importante: o delineamento claro de temas básicos que diferenciariam poucos anos mais tarde, a geografia humanista da geografia comportamental (p. 101)

A reboque da consolidação do tema da percepção ambiental na Geografia o simpósio da AAG permitiu identificar a existência de duas perspectivas de abordagem sobre o tema, dentre as quais uma perspectiva agregava os geógrafos

[...] que estavam ligados à **geografia analítica** [Nova geografia] interessavam-se principalmente pelas técnicas oriundas da psicologia, da economia e do planejamento urbano que se adequassem à sua posição de ruptura com os parâmetros da geografia clássica; esses centravam seus esforços na quantificação e mapeamento de comportamentos no espaço [...] (HOLZER, 2016, p. 102, grifo nosso).

Além da via acima indicada, havia também uma via de tematização dos estudos da percepção ambiental em Geografia que agregava, sobretudo, os geógrafos que

[...] ligados à **geografia cultural ou à geografia histórica** se interessavam mais pela interdisciplinaridade e pela criação de novos laços com as Humanidades que o campo da percepção ambiental oferecia; seu interesse era o de incorporar à linha mais tradicional da geografia americana os aspectos subjetivos da relação do homem com o seu ambiente (HOLZER, 2016, p. 102, grifo nosso).

De modo sintético, a incursão dos estudos da percepção ambiental que se efetivou dando ênfase ao debate de cunho metodológico se estabeleceu através dos geógrafos mais afinados à Geografia analítica; enquanto, por outro lado, o debate de cunho mais caracteristicamente epistemológico foi sobretudo desenvolvido através dos geógrafos vinculados à Geografia cultural ou à Geografia histórica.

Esta abordagem dos estudos da percepção ambiental ligada à Geografia cultural e à Geografia histórica continha o germe do que viria, ulteriormente, a constituir a geografia humanista na década de 1970 (HOLZER, 2016). Por sua vez, a perspectiva da percepção ambiental associada a Geografia analítica, foi a base do que viria constituir a Geografia comportamental<sup>20</sup>.

---

<sup>20</sup> [...] os **geógrafos comportamentais** procuraram na psicologia behaviorista elementos como a análise dos eventos complexos nos mais simples, a formulação de funções matemáticas relacionadas com o comportamento, e o estudo de unidades estímulo-resposta a partir de métodos objetivos. Os **geógrafos culturais e históricos** se aproximaram da psicologia com mais comedimento, mas souberam aproveitar alguns elementos da psicologia estruturalista, além de recorrerem com certa frequência à psicologia do aprendizado de Piaget. Alguns humanistas recorreram também aos estudos da *Gestalt*, mas sempre os relacionando às pesquisas interculturais dos antropólogos (HOLZER, 2016, p. 130-131, **grifo nosso**).

Foram, assim, os geógrafos que a princípio estiveram ligados à geografia cultural e histórica que, durante a década de 70, passariam a se definir como humanistas. É nesta mesma década que, de acordo com Holzer, a geografia humanista passaria a ser reconhecida como um “coletivo”, porquanto congregava em seu interior uma diversidade filosófica, composta pelo pragmatismo, idealismo, fenomenologia e existencialismo (HOLZER, 2016). Cabe mencionar, com base nesse mesmo autor, que a despeito da diversidade vigente era possível reconhecer traços comuns na aplicação dessas filosofias pelo horizonte humanista:

[...] o traço comum mais marcante das quatro correntes [pragmatismo, idealismo, fenomenologia e existencialismo] a que nos referimos é a *valorização do indivíduo*. Essa valorização destaca-se quando comparamos a geografia humanista à geografia positivista, ou à estruturalista, o que nos leva ao segundo ponto, que é *aceitação da existência e da predominância dos dados subjetivos*. Em todas essas posturas filosóficas, o indivíduo e a subjetividade delimitam um campo, que obriga a criação de um sistema ou teoria da percepção e de uma visão de mundo centrada no pensamento e no conhecimento, referente ao sujeito. *Esta valorização do sujeito resulta de uma visão antropocêntrica* que tem muito em comum com o humanismo na sua concepção clássica: a do ser humano que valoriza sua existência em detrimento dos objetivos, ou mundo material, que o cerca (HOLZER, 2016, p. 245, grifo nosso).

Além destes traços em comum – e a despeito da pluralidade epistemológica que caracterizaria o “coletivo” humanista - Holzer (2016) ratifica o papel de destaque que a fenomenologia assume nesse contexto, nos seguintes termos:

A filosofia fenomenológica-existencial serviu para unir o coletivo renovador da geografia cultural e histórica em torno de uma nova denominação a geografia humanista. Restava agora o reconhecimento oficial dessa geografia – o que aconteceu em meados dos anos de 1970 (HOLZER, 2016, p. 175).

Será, de fato, ao longo da década de 1970 que o reconhecimento “institucional” da geografia humanista viria a se efetivar, destacando-se de modo notável o ano de 1976 com uma série de publicações de fundamental importância, nesse sentido, na medida em que, como sublinha o referido autor, “o ano de 1976 marca o reconhecimento da geografia humanista como campo autônomo da geografia pelos meios especializados norte-americano [...]” (HOLZER, 2016, p. 176).

Em 1976 foram publicados nos “**Annals of the Association of American Geographer**” os artigos: “**Humanistic Geography**”, de Yi- Fu Tuan; “**Grasping the Dynamism of Lifeworld**”, de Anne Buttimer; “**Contemporary Humanism in Geography**”, de J. Nicholas Entrikin<sup>21</sup>. Enquanto os artigos de Tuan e Buttimer, buscavam indicar propostas para o

<sup>21</sup> Esses artigos foram traduzidos e publicados no Brasil, servindo de base para o desenvolvimento da geografia humanista em nosso país. O artigo de Entrikin foi o primeiro a ser publicado, no ano de 1980 através do Boletim de Geografia Teórica, do departamento de Geografia da Unesp de Rio Claro com o título: “**O Humanismo Contemporâneo em Geografia**”. Os artigos de Tuan e Buttimer foram publicados no ano de 1982, no livro

“coletivo” humanista, o artigo de Entrikin fazia uma avaliação crítica sobre a assimilação da fenomenologia por esse “coletivo”. Por fim, nesse mesmo ano Edward Relph publicou seu livro **“Place and Placelessness”** que discutia o conceito de lugar a partir da fenomenologia. Destacam-se, neste parágrafo, os nomes dos geógrafos que são reiterada e justificadamente referidos como os principais pioneiros expoentes da geografia humanista anglófona, a saber: Yi- Fu Tuan; Anne Buttimer, Edward Relph, Nicholas Entrikin.<sup>22</sup>

Após a “coroação” que o ano de 1976 representou em termos de reconhecimento da geografia humanista anglófona, caberia destacar, ainda na década de 1970 a publicação do livro organizado por David Ley e Marwyn S. Samuel em 1978, intitulado: **“Humanistic Geography: Prospects and Problems”**, enquanto esforço de síntese de um conjunto de autores que buscavam, então, contribuir com os debates epistemológicos, metodológicos na corrente humanista na Geografia<sup>23</sup>. Nesse sentido, Holzer argumenta em relação ao ano de publicação desse livro que,

[...] O mais importante a ser ressaltado é que 1978 repetia, de certo modo, o ano de 1965. Se antes o rótulo da “percepção ambiental” abrigava grupos de geógrafos que não aceitavam as orientações dominantes, agora a geografia humanista assume esse papel abrigando posições dificilmente conciliáveis.

No entanto, esse coletivo humanista tinha bastante claras suas posições epistemológicas, orientadas pela fenomenologia existencialista e cada vez mais abertas aos ensinamentos estruturalistas e marxistas. No campo metodológico e de pesquisas, a situação era mais confusa. Havia uma enorme diversidade de aportes e respostas às questões epistemológicas, mas muito pouco questionamentos críticos vinha sendo feito. Essa situação de definição epistemológica com ecletismo metodológico perduraria até meados dos anos [de] 1980, quando o interesse pela geografia humanista declinou com bastante rapidez (HOLZER, 2016, p. 217).

O declínio ou a perda relativa do vigor da geografia humanista, enquanto orientação teórico-metodológica na Geografia nas décadas subsequentes não constituem, para este momento da pesquisa, uma questão substantiva que careça de exposição extensiva, na medida em que importa, por enquanto, fornecer uma qualificação panorâmica do sentido da geografia humanista, focalizando notadamente sua gênese. Essa qualificação prévia teve o propósito, tão somente, de fornecer um enquadramento geral sobre o qual será possível incidir a análise que será desenvolvida no capítulo seguinte. De fato, o desenvolvimento ulterior que a

---

**“Perspectivas da Geografia”**, organizado por Antônio Christofolletti com os respectivos títulos: **“Geografia Humanística”** (Tuan); **“Aprendendo o dinamismo do mundo vivido”** (Buttimer).

<sup>22</sup> Registre-se, novamente, o papel precursor que é atribuído à obra **“O homem e a Terra: natureza da realidade geográfica”**, publicada em 1952 na França por Eric Dardel, notadamente no que tange à influência da fenomenologia na geografia, tendo sido posteriormente convertido em “padrinho” do horizonte humanista.

<sup>23</sup> Sobre a distinção do emprego dos adjetivos “humanista” [humanista] e “humanistic” [humanístico] consulte os seguintes trabalhos (HOLZER, 1992 p. 322-326; PÁDUA 2013 p. 30-33). A referida discussão, não obstante importante pelo quanto permite precisar o emprego das referidas noções no contexto da constituição desta vertente da renovação da Geografia não possui, de fato, nenhum rebatimento significativo para os termos com os quais o assunto é problematizado na presente dissertação, bem como para seus principais objetivos.

geografia humanista<sup>24</sup> – e mesmo a sua gênese, brevemente aqui qualificada – importa enquanto alimenta a questão acerca do modo com o qual este horizonte da ciência geográfica estabeleceu um perfil de assimilação da fenomenologia em sua acepção “heideggeriana”. Quanto a isso, é de fundamental importância situar a evolução da geografia humanista desenvolvida por pesquisadores brasileiros, porquanto este nicho bibliográfico se constituiu, como será ratificado ao longo da pesquisa, enquanto uma fonte insuspeita da leitura humanista do referido filósofo.

### **3.3. A Gênese do horizonte humanista na pesquisa brasileira em Geografia**

O surgimento e o desenvolvimento da geografia humanista no Brasil, seguiu em certa medida o caminho da geografia humanista anglófona, ou seja, foi a partir do debate sobre a percepção ambiental na geografia, que houve o surgimento de uma corrente humanista no Brasil. A diferença se dá em relação ao período histórico, pois

[...] não houve especificamente um movimento humanista organizado e forte nos anos 1970 ou 1980. O que assistimos, no caso brasileiro, foram repercussões pontuais a partir daquele eixo original do movimento humanista: a percepção do meio ambiente, especialmente ligada ao grupo da Universidade Estadual Paulista (UNESP) de Rio Claro (SP), liderado pelas professoras Livia de Oliveira e Lucy P. Marion Machado [...] (MARANDOLA JR, 2013, p. 53).

Assim, as décadas de 1970 e 1980 ainda constituíram um período bastante embrionário do que viria a se desenvolver enquanto “coletivo humanista” na pesquisa brasileira. A repercussão da orientação humanista na ciência geográfica ainda era pontual. Nesse contexto um papel de destaque é atribuído a um grupo de professores da Unesp/Rio Claro, impulsionados pela contribuição distintiva da professora Livia de Oliveira:

Um dos mais expressivos centros de estudos e pesquisadores filiados a essa corrente [geografia humanista] no Brasil é justamente a UNESP de Rio Claro-SP, principal núcleo irradiador dos estudos de percepção ambiental, sob a liderança das geógrafas Livia de Oliveira e Lucy Machado, que conseguiram formar um grupo numeroso de discípulos, não apenas em Rio Claro como também em todo o país. Além das muitas pesquisas e publicações pessoais, as duas professoras orientaram algumas dezenas de dissertações e teses dentro da temática geral da geografia humanista e em particular, da percepção e cognição ambientais com uma abordagem principalmente de base piagetiana. Além disso, o grupo da UNESP de Rio Claro está à frente dos Encontros Interdisciplinares sobre o Estudo da Paisagem, realizados bianualmente, resultando na publicação de anais bastante ricos e num aumento significativo do intercâmbio entre pesquisadores vinculados às temáticas humanísticas, de todo o Brasil [...] (AMORIM FILHO, 1999, p. 81).

<sup>24</sup> Acerca do desenvolvimento ulterior da geografia humanista, sua associação e recomposição juntamente à geografia cultural renovada, consulte-se, dentre outros, Holzer (1992, 2016); Marandola Jr. (2013).

A percepção ambiental, nomeada de Geografia da percepção, constituiu o modo pelo qual a geografia humanista foi reconhecida inicialmente no Brasil (MARANDOLA Jr. 2013). Foi também através da mediatização da Geografia da percepção que os primeiros textos da geografia humanista foram traduzidos e publicados no Brasil, no final da década de 70. Foram traduções pontuais, como o artigo de Yi-Fu Tuan, **"Ambiguidade nas atitudes para com o meio ambiente"**, traduzido em 1975; e o artigo de Edward Helph, **"As bases fenomenológicas da geografia"**, traduzido em 1979.

Foi durante a década de 1980 que as primeiras influências da corrente humanista seriam sentidas na geografia brasileira de forma mais sistemática. Isso foi basicamente o resultado de dois fatores. De um lado, a tradução de artigos através do livro **"Perspectiva da Geografia"** organizada por Antonio Christofolletti em 1982. Neste livro foram publicados quatro artigos de reconhecida relevância para a Geografia humanista: **"Apreendendo o dinamismo do mundo vivido"**, de Anne Buttimer (1982); **"Geografia experiência e imaginação: em direção a uma nova epistemologia geográfica"** de David Lowenthal (1982); e, **"Geografia humanística"**, de Yi-Fu Tuan (1982). O artigo de **"O humanismo contemporâneo em Geografia"**, de Nicholas Entrikin que havia sido publicado em 1980 através do Boletim de Geografia Teorética. As publicações desses artigos foram de fundamental importância para a penetração das propostas dos pioneiros do humanismo em geografia no Brasil. De outro lado, destacam-se as traduções dos livros de Yi-Fu Tuan realizadas pela professora Livia de Oliveira: **"Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente"**, traduzido em 1980; e **"Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência"**, traduzido em 1983.

Apesar de essas traduções terem oferecido uma amostra significativa do panorama do perfil das propostas e dos debates desenvolvidos pelos pioneiros do horizonte humanista, considera-se – como será evidenciado na citação abaixo – que será a partir da década de 90 que haverá, efetivamente, uma ampliação significativa da geografia humanista no Brasil. Essa ampliação teria sido desenvolvida, em grande medida, em associação à renovação da Geografia cultural em curso em nosso país ao longo da década de 1990:

Diferente da geografia humanista, a renovação da geografia cultural ocorre com força e de forma visível no Brasil, apenas com um pequeno hiato em relação aos países anglo-saxões, embora com origens e inspiração francesa. Ao final da década de 1990 esse movimento de renovação torna-se nacionalmente perceptível, na forma de simpósios e publicações do Núcleo de Estudos sobre Espaço e Cultura, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Essa renovação, que epistemologicamente bebe da geografia humanista estadunidense [...] dá visibilidade a autores brasileiros que construíram suas dissertações de mestrado e teses de doutorado ao longo dos anos de 1990 focados de forma explícita na fenomenologia: Werther Holzer e João B. F. de Mello, sobretudo (MARANDOLA JR. 2013, p. 55).



De acordo com o autor supracitado, em função do quadro acima, foi ao longo dos anos 2000 que se deu uma ampliação marcante do horizonte humanista no Brasil, notadamente a vertente desse horizonte que aspiraria desenvolver-se através de uma busca de fundamentação fenomenológica. Para o referido autor, ao analisar a trajetória da geografia humanista no Brasil, até a década de 1990,

[...] a fenomenologia é apenas pontualmente ou marginalmente significativa no trabalho dos geógrafos, não aparecendo na imagem da geografia feita no Brasil até meados dos anos 2000: a fenomenologia é algo marginal, que aparece parcial ou raramente, sem clareza de seu papel ou potencialidade [...] (MARANDOLA JR. 2013, p. 54).

A ampliação de uma vertente fenomenológica do horizonte humanista no Brasil, ao longo da década de 2000, estaria também diretamente articulada com o crescimento do número de grupos de pesquisa, que passaram a se dedicar regularmente ao tema da fenomenologia na geografia humanista.

Nesse sentido, o “Grupo de Pesquisa Fenomenologia e Geografia” (**NOMEAR**) que passou a existir a partir de 2004 pode ser destacado no sentido de fomentar o tema da influência da fenomenologia na Geografia a partir do debate epistemológico. O grupo está sediado, atualmente, no Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas (CHS) da Faculdade de Ciências Aplicadas (FCA) da Unicamp. Outro destaque é que o grupo **NOMEAR** ajudou a fundar no ano de 2008, o Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (**GHUM**)<sup>25</sup>, sediado na Universidade Federal Fluminense (UFF). Esse grupo tem sido um irradiador da corrente humanista no Brasil, a partir do desenvolvimento de uma vertente fenomenológica.

É possível constatar um crescimento contínuo de criação desses grupos de pesquisa na geografia brasileira. No ano de 2014 foi criado o “**Núcleo de Pesquisa em Geografia Humanista**” (**NPGEOH**), composto por docentes e discentes envolvidos com as ciências humanas, ligados ao Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em 2015, foi criado o “**Grupo Geografia Humanista, Arte e Psicologia Fenomenológica**” (**GhuAPo**) ligado a Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM)<sup>26</sup>.

<sup>25</sup> É importante destacar nesse contexto o papel do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural (**GHUM**). Pois, a partir desse grupo de pesquisa houve a organização da revista Geograficidade, que tem se constituído como importante elo de divulgação da vertente fenomenológica da geografia humanista brasileira. A revista que teve sua primeira edição em 2011, possui uma média de três publicações anuais com artigos dedicados a temática fenomenológica.

<sup>26</sup> Outros núcleos pertencentes a corrente humanista como o Núcleo de Estudo em Espaço e Representação (**NEER**) e o Núcleo de Estudos sobre Geografia Humanística, Artes e Cidade do Rio de Janeiro (**NeghaRIO**) não possuem como tema central a fenomenologia. O **NEER** que possui uma ampla rede de pesquisadores

É interessante constatar que esses grupos e núcleos não funcionam de forma isolada e desarticulada, quando se considera o papel desempenhado pelo **GHUM** no surgimento do **NPGEOH** e **GhuAPo**<sup>27</sup>.

Outro aspecto importante acerca do papel desses grupos – e da articulação entre eles – diz respeito aos encontros promovidos por esses grupos e núcleos de pesquisa. Cronologicamente os encontros começaram em 2005, com o **“Simpósio Nacional sobre Geografia, Percepção e Cognição do Meio Ambiente (SINPEC)”**, realizado em Londrina no Paraná. Em 2006, foi realizado o **“I Encontro de Estudos sobre Geografia e Humanismo”**, após esse evento, os encontros foram anuais até 2009, nesse ano quando se realizou o **“IV Encontro de Estudos sobre Geografia e Humanismo”** a fenomenologia foi destacada como temática principal. Esses quatro encontros sobre geografia e humanismo foram realizados no “eixo” Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) - Universidade Estadual de Londrina (UEL), na medida em que eram os docentes e discentes dessas universidades que fomentavam e articulavam esses encontros por meios de seus respectivos grupos de estudos. No ano de 2010 foi realizado o primeiro **“Seminário Nacional sobre Geografia e Fenomenologia”**, que está na sua sexta edição, realizada em 2016. A mudança na temática dos encontros é indicativa da importância que se passou a atribuir à fenomenologia entre os pesquisadores brasileiros filiados ao horizonte humanista. Esses seis seminários não se concentraram apenas em Londrina e Campinas, mas passaram a abranger outras cidades, de outros estados, como Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais, e conseqüentemente, outros departamentos de geografia - ampliando assim o processo de institucionalização da geografia humanista em nosso país<sup>28</sup>.

Os seminários sobre geografia e fenomenologia, além disso ajudam a entender o motivo pela qual Marandola Jr. (2013) afirma que haveria na corrente humanista a consolidação de uma vertente fenomenológica, pois, como registra o referido autor, esses seminários constituiriam “[...] a ampliação e difusão do interesse específico pela fenomenologia no pensamento

---

desenvolve suas pesquisas, principalmente, a partir da abordagem cultural. Enquanto, o **NeghaRIO** que segue os princípios do horizonte humanista possui uma pluralidade epistemológica característica desse horizonte.

<sup>27</sup> A percepção dessa articulação se deu pela constatação de que os membros fundadores desse novo núcleo e grupo pertenciam inicialmente ao GHUM. Isso também é evidenciado pelo próprio blog que o GHUM mantém, onde se concentram grande parte das informações sobre os encontros, assim como sobre os núcleos e grupos que estão de algum modo filiado atualmente à perspectiva de pesquisa da vertente fenomenológica da geografia humanista no Brasil. Inclusive, é por meio desse blog que são divulgadas as defesas de pesquisas filiadas a essa vertente como também as publicações de livros. Isso pode ser verificado no blog: <https://geografiahumanista.wordpress.com/>.

<sup>28</sup> Essas informações são uma síntese dos dados disponíveis no blog do GHUM para mais informações consulte o blog: <https://geografiahumanista.wordpress.com/>

geográfico, *realizando uma religação entre o movimento humanista estadunidense dos anos de 1970 [...]*" (2013, p 55, grifo nosso).

De fato, o movimento de religação com a geografia humanista anglófona da década de 1970, no contexto de ampliação e fortalecimento do “coletivo humanista” na geografia brasileira é inequívoco<sup>29</sup>. Ele pode ser constatado, por exemplo, pela centralidade dispensada aos seus geógrafos pioneiros do humanismo em Geografia: Anne Buttimer, por exemplo, foi requisitada para desenvolver as possibilidades de contribuições da fenomenologia para o estudo do *mundo-vivido* (GERALDES, 2011; MELLO, 2005). As categorias espaciais e a obra de Yi-Fu Tuan foram revisitadas e sistematizadas (MELLO, 2001; PÁDUA, 2013). Além de textos dedicados a própria temática da fenomenologia na geografia humanista (MARANDOLA JR. 2013, AMORIN FILHO, 1999). É, também, nesse contexto que, por exemplo, Edward Relph foi tido como fonte de interpretação do pensamento de Heidegger na geografia humanista (MARANDOLA JR. 2009, 2010, 2012, 2016).

A breve análise do processo histórico de formação, desenvolvimento e consolidação da corrente humanista no Brasil, desenvolvida neste item, nos conduz, por sua vez, ao limiar do horizonte de problematização esposado pela presente dissertação. Isto, pois, o exposto acima nos permitiria levantar a seguinte questão: no contexto de ampliação que o “coletivo humanista” brasileiro conheceu nas últimas décadas, teria a aspiração de fundamentação à fenomenologia, notadamente o pensamento de Heidegger, sido influenciada pelo perfil de assimilação que caracterizou a “fenomenologia geográfica” dos pioneiros da geografia humanista anglófona? A pergunta é pertinente, sobretudo, quando se constata – como o presente item deixou entrever – que o impulso recente que o “coletivo humanista” assistiu em nosso país procurou, a partir dos anos 2000, desenvolver uma filiação fenomenológica mediatizada, ao que parece, pela chave interpretativa dos pioneiros do horizonte humanista.

A elaboração consequente de uma resposta à questão levantada acima implica desenvolver uma investigação que caracteriza, por sua vez, propriamente a inserção no plano da análise central da presente dissertação. Enquanto tal, em função dos limites estabelecidos para este item da dissertação, ela constituirá o conteúdo privilegiado do capítulo seguinte.

---

<sup>29</sup> Um lugar a parte deve ser reservado ao esforço de revisão do surgimento da corrente humanista desenvolvido por Wether Holzer, pelo pioneirismo dentre os geógrafos brasileiros, no sentido de haver contribuído com a publicação de estudos dedicados à uma exposição mais ampla, e rigorosa, dessa corrente (HOLZER, 1992, 1993, 1997, 2008, 2016).

## 4. A REPRODUÇÃO DA LEITURA HUMANISTA DE HEIDEGGER COMO REINCIDÊNCIA DO HORIZONTE HUMANISTA NA “FENOMENOLOGIA GEOGRÁFICA”

### 4.1. Algumas observações sobre o plano expositivo do capítulo<sup>30</sup>

A crítica da leitura humanista de Heidegger, vigente nas contribuições recentes do horizonte humanista da geografia, constitui o objetivo do presente capítulo. Ela será desenvolvida através de uma retomada da oposição que o próprio filósofo manifesta em relação ao humanismo, brevemente indicada no capítulo 2, quando, no tópico 2.1, destacou-se uma citação de seu famoso opúsculo “**Carta sobre o humanismo**” na qual o filósofo acentua que “**o pensamento de *Ser e Tempo* é contra o humanismo**” (HEIDEGGER, 2009 [1947], p. 50, grifo nosso).

Tendo em vista a importância que a posição do filósofo contra o humanismo possui para a presente pesquisa é de fundamental importância ampliar o entendimento acerca da extensão e radicalidade dessa oposição. Nesse sentido, cabe destacar que a possibilidade mesma de se estabelecer uma convergência entre seu pensamento e o humanismo é frontalmente rejeitada por Heidegger, nos seguintes termos:

Suposto que um título [“humanismo”] tivesse alguma importância, será que esse pensamento [no elemento de *Ser e Tempo*], ainda poderia ser designado como humanismo? **De certo que não, enquanto o humanismo pensa metafisicamente [...]** (id. Ibid. pp. 55 – 56, grifo nosso).

Diante do caráter cabal da afirmação do filósofo, parece ser difícil sustentar a pertinência de se recorrer à sua obra visando fornecer uma fundamentação filosófica para uma perspectiva humanista em uma ciência. De fato, a contraposição do filósofo em relação ao humanismo é reiteradamente aprofundada em várias direções ao longo do seu livro “**Carta sobre o humanismo**”, do qual as citações acima foram extraídas. Trata-se de uma publicação na qual a advertência do filósofo contra uma leitura humanista de seu pensamento foi expressa de modo patente, com a clara intenção de tornar incontestável sua posição sobre o assunto. Por isso, cabe seguir de modo mais detido os argumentos de Heidegger na referida obra.

Como se sabe, o livro “**Carta sobre o humanismo**” constitui a publicação de uma carta escrita por Heidegger, em 1946, em resposta a uma série de questões que Jean Beaufret<sup>31</sup> propôs ao filósofo. Dentre as questões enviadas para o filósofo, destaca-se abaixo aquela que

<sup>30</sup> A crítica à leitura humanista do pensamento de Heidegger promovida pelo horizonte humanista na Geografia desenvolvida no presente capítulo foi, de maneira preliminar, apresentada através de dois artigos desenvolvidos conjuntamente (SANTOS; REIS, 2017; REIS; SANTOS; 2017), apresentados no Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação em Geografia (ENANPEGE) em 2017.

<sup>31</sup> Renomado estudioso da obra de Heidegger e um dos principais interlocutores do filósofo na França.

o filósofo observou como sendo mais fundamental, notadamente no que concerne a posição de seu pensamento em relação ao humanismo:

O Senhor [Jean Beaufret] pergunta: De que maneira se pode restituir um sentido à palavra, ‘humanismo’? Sua pergunta não pressupõe somente que o Senhor pretende conservar a palavra ‘humanismo’. Ela implica também o reconhecimento que essa palavra perdeu o seu sentido”.

E o perdeu por se haver percebido que a Essência do humanismo é metafísica, e isso significa agora, por se haver percebido que **a metafísica não só não coloca a questão sobre a Verdade do Ser, mas a obstrui, enquanto persiste no esquecimento do Ser.** (id. Ibid, pp 71 -72, grifo nosso).

[...]

No caso de decidirmos manter a palavra, ‘humanismo’ significa, então: a Essência do homem é Essencial para a Verdade do Ser, mas de tal sorte que o mais importante não seja o homem simplesmente como tal. Nesse sentido pensamos um humanismo todo especial. A palavra [humanismo] indica um título que é um *‘locus a non lucendo’*. (id. Ibid, pp, p. 73, grifo nosso)

Aqui, entende-se como relevante destacar o significado da expressão latina *locus a non lucendo* para indicar o que significaria, para Heidegger, manter o emprego da palavra “humanismo” a partir da direção que ele procurou pensar o homem. A expressão designa uma *“derivação paradoxal ou absurda; algo do qual as qualidades são o oposto do que o nome sugere”*<sup>32</sup>. Por isso, a posição do filósofo quanto a possibilidade de associar seu pensamento ao humanismo é categórica e resoluta:

Será que ainda se pode chamar de “humanismo” esse “humanismo”, que se pronuncia contra todo humanismo vigente, mas sem advogar, de maneira alguma, o inumano? E somente para, talvez participando no uso do título, nadar nas correntes [humanistas] em voga, que se afogam no subjetivismo metafísico e submergem no esquecimento do Ser? Ou não será que o pensamento, **por meio de uma oposição aberta ao humanismo**, não deve antes suscitar um escândalo, capaz de despertar, primeiro, a atenção sobre a *humanitas* do *homo humanus* e sua fundamentação? [...]! Será que não deveríamos suportar, ainda por algum tempo, os mal-entendidos, a que vem sendo exposto o pensamento no elemento de Ser e Tempo, e deixar que se gastem lentamente? **Êsses mal-entendidos são, naturalmente, interpretações do que se lê ou mesmo do que se pretende ter lido, segundo o que se crê já saber antes da leitura** (id. Ibid. pp. 73 – 74, grifo nosso).

Assim, com base nas citações acima torna-se patente - como já havíamos considerado (REIS; SANTOS, 2017) – que o humanismo é compreendido pelo filósofo como esposando uma via de pensar o homem que não somente passa ao largo da *questão sobre o sentido do Ser*, como, além disso, tenderia a obliterar até mesmo o entendimento acerca do sentido da elaboração da questão<sup>33</sup>. É importante sublinhar que posição do filósofo – exposta através das citações feitas

<sup>32</sup> [www.encyclopedia.com](http://www.encyclopedia.com) (verbete *lucus a non lucendo*).

<sup>33</sup> É evidente que uma posição tão destacadamente contundente quanto a que o filósofo exprimiu acerca do caráter inconciliável de seu pensamento em relação ao humanismo alimentou extensivamente a literatura produzida sobre a sua obra. Destaque-se, entretanto (dentro de uma infinidade de publicações de seus comentadores sobre o assunto) a ratificação do caráter inconciliável entre seu pensamento e o humanismo registrado por uma renomada estudiosa do filósofo em língua portuguesa: [...] Sem ser nossa intenção discutir os diversos tipos de humanismo, o seu caráter próprio e a sua validade, importa-nos porém reter aqui, que a cada determinação da essência do homem corresponde sempre, explícita ou implicitamente, uma certa concepção do

acima - não é, de modo algum, algo circunstancial ou restrita a uma determinada “fase” de seu pensamento. Tanto quanto a elaboração da *questão do sentido do ser* constitui o fulcro de “todo” o percurso do pensamento de Heidegger, a crítica dispensada ao humanismo – exposta de forma lapidar acima – é inerente ao curso de toda sua obra.

Como pôde ser observado, o filósofo rejeita expressamente a convergência entre o seu pensamento e o recurso à palavra “humanismo”. A requisição mesma da palavra “humanismo” é objetada à condição de *locus a non lucendo* (contra-senso) e, assim, sinalizaria a intrusão de um pensamento caracteristicamente metafísico que, enquanto tal, tenderia a suplantir o entendimento acerca da necessidade de elaboração da *questão acerca do sentido de ser* – ou seja, o elemento mais irreduzível do pensamento de Heidegger.

Desta forma, a partir do que foi exposto acima, somente através de uma profunda deturpação da posição do filósofo acerca do humanismo seria possível permanecer recorrendo ao seu pensamento como uma “matriz fenomenológica” para fundamentar uma “concepção humanista” da ciência. Deturpação esta que, entretanto – como será demonstrado no que segue - ainda grassa de modo insidioso na disciplina, particularmente em contribuições de geógrafos brasileiros que tem aspirado a filiação institucional e o fortalecimento do “coletivo humanista” (REIS; SANTOS, 2017), como atesta a citação abaixo:

Os **geógrafos** têm buscado a experiência humana sobre a Terra e este objetivo coaduna com o esforço dos **fenomenologistas**. Por isso, entendemos que as concordâncias entre ambos **revelam um sentimento humanista maior de desejo de colocar o homem como medida e valor para um humanismo autêntico**, primando pela humanidade do homem humano, **como o quis Heidegger** (1991 [1947]) e como o **queremos hoje**” [...]“Eis o desafio que vemos à frente para a ciência e para a Geografia: [...]. **Conseguir ter uma ciência permeada pelo Humanismo** e pela Abordagem Cultural, sem perder nossas raízes e tradições. **É a proposta de uma ciência humanista** e orgânica, consubstanciada entre o material e o imaterial, mas **com um valor de medida: o homem**”. (MARANDOLA JR. 2005, pp.77 – 78, grifo nosso).

Para Reis; Santos (2017) a discrepância entre a posição do filósofo e a interpretação que lhe é imputada não poderia ser maior. Não se trata, contudo, de um deslize de interpretação incidental, mas a evidência de uma radical incompreensão em relação ao âmbito do pensamento do filósofo, tornado corrente na leitura que lhe foi imputada na geografia

---

ente como tal e em totalidade. [...] Contudo, não somente a pergunta sobre o homem requer uma interpretação do ente como tal e em totalidade, como também a pergunta sobre o ente como tal e em totalidade recai de uma forma eminente sobre a realidade humana que interroga, pondo-a desta forma em questão, reclamando a determinação da sua essência. Pode-se por isso dizer, que todo o humanismo é metafísico e que toda a metafísica é, no seu projeto essencial, um humanismo. Metafísico e humanismo implicam-se mutuamente, são como que a dupla face de uma mesma interrogação, cujo percurso é determinado pela pertença recíproca e enigmática do ser e do homem (BLANC, 1998, p. 62-63)

humanista e que permanece insidiosa, notadamente no contexto de expansão que o “coletivo humanista” assistiu na geografia brasileira a partir dos anos 2000. Contraste-se, por outro exemplo, a citação acima com a posição de Heidegger acerca da vinculação entre o “humanismo” e “valor” na citação abaixo, extraída de outra passagem da **“Carta sobre o humanismo”**:

[...] Porque se fala contra o ‘humanismo’, teme-se que se defenda o inumano e se glorifique a brutalidade e barbaridade. Pois, o que é ‘mais lógico’ do que isto: quem nega o humanismo, não lhe resta senão afirmar a desumanidade? [...] Porque se fala contra os ‘valores’ surge uma indignação em face de uma filosofia que [...] se atreveria a desprezar os bens mais elevados da humanidade. Pois, o que é ‘mais lógico’ do que isto: um pensamento que nega os valores, terá necessariamente que declarar tudo sem valor? (p.74). [...]. O pensamento contra ‘os valores’ não afirma ser sem valor tudo que se considera como ‘valores’, a saber, a ‘cultura’, a ‘arte’, a ‘ciência’, a ‘dignidade humana’, o ‘mundo’ e ‘Deus’. Ao contrário. **Trata-se de se compreender de uma vez por todas, que ao caracterizar algo como um ‘valor’, se lhe rouba a dignidade. O que quer dizer: ao se avaliar uma coisa como valor, só se admite o que assim se valoriza, como objeto de avaliação do homem.** Ora, o que uma coisa é, em seu ser, não se esgota em sua objetividade e principalmente quando a objetividade possui o caráter de valor. Toda valorização, mesmo quando valoriza positivamente, é uma subjetivação. Pois ela não deixa o ente ser mas deixa apenas que o ente valha, como objeto de sua atividade. [...]. **Pensar em termos de valor é aqui, como alhures – a maior blasfêmia que jamais se possa pensar em relação ao Ser.** (HEIDEGGER, 2009, p.78; grifo nosso).

Assim, pois, em consonância com o exposto acima, seria necessário reconhecer que a citação do geógrafo destacada anteriormente (MARANDOLA JR., 2005c) constituiria um exemplo do que o filósofo considera a “maior blasfêmia que jamais se possa pensar em relação ao Ser”, na medida em requisita o homem “como valor de medida” para uma ciência humanista – exatamente o que é destacado pelo filósofo como um gesto de destituição da dignidade do homem, característico da metafísica. Na medida em que o *ser* constitui o assunto primordial da ontologia – e, também, a questão cardeal de Heidegger – deve estar também claro em que sentido sugere-se que a leitura humanista do pensamento de Heidegger, caracteristicamente reproduzida no bojo da “geografia humanista”, constitui forte evidência de uma radical incompreensão em relação ao âmbito do pensamento do filósofo (REIS; SANTOS, 2017). É nesse mesmo sentido que a dissertação sugere a vigência de uma “obstrução” que o horizonte humanista poderia exercer em relação à possibilidade de reabilitação do problema da fundamentação ontológica na geografia através de Heidegger.

É importante registrar que a discrepância “interpretativa” observada acima não constitui um equívoco episódico de interpretação que se restringiria ao trabalho especificamente citado, publicado a mais de uma década (MARANDOLA JR., 2005c). Absolutamente: a vigência reiterada da divergência é ratificada em um número significativo de trabalhos do autor em publicações ulteriores e mesmo recentes (MARANDOLA JR. 2003, 2012; 2013; 2014a;

2016). Dentre estas publicações, considera-se importante destacar a ratificação dessa leitura no livro **“O espaço fora do lugar”**, publicado em 2014, quando, na apresentação, lê-se:

O cenário teórico é de maior pluralidade em direção à superação da excessiva fragmentação. E como atestam as contribuições aqui reunidas, não vivemos uma era de ecletismo irresponsável, mas de potencialidades analíticas instigantes para se pensar o ser e, ..., talvez até pensar a ontologia do espaço. [...] **O pensar ontológico** nunca foi mais necessário, por isso tantos recorrem atualmente a **Heidegger** para buscar respostas aos problemas da sociedade contemporânea. **Os valores humanistas também nunca foram tão necessários** frente a um mundo desumano e pernicioso. (MARANDOLA JR. 2014b. p. xvii).

Tal como foi questionado por Reis; Santos (2017) como é possível compreender uma divergência tão gritante da assimilação do pensamento de Heidegger no “coletivo humanista” da Geografia? Trata-se, como será evidenciado, de uma divergência cuja principal causa, tanto quanto as consequências a ela associadas, assentam – sugere-se – em um anacronismo injustificado, que acomete publicações relativamente recentes que incidem, lamentavelmente, num problema já superado pela disciplina<sup>34</sup>.

No que se segue o capítulo será subdividido em dois itens, dos quais o primeiro (4.2) busca justificar a resposta sugerida ao questionamento levantado acima; enquanto o tópico subsequente (4.3) procura destacar as principais consequências da leitura humanista de Heidegger, apontando para uma alternativa de liberação dos principais problemas que, reiteradamente, tem acometido a interlocução da ciência geográfica com o pensamento do filósofo.

#### **4.2. O significado da leitura humanista de Heidegger na pesquisa recente em geografia humanista: um esforço de análise**

O foco do presente tópico visa demonstrar o caráter injustificável do anacronismo de publicações que, recentemente, aspiram desenvolver uma base fenomenológica à geografia humanista através da interlocução estrita com o pensamento de Heidegger.

Trata-se de uma análise que tem um fio condutor bastante restrito, que irá privilegiar um aporte bibliográfico bastante limitado, a saber: tratar-se-á somente das publicações recentes

---

<sup>34</sup> O anacronismo aludido acima é patente quando se considera, por exemplo, a crítica desenvolvida desde meados da década de 1980 por Pickles acerca da “fenomenologia geográfica” dos pioneiros da geografia humanista. Sugere-se, nesse sentido, que a leitura humanista de Heidegger em estudos recentes da geografia humanista constitua a expressão, defasada, do que Pickles criticou enquanto “fenomenologia geográfica”, ao submeter em revista a interlocução que os pioneiros da geografia humanista anglófona travaram com a filosofia fenomenológica. Em sendo pertinente essa leitura, para além de tornar inteligível a proveniência da leitura humanista de Heidegger, associando-a com os problemas característicos da “fenomenologia geográfica” dos pioneiros, importa, igualmente, observar os seus desdobramentos nas pesquisas recentes. Esse é o propósito do tópico seguinte.



que, ao abordarem a relação entre a geografia humanista e a fenomenologia, permanecem considerando - em algum grau - factível divisar uma fundamentação fenomenológica à geografia humanista através da interlocução com o pensamento de Heidegger. Acrescente-se que a análise que se segue não tem em vista uma análise exaustiva do universo de publicações que atende aos requisitos acima destacados. Entende-se que a indicação do caráter sistemático de publicações que dispensam uma leitura humanista ao filósofo seja suficiente para justificar a necessidade da crítica que será desenvolvida.

A razão da orientação indicada acima deve estar clara: assenta-se na crassa incompatibilidade entre o pensamento do filósofo e o humanismo, demonstrada desde os primeiros parágrafos do presente capítulo. Por sua vez, a crítica de Pickles (1985), acerca da “fenomenologia geográfica” dos pioneiros da geografia humanista joga um papel de fundamental importância, no sentido de ratificar o caráter injustificado do “anacronismo” de se desenvolver uma leitura humanista de Heidegger, na medida em que, conforme foi possível demonstrar com base no autor (no item 2.2 do capítulo 2), somente passando ao largo da crítica interna que o próprio horizonte humanista desenvolveu nas décadas subsequentes a sua gênese, no início da década de 1970, seria possível permanecer sob a reprodução de uma leitura humanista do filósofo na ciência geográfica.

Assim dispostos os termos da análise crítica proposta, serão, a princípio, priorizados os trabalhos que atendem os requisitos acima indicados que sejam dotados, no entanto, de um perfil mais “teórico” sobre o assunto - isto é, que reproduzem a leitura humanista de Heidegger em publicações de caráter teórico dedicadas ao fomento da geografia humanista<sup>35</sup>.

De fato, em função da enorme profusão da pesquisa filiada ao horizonte humanista nas últimas décadas, as publicações vinculadas à geografia humanista que permitem, de modo mais ou menos evidente, reproduzir uma leitura humanista de Heidegger, encerra um universo bibliográfico cujo volume é expressivo – a despeito de encerrar um recorte restrito no âmbito do universo das publicações vinculadas à geografia humanista em geral.

Em função disso, observou-se como relevante focalizar, dentre essas publicações, aquelas levada a termo por pesquisadores que trataram mais regularmente sobre o tema e, por extensão, por terem assumido um papel alto diretivo, no que concerne ao perfil da assimilação do filósofo na pesquisa brasileira em Geografia nas últimas décadas (MARANDOLA JR. 2003, 2005a, 2005b, 2005c, 2008, 2012, 2013, 2014b, 2016; DAL GALLO; MARANDOLA

---

<sup>35</sup> A análise das repercussões dessa leitura em trabalhos que se orientaram no sentido de desenvolver pesquisas empírico-aplicadas através da leitura humanista de Heidegger será reservada ao item subsequente do capítulo.

JR., 2015a, 2015b; HOLZER, 1998, 2001, 2010a, 2010b, DO CARMO, 2016; FERREIRA, 2013)

Destacam-se, nesse sentido, para fins de análise mais detida as publicações levadas a termo por Marandola Jr (2003; 2005a; 2005b; 2005c; 2008; 2012; 2013; 2014b; 2016); e; Dal Gallo; Marandoya Jr (2015a; 2015b)<sup>36</sup>. Estes trabalhos abarcam - além de um volume significativo de publicações sobre o tema - uma diversidade de elementos, sobretudo, relevantes para os propósitos da análise subsequente, na medida em que o assunto é desenvolvido nestas publicações sob a forma de trabalhos de síntese, à guisa de balanço acerca das relações recentes entre a fenomenologia e a geografia humanista; bem como, além disso, através de trabalhos estritamente dedicados à análise da assimilação de Heidegger na geografia humanista<sup>37</sup>.

A fim de principiar a análise destaque-se o trabalho intitulado “**Heidegger e o pensamento fenomenológico em geografia: sobre os modos geográficos de existência**” publicado em 2012. Como o título revela, o trabalho é diretamente voltado para a interlocução com o filósofo e, já ao expor o objetivo do artigo, o nexos entre Heidegger e a geografia humanista é explicitamente registrado, nos seguintes termos:

O objetivo deste artigo é discutir a influência do pensamento heideggeriano na construção de uma abordagem fenomenológica em Geografia, **no interior da Geografia Humanista**. Farei isso em três movimentos: (1) Mapear como os estudos humanistas, de orientação fenomenológica, utilizaram o pensamento de Heidegger enquanto base epistemológica e ontológica. Como recorte metodológico deste estudo, vou me concentrar nas repercussões e incorporação do pensamento de Heidegger no movimento humanista neste grupo de geógrafos que originou a Geografia humanista nos anos 1960 e 1970 nos Estados Unidos. (...); (2) Compreender a influência de Heidegger na geografia fenomenológica de Edward Relph, geógrafo canadense, provavelmente o autor que de forma mais significativa incorporou a filosofia do alemão, embora não da forma de uma geografia heideggeriana (...); (3) Por fim, o terceiro movimento, à guisa de conclusão, é refletir sobre as possibilidades abertas pelo pensamento heideggeriano para uma **fenomenologia geográfica** contemporânea a partir de sua noção de habitar (dwelling): seu conceito mais fecundo para uma ontologia geográfica” (MARANDOLA JR., 2012, pp. 83 – **grifo nosso**).

<sup>36</sup> O caso do autor supracitado é apenas emblemático, em função, por um lado, da ênfase crescente que o referido geógrafo passou a dispensar ao pensamento de Heidegger como matriz para o pensamento fenomenológico na geografia e; de outro lado, do papel institucionalmente representativo que o referido geógrafo assumiu na ampliação que o coletivo humanista conheceu a partir dos anos 2000. Nesse sentido, a análise mais detida dos trabalhos do geógrafo humanista citado acima é relevante, na medida em que uma quantidade significativa de seus trabalhos aponta para a confluência entre a geografia humanista e o pensamento de Heidegger, nos termos que será considerado no que segue. Por sua vez, em se tratando de um pesquisador cujo **volume** de publicações dedicado ao tema é **muito expressivo** e, além disso, considerando também o papel institucional representativo que justificadamente lhe é atribuído para a ampliação da geografia humanista em nosso país, é de se supor que a interpretação que seus trabalhos promovem sobre o filósofo tenha influenciado o entendimento do pensamento de Heidegger no plano mais geral do debate interno da ciência geográfica nas últimas décadas.

<sup>37</sup> Há, além disso, diversas publicações do referido geógrafo que desenvolvem pesquisas empírico-aplicadas em geografia a partir do recurso à fenomenologia de Heidegger, que serão considerados no tópico seguinte.

Claro está que o objetivo do trabalho acima exposto é estritamente convergente à problemática da presente dissertação: trata-se de uma publicação que tem em vista a análise da influência do pensamento de Heidegger na ciência geográfica, concentrando-se no vínculo que se estabeleceu no bojo da geografia humanista anglófona.

Com esse propósito o autor desenvolve uma revisão sintética da contribuição dos autores vinculados à geografia humanista anglófona, mais diretamente influenciados por Heidegger: são, assim, revistas contribuições de Edward Relph; J. Nicholas Entrikin; A. Buttimer; etc. A guisa de sistematização, Marandola Jr. (2012), destaca em seu texto uma “Caixa 01” – Conceitos e ideias **heideggerianas** utilizadas por **geógrafos humanistas estadunidenses**: ser-aí; habitar; ser-no-mundo; identidade e diferença; autenticidade; quadratura do habitar; entendimento do tempo; comportamento – práticas corporais; posição-situação”.

Três elementos da revisão desenvolvida por Marandola Jr. (2012), devem ser destacados. Em primeiro lugar é bastante peculiar que os autores e contribuições revistos por Marandola Jr. no texto sejam, em linhas gerais, os mesmos geógrafos humanistas que foram interpelados por Pickles (1985) sem, contudo, que o problema da “fenomenologia geográfica” tenha sido sequer conjecturado por Marandoljo Jr. (2012). Ou seja a revisão que este autor realiza acerca dos pioneiros da geografia humanista mais influenciados pelo pensamento de Heidegger é tão apologética das contribuições dos pioneiros da geografia humanista quanto, em igual medida, meramente “descritiva”: a revisão do autor se limita a elencar as noções do filósofo (conceitos e ideias heideggerianas) presentes nos textos examinados sem, em momento algum, problematizar a consistência da assimilação do pensamento do filósofo entre os pioneiros da geografia humanista estadunidense.

Um segundo elemento que deve ser destacado é o fato de que o geógrafo tenha passado ao largo da incompatibilidade entre o pensamento de Heidegger e o humanismo, tendo em vista que o objetivo declarado de seu texto tenha sido o de analisar a influência do filósofo na geografia humanista estadunidense.

Contudo, o terceiro elemento, sobretudo inquietante da revisão conduzida pelo autor, constitui o fato de que o livro de Pickles (1985) – o mesmo que nos serviu de fio condutor para a elaboração da presente dissertação – tenha sido objeto de apreciação por Marandola Jr (2012), nos termos que serão destacados abaixo:

Apesar desta riqueza e dos avanços que podemos identificar na forma como o pensamento de Heidegger era utilizado nos anos 1970 e depois, poucos estudos efetivamente mergulharam em seu pensar como o fez John Pickles, no livro *Phenomenology, Science and geography: spatiality and the huma Science*, que

considero um dos melhores estudos epistemológicos para uma **fenomenologia geográfica**” (sic) [...] (MARANDOLA JR., 2012, pp.85; **grifo nosso**).

A citação acima permite atestar a razão pela qual Marandola Jr. não traz à tona a crítica que Pickles desenvolveu sobre a “fenomenologia geográfica” dos pioneiros da geografia humanista. Ele, então, demonstra passar ao largo do teor e sentido desta crítica na exata medida em que não assimila o sentido da problemática desenvolvida por Pickles, no que concerne a diferença estabelecida por este geógrafo entre uma “fenomenologia geográfica” e uma “geografia fenomenológica” (item 2.2, do capítulo 2). Isso pode ser observado, quando Marandola Jr. (2012) considera o livro de Pickles como um dos melhores exemplos para desenvolver uma “fenomenologia geográfica”.

Ora, o sentido que Pickles imputa à “fenomenologia geográfica” aponta para a fonte dos principais problemas da assimilação da fenomenologia entre os pioneiros da geografia humanista anglófona. Além disso, como pode ser observado na passagem em que Marandola Jr. (2012) apresenta o objetivo do texto, ele propõe “compreender a influência de Heidegger na **geografia fenomenológica de Edward Relph**”. Aqui também o autor demonstra que sua publicação passa ao largo da problemática desenvolvida por Pickles (1985), na medida em que destaca a contribuição de Relph como um expressão de uma “geografia fenomenológica” influenciada por Heidegger: ora, a leitura que Pickles desenvolveu sobre o perfil da assimilação da fenomenologia entre os pioneiros da geografia humanista, dentre os quais está presente a obra de Relph citada por Marandola Jr. (2012), é que incitou à formulação da noção de “fenomenologia geográfica” sob uma acepção profundamente crítica, por parte de Pickles (1985).

A princípio não haveria problema algum na posição assumida por Marandola jr. (2012) acerca do emprego das noções de “fenomenologia geográfica” e “geografia fenomenológica” no sentido registrado pelo autor: poder-se-ia considerar o emprego dessas noções uma codificação terminológica-formal que o próprio autor teria cunhado para desenvolver seu trabalho. Há, contudo, um problema que inviabiliza a possibilidade de relativizar o emprego que o autor fez dos rótulos “fenomenologia geográfica” e “geografia fenomenológica”, qual seja: a obra de Pickles (1985) é referenciada de maneira extremamente elogiosa por parte do geógrafo humanista.

Ora, a posição acima indicada não é coerente com o fato, demonstrado anteriormente, de que Marandola Jr. (2012) inverte, radicalmente, o sentido das formulações que foram centrais para a investigação de Pickles (1985). Como foi observado, Marandola Jr. (2012) destaca

elogiosamente o trabalho de Pickles como um dos melhores “estudos epistemológicos para uma *fenomenologia geográfica*”. Trata-se de uma interpretação insustentável, na medida em que a formulação mesma da proposição de “fenomenologia geográfica” foi cunhada por Pickles (1985) para conduzir uma análise crítica sobre o perfil da assimilação da fenomenologia entre os pioneiros da geografia humanista anglófona. Da mesma maneira, não faz sentido referir-se à obra de Edward Relph como expressão de uma “geografia fenomenológica” inspirada no pensamento de Heidegger<sup>38</sup>, a não ser através de uma franca contradição com a posição estabelecida por Pickles (1985). Isso se verifica na medida em que Relph é, destacadamente, um dos principais expoentes da geografia humanista anglófona, e, enquanto tal, sua obra foi objeto de análise de Pickles (1985) - tão relevante quanto os trabalhos de Yi-fu Tuan; Buttimer, etc., para a formulação de sua crítica à “fenomenologia geográfica” dos pioneiros da geografia humanista. Desta forma, Marandola Jr. (2012) inverte o sentido das formulações cunhadas por Pickles (1985), dando sinais significativos de que – a despeito da referência extremamente elogiosa que dispensou a contribuição de Pickles - o sentido da contribuição de Pickles (1985) não foi absolutamente absorvida pelo geógrafo humanista.<sup>39</sup> Por essa razão, não é possível conjecturar que a inversão do significado das noções de “fenomenologia geográfica” e “geografia fenomenológica” cometida por Marandola Jr. (2012) possa ser apreendida como um mero deslize terminológico (ou mesmo de tradução).

Outra evidência da leitura apologética da interpretação que o autor dispensa à assimilação que os geógrafos humanistas realizaram de Heidegger, pode ser observada no início da citação acima, ao ponderar que **“Apesar desta riqueza e dos avanços que podemos identificar na forma como o pensamento de Heidegger era utilizado nos anos 1970 e depois [...]”** (MARANDOLA JR. 2012, p. 85, grifo nosso). Por sua vez, já nas primeiras páginas da introdução do livro de Pickles (1985) a assimilação da fenomenologia entre os geógrafos

---

<sup>38</sup> Cabe notar que o mesmo trabalho de Edward Relph a saber, **“Place and Placelessness”** que Marandola Jr. (2012) analisou, foi, igualmente, objeto de análise de Pickles (1985).

<sup>39</sup> É importante sublinhar que a distinção estabelecida por Pickles (1985) entre uma “fenomenologia geográfica” e uma “geografia fenomenológica” já havia sido assimilada desde o início da década de 1990, por um dos geógrafos brasileiros que mais sistematicamente se debruçou sobre a geografia humanista e, além disso, seus trabalhos são regularmente referenciados, no bojo, da ampliação do horizonte humanista nas últimas décadas. Registre-se, assim, a leitura precisa dispensada sobre o assunto por W. Holzer: Pickles distinguia uma **“fenomenologia da geografia”** [fenomenologia geográfica], surgida da adaptação da fenomenologia aos conceitos tradicionais da geografia, de uma **“geografia fenomenológica”**, mais próxima da psicologia fenomenológica husserliana e diferenciada da fenomenologia descritiva de Heidegger, propiciando uma ontologia da espacialidade humana (HOLZER, 1992; p. 137, grifo nosso).

humanistas é problematizada com um teor de crítica tão aguda quanto central para a obra deste geógrafo.

Contudo, para além destas considerações críticas, deve ser destacado o problema que observamos de maior relevância, a saber, o fato de que Heidegger permanece extensiva e sistematicamente sendo citado em uma miríade de publicações recentes da geografia humanista brasileira como uma matriz fenomenológica, sendo requisitado para a fundamentação da geografia humanista. Nesse sentido é, a rigor, indiferente a relevância que se possa atribuir à obra de Pickles (1985) - como foi feito no parágrafo precedente - pois, independente da contribuição deste geógrafo ser ou não referenciada e/ou compreendida, permanece sobejamente incólume o problema da incompatibilidade entre o pensamento de Heidegger e o humanismo, em um volume insuspeito de publicações. Ou, de outro modo: é de se causar “espécie” que o problema desta incompatibilidade – exposta no início deste capítulo – não tenha merecido o destaque que lhe é devido, entre os pesquisadores que tem aspirado contribuir para o aprofundamento do pensamento de Heidegger na ciência geográfica. Esta lacuna pode ser reiteradamente observada, pelo modo mesmo com o qual o impulso recente por parte dos geógrafos humanistas brasileiros, em relação ao recurso do pensamento de Heidegger é pretendido, como atesta, de modo inequívoco, a passagem a baixo:

A Geografia, ciência construída sobre bases empíricas, amarga um diálogo raso ou de terceira mão com os filósofos, afetando-se por ondas secundárias ou terciárias de pensamento. As influências diretas do pensamento filosófico nos escritos e na prática geográfica são pouco discerníveis, menos pela formação dos geógrafos (tantos com profunda e ampla formação) e mais pela prática que por muito tempo alijou o cientista da prerrogativa da reflexão teórica. [...]

Uma das formas que tem sido buscada para suprir tais lacunas é o diálogo mais estreito com o pensamento de alguns filósofos que, mesmo sem terem dedicado atenção específica à Geografia, ocuparam-se, no campo da ontologia fenomenológica, com os problemas concernentes ao homem e ao espaço.

Entre estes, destaca-se Heidegger que, [...], trouxe no devir de seu pensar o sentido da existência fundado no habitar [...].

Seu pensamento tem sido reconhecido como um dos mais fecundos e importantes do século XX, [...]. Como este pensar influenciou/influencia a Geografia? Quais as implicações de um pensamento geográfico projetado a partir de uma matriz heideggerina?

[...] se o pensamento geográfico em geral ignorou a filosofia de Heidegger nos anos 1950 e 1960, o mesmo não pode ser dito daquele movimento humanista que buscou na fenomenologia uma matriz filosófica para as reconstruções epistemológicas que ocorriam naqueles anos pós-Segunda Guerra Mundial [...].

Entre estes geógrafos, fundadores da chamada Geografia Humanista, Heidegger foi um autor fecundo em vários sentidos e níveis de profundidade [...] (2012, pp. 83).

A citação acima supõe que o diálogo que será desenvolvido com Heidegger não seja raso, na medida em que é iniciado com uma crítica ao fato de que a proveniência da Geografia enquanto uma ciência de base empírica teria promovido um diálogo residual com os filósofos. Por sua vez, no subsequente desenvolvimento do texto o que ocorre é o contrário, na medida

em que ratifica a reivindicação de Heidegger como base filosófico-fenomenológica para uma geografia humanista, sem, contudo, trazer à tona o problema da incompatibilidade entre o pensamento do filósofo e o humanismo, constituindo assim um contrassenso. É esse tipo de lacuna que, sugere-se, deve ser destacado como um atestado patente de que a leitura humanista de Heidegger não constitui somente expressão de um diálogo pouco aprofundado: sua reincidência sistemática é reveladora de uma leitura propriamente despropositada do filósofo. Tendo em vista a posição de Heidegger acerca do humanismo, exposta no início deste capítulo, a própria leitura que o autor supracitado desenvolve é “vítima” da crítica que ela própria pretende denunciar, a saber: “...um diálogo raso ou de terceira mão com os filósofos”. Isso pode ser constatado, em função da maneira absolutamente acrítica com a qual o referido autor acolhe a “fenomenologia geográfica” dos pioneiros do humanismo, como fonte derivada através da qual o autor reincide na suposição da importância de Heidegger, enquanto insumo para fomentar uma abordagem humanista na Geografia.

A despeito do autor, aparentemente, retificar a interpretação de Pickles (1985) acerca da diferença entre “fenomenologia geográfica” e “geografia fenomenológica”, na medida em que recorre à formulação “geografia fenomenológica” para tecer ponderações elogiosas a contribuições que seriam exemplos de assimilação da fenomenologia na ciência geográfica (cf. DAL GALLO; MARANDOLA JR., 2015a, 2015b; MARANDOLA JR. 2016), a posição do autor permanece no mínimo ambígua. Destaque-se, para tanto, o texto **“Identidade e autenticidade dos lugares: o pensamento de Heidegger em Place and Placelessness, de Edward Relph”** (MARANDOLA JR., 2016). O propósito do texto é exposto da seguinte forma:

O exame detido desta obra [**Place and Placelessness, de Edward Relph**] no permite cumprir um duplo objetivo:

1. Problematicar a questão da identidade e autenticidade dos lugares no mundo contemporâneo, a partir de uma **fenomenologia geográfica** (sic);
2. Aprofundar a compreensão da influência do pensamento de filósofos fenomenologistas na geografia humanista, e suas repercussões para o pensamento geográfico contemporâneo (MARANDOLA JR., 2016:6, grifo nosso).

O autor permanece (em 2016) tributário da formulação de uma “fenomenologia geográfica”, sem, contudo, problematizá-la. A diferença em relação a contribuição anteriormente analisada (MARANDOLA JR., 2012) reside no fato de que a contribuição de Pickles não é mais referenciada no texto de 2016 – o que é peculiar, tendo em vista o tom de reverência que o autor lhe dispensava em publicações anteriores. Além disso, é de fundamental importância sublinhar que em parte alguma, do texto citado acima, é trazido à tona o problema da incompatibilidade entre o pensamento de Heidegger e o humanismo.

Dado o modo com o qual, já na introdução deste capítulo, pôde ser observado a discrepância com a qual as publicações recentes em geografia humanista tratam resoluções de base do pensamento de Heidegger, não deveria, de fato, surpreender que os desdobramentos de uma leitura assim, comprometida desde sua base, derivassem uma miríade de incongruências. Há, de fato, problemas os mais diversos na leitura que é imputada ao filósofo em diversos trabalhos publicados recentemente no bojo da geografia humanista brasileira.

Dentre estes problemas, gostaríamos de encaminhar a análise para o aspecto que nos parece mais “estruturalmente” problemático, a saber, o fato de se reproduzir, reiteradamente, a reivindicação à filiação ao pensamento de Heidegger para fundamentação fenomenológica da geografia humanista. Ora, uma empresa dessa ordem só pode ser aspirada em se considerando “convergente” os termos em questão, a saber, o humanismo e a fenomenologia “heideggeriana”.

Para ilustrar a reprodução do gesto acima criticado lançaremos mão de outra publicação de Marandola (2013) intitulada **“Fenomenologia e pós-fenomenologia: alternâncias e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea”**. O texto tem a intenção deliberada de fornecer, então, um balanço sobre a relação entre a geografia humanista e a fenomenologia. Destaca-se, igualmente, por constituir um texto cujos objetivos envolvem, diretamente, uma apreciação sobre a geografia humanista na geografia brasileira:

A primeira questão que se coloca, para poder avaliar as tendências e o cenário contemporâneo, é **“que é geografia humanista, hoje?”**. Para isso, será necessário voltar um pouco e pensar no sentido deste rótulo quando surgiu, na geografia estadunidense, tentando entender, a seguir, a especificidade do caminho que esta tomou no Brasil. [...]

Faço esse caminho do ponto de vista da construção dos temas e com um olho voltado para a inserção e papel da fenomenologia neste processo, pois, em minha opinião, é ela que fornece uma especificidade e possibilita uma renovação epistemológica [sic!] da geografia **no interior do movimento humanista**, o que implica dizer, de imediato, que nem toda geografia humanista é fenomenológica. [§ ] O texto está organizado em 3 momentos:

- . O papel da fenomenologia no movimento da geografia humanista estadunidense;
- . Projeções da geografia humanista na geografia brasileira: reajustes recentes;
- . Fenomenologia e além: pós-estruturalismo, a virada cultural e a pós-fenomenologia (MARANDOLA JR., 2013: 5, **grifo nosso**).

O elemento mais substantivo do modo com o qual o autor apresenta a sua reflexão incide, para os nossos propósitos, no fato de que ele destaca a fenomenologia como a fonte mais fecunda para a renovação epistemológica da geografia **através da geografia humanista**. Pois, salta aos olhos o paralelo entre, por um lado, a regularidade de publicações que o autor dispensou diretamente à análise do pensamento de Heidegger no bojo da geografia humanista



e, por outro lado, em nenhum destes textos o problema da divergência entre o pensamento de Heidegger em relação ao humanismo seja trazido à tona. É sobre esse traço, característico da interlocução recente que os geógrafos humanistas brasileiros têm estabelecido com Heidegger que reforça o entendimento de que, propriamente, a índole peculiar ao pensamento fenomenológico deste filósofo não tenha, absolutamente, sido assimilada nestes estudos.

A “conclusão” que o autor chega ao analisar o “papel da fenomenologia no movimento da geografia humanista estadunidense” no texto citado acima é, contudo, ainda mais insólita (se considerada sob o ângulo do pensamento de Heidegger e da posição estabelecida por Pickles sobre o assunto) - do que nos textos precedentes. Isso, pois, o autor considerará as dificuldades de assimilação da fenomenologia no bojo da geografia humanista como “ultrapassada” – apontando, portanto, numa direção diametralmente oposta àquela estabelecida por Pickles (1985). Assim, após discorrer brevemente sobre os pioneiros da geografia humanista estadunidense, no período subsequente à consolidação do horizonte humanista, o autor assevera que

**[...] a geografia humanista, como um todo, não se aprofundou na fenomenologia ao ponto de construir ou propor uma geografia fenomenológica.** Os geógrafos deste movimento escavaram até certo ponto (com exceção de Relph), e diante de dificuldades inerente de se incorporar um sistema heterodoxo como a fenomenologia ao fazer científico, satisfizeram-se com a renovação conceitual que haviam conseguido e com as aberturas que se constituíram. Uma conclusão comum a autores como Entrikin (1976), Buttner (1976) e Tuan (1976) era que a fenomenologia era mais útil como uma orientação, como uma postura, e que ela teria limites muito claros, especialmente para a operacionalização de pesquisas empíricas. Esta situação, sem dúvida, também colaborou para o arrefecimento do movimento e sua não perenidade nos países anglo-saxões [...]. **Considero esta perspectiva completamente superada atualmente, com avanços e pesquisas suficientemente consistentes que mostram que a hesitação na época era circunstancial,** talvez fruto do próprio estado da pesquisa fenomenológica, que ainda carecia de muitas traduções e conhecimento de textos-chave de Husserl e Heidegger (MARANDOLA JR., 2013, p. 53 – grifo nosso).

A citação acima traz à tona uma série de aspectos que, para a nossa pesquisa, requerem ser detidamente analisadas. Em primeiro lugar, é interessante observar no início da citação o autor sinalizou que os aprofundamentos dos estudos pioneiros da geografia humanista na fenomenologia não se desenvolveram a ponto de constituir uma “geografia fenomenológica”. Aqui, o autor parece haver se alinhado com a terminologia empregada por Pickles para tratar da relação entre a geografia humanista e a fenomenologia. Trata-se, contudo, de uma mera aparência de caráter terminológica-formal. Isso se verifica na medida em que o aspecto fundamental a ser observado incide no fato de que no texto citado acima o geógrafo permanece aspirando desenvolver uma “geografia fenomenológica” “através” de uma geografia humanista. Ora, aqui, na reprodução desse gesto reside todo o problema: tendo em

vista a posição de Heidegger sobre o humanismo, uma empresa desta ordem constituiria um paradoxo.

Assim, a despeito do fato de empregar a formulação “geografia fenomenológica” de maneira alinhada à formulação que Pickles (1985) empregou em seu livro, o problema substantivo – notadamente incontornável em relação à fenomenologia heideggeriana – permanece ignorado: a incompatibilidade entre o pensamento de Heidegger e o humanismo não é destacado ao longo de todo texto.

Outro elemento substantivo da citação acima destacada incide no fato de que Marandola Jr. (2013), a despeito de empregar uma terminologia consoante à empregada por Pickles (1985), conclua sua análise acerca da relação entre a fenomenologia e a geografia humanista estadunidense apontando numa direção francamente oposta àquela observada por Pickles (1985): enquanto para este último o “humanismo” é expelido do projeto de uma “geografia fenomenológica”; para Marandola Jr. (2013), os problemas do aprofundamento da fenomenologia entre os pioneiros da geografia humanista estadunidense teria sido circunstancial e, além disso, haveria sido suplantada! As dificuldades de assimilação da fenomenologia entre os pioneiros da geografia humanista teriam sido, supostamente, tributários dos limites de acesso e das traduções dos textos-chave de Husserl e Heidegger<sup>40</sup>.

Com base no exposto ao longo do capítulo, no que foi registrado acerca da posição de Heidegger sobre o humanismo, a colocação de Pickles (1985), radicalmente divergente da posição esposada por Marandola Jr, é a única que pode ser considerada coerente. Por sua vez, a posição de Marandola Jr. (2013) não poderia se sustentar, ao menos em se considerando o posicionamento de Heidegger sobre o humanismo. É nesse sentido que sugerimos a posição assumida por Marandola Jr. (2013) como manifestação anacrônica da “fenomenologia geográfica” se seguirmos os termos de seu próprio criador, isto é, Pickles (1985), na medida em que a própria aspiração de se desenvolver um “aprofundamento” da fenomenologia no âmbito da geografia humanista encerraria um projeto paradoxal – ao menos, ratifique-se, em adequação a forma com a qual Heidegger entende os termos da relação entre seu próprio pensamento e o humanismo.

Por fim, observamos importante destacar uma última passagem relacionada à percepção de Marandola Jr. (2013) sobre as projeções da geografia humanista brasileira recente, no que concerne ao vínculo observado como fecundo com a fenomenologia. Assim, já caminhando

---

<sup>40</sup> Breve nota: “**Ser e Tempo**”, cuja Introdução dá sinais suficientes acerca da incompatibilidade entre o pensamento de Heidegger e o humanismo, foi publicado em língua inglesa desde o início da década de 1960.

para a conclusão de sua análise sobre a evolução da geografia humanista brasileira, o autor sugere que a importância crescente desse horizonte, observada nas últimas duas décadas, estaria associada a

[...] **renovação e retomada da discussão da fenomenologia, a qual radicaliza e dá continuidade ao esforço humanista dos anos 1970**, e de outro, pela postura de pensar a fenomenologia na contemporaneidade, não hesitando em aplicá-la em estudos empíricos. **Há o desenvolvimento de metodologias de trabalho de campo e o esforço de pensar os vários ramos da fenomenologia** e suas consequências para a experiência no mundo atual (GRATÃO, 2002; MARANDOLA JR. 2005; 2008; CHIAPETTI, 2009; DE PAULA, 2010, HOLZER, 2010b; REIS, 2013). [...] Por que essa mudança de ênfase na fenomenologia é importante? Primeiramente porque podemos identificar uma mudança na institucionalização desse horizonte na geografia brasileira: o que somos acostumados a chamar de geografia humanista, especialmente pela continuidade que identificamos com esses movimentos dos anos 1970, [...], hoje parece ter conseguido seu espaço. **Isso tem acontecido especialmente pelo esforço epistemológico de continuar o trabalho iniciado, e não acabado, pelos geógrafos humanistas de constituir uma geografia eminentemente fenomenológica**, razão pela qual o termo fenomenologia, anteriormente não representativo deste coletivo no Brasil, hoje o é [...] (MARANDOLA JR.; 2013:56- grifo nosso).

A citação menciona dois atributos que são, de fato, característicos de uma gama expressiva de publicações recentes da geografia humanista brasileira e que devem ser destacados, no presente capítulo, pelo quanto configurariam orientações extremamente controversas em se tendo em vista o entendimento do “método fenomenológico de investigação” - tal como Heidegger o compreendeu. Trata-se, por um lado, da orientação do aporte fenomenológico para trabalhos que visam amparar estudos empíricos em Geografia; e, por outro lado, da indicação de que a constituição de uma Geografia eminentemente fenomenológica possa se efetivar através de um esforço de caráter “epistemológico”.

Como será visto, o recurso à fenomenologia com vistas ao fomento do debate epistemológico ou à pesquisa empírica em geografia, não são compatíveis com o elemento propriamente fenomenológico do pensamento de Heidegger – tanto quanto não é viável submetê-lo a uma leitura humanista. Por isso, a análise desses atributos será desenvolvida no tópico seguinte, quando serão objeto de crítica por constituírem fontes de obstrução da orientação que, sugere-se, uma ciência particular deveria se concentrar para divisar uma assimilação consistente do pensamento do filósofo, a saber: concentrar-se na reabilitação do problema da fundamentação ontológica da respectiva ciência.

### 4.3. A necessidade de legitimar à reabilitação do problema da fundamentação ontológica na Geografia através da fenomenologia-hermenêutica de Heidegger

Como pôde ser qualificado ao longo deste capítulo, as contribuições recentes do “coletivo humanista” que imputam uma leitura humanista à obra de Heidegger exprimem uma perspectiva de lidar com o seu pensamento em franca contradição com as resoluções de base do filósofo sobre o humanismo. Sob esse enquadramento, é curioso observar que, regularmente, nestes trabalhos, a leitura humanista do filósofo seja acompanhada de uma série de indicações que sublinham não somente a pertinência de se requisitar a filiação ao pensamento de Heidegger à geografia humanista, mas, além disso, está requisição também se faça regularmente acompanhar de comentários que visam reforçar a própria importância institucional da geografia humanista, enquanto tal.

De fato, é patente que paralelo ao anacronismo da leitura humanista do filósofo – qualificada ao longo do presente capítulo – seja registrado uma série de indicações que visam resguardar a importância atual da “geografia humanista” (DAL GALLO, 2015; MARANDOLA JR. 2012, 2013, 2016; GALVÃO FILHO 2016, HOLZER, 2001 2010b). Nestes termos, somos levados a entender que o anacronismo da leitura humanista do filósofo veiculada em estudos recentes do coletivo humanista exprima uma distorção e a submissão de um problema científico legítimo (a relação entre a fenomenologia e o humanismo em Heidegger), em um pseudoproblema institucional, em função da necessidade de autolegitimação institucional de uma “horizonte” epistemológico da Geografia – portanto, função de atributos que nada diz em respeito à índole do pensamento de Heidegger.

A crítica desenvolvida nesse capítulo não pode, contudo, ser generalizada de modo indeterminado à geografia humanista – ela não incide diretamente sobre os estudos dos pioneiros, nem tampouco sobre as contribuições recentes que dão desdobramento da geografia humanista na geografia<sup>41</sup>. A análise se restringe à crítica dos trabalhos recentes da geografia

---

<sup>41</sup> O argumento exposto no parágrafo precedente pode, à primeira vista, transparecer algo depreciativo em relação à geografia humanista. É de fundamental importância registrar que não é esse, absolutamente, o caso. Conforme registrado desde a introdução da dissertação – e reforçado mais especificamente no capítulo 3 – a presente pesquisa tem clareza quanto ao fato de que a vertente fenomenológica constitui tão somente “uma” vertente através da qual a geografia humanista se constituiu, no bojo do movimento de renovação que a disciplina conheceu na década de 1970 e, além disso, a influência do pensamento de Heidegger constitui apenas uma, dentre outras, variantes através do qual o recurso à fenomenologia se verificou no interior do horizonte humanista. Nesse sentido é importante ratificar que o trabalho não projeta crítica alguma sobre a geografia humanista *per si*. Para fornecer um exemplo “concreto” que consideramos bastante ilustrativo, caberia destacar o livro **“Humanist Geography: an Individual’s Search For Meaning”** escrito por Yi-Fu Tuan e publicado em 2012. A importância deste geógrafo para a gênese da geografia humanista é inquestionável. As incursões que o mesmo procurou desenvolver em relação à fenomenologia, ao longo da fase de formação da geografia humanista, também é amplamente documentada na história do pensamento geográfico. Também não temos

humanista que tornam problemática – senão obstruem - a assimilação de Heidegger na disciplina.

No tópico precedente deve ter ficado evidente em que medida a leitura humanista do filósofo, gestada e reproduzida no bojo do horizonte humanista, teria o potencial de obstruir o alcance que o pensamento de Heidegger poderia assumir na ciência geográfica. Isso pode ser observado ao se levantar a seguinte questão: na medida em que o pensamento de Heidegger é assimilado, nestes estudos, enquanto fecundo para fomentar uma perspectiva “humanista” na ciência geográfica, o que se poderia esperar do desenvolvimento do debate epistemológico ou mesmo de pesquisas empírico-aplicadas que se desenvolvam a partir dessa distorção de princípio? É importante desdobrar esta questão em outra interrogante: a depuração e o refinamento das “noções heideggerianas”, desde a perspectiva humanista, teriam qual propósito, no âmbito de estudos de caso ou do debate epistemológico constituído nestes termos? Seria, por acaso, o propósito de demonstrar a pertinência do recurso de suas noções para legitimar uma ciência humanista, no âmbito epistemológico ou no âmbito da pesquisa empírica? Não há, evidentemente, como entrever uma saída para o dilema de uma assimilação humanista do pensamento de Heidegger que não conduza, seja qual for o desdobramento que se lhe imprima, num contrassenso manifesto.

Conforme sinalizado anteriormente, é através da reabilitação do problema da fundamentação ontológica que se observa o foco sobre o qual uma ciência específica, como a ciência geográfica, deveria se restringir, a fim de permitir que o elemento propriamente fenomenológico do filósofo possa ser divisado e aberto a um desenvolvimento efetivo em uma ciência. Como será visto nos capítulos seguintes, reservados à exposição do pensamento de Heidegger, o primeiro passo no sentido dessa reabilitação consistiria, necessariamente, em legitimar a imprescindibilidade de o geógrafo assumir a *analítica do ser-aí*, antes das requisições que lhe são usualmente atribuídas, na esfera da pesquisa aplicada ou do debate epistemológico.

---

dúvida quanto a contribuição que o renomado geógrafo prestou à ciência geográfica com a publicação do seu recente livro, mencionado nesta nota. Contudo, é de fundamental importância observar que, no referido livro, a referência a Heidegger se limite a uma única menção, discreta, tão residual que não se lhe pode atribuir, de modo algum, nenhuma conotação que aponte no sentido de uma filiação filosófico-metodológica para a referida publicação. A contribuição que Yi-Fu Tuan permanece oferecendo à Geografia, através de sua geografia humanista é, entendemos, tão relevante quanto se lhe tornou supérfluo o recurso à uma filiação filosófica estrita. É, sobretudo, a publicação referida resguarda a coerência do fato de que uma obra cujo título evoque expressamente o humanismo, se prescinda do recurso ao pensamento de Heidegger.

Em “**Ser e Tempo**”, a “[...] analítica do *ser*-aí constitui o primeiro desafio à elaboração” concreta da **questão do ser** e, assim, constitui a fonte da ontologia de base “de onde todas as demais ontologias - inclusive à ontologia em geografia - pode originar-se” (HEIDEGGER, 2013, p.49, grifo nosso). Nesse sentido, as contribuições que não promovem um esclarecimento suficiente acerca do sentido da referida *analítica* - ou o fazem de maneira insuficiente - não podem também esclarecer o sentido do pensamento do filósofo para uma ciência (DAL GALLO, 2015; DAL GALLO; MARANDOLA JR., 2015a, 2015b; HOLZER, 1998, 2010a, 2010b; MARANDOLA JR. 2009, 2010, 2012, 2016).

O esclarecimento da referida *analítica* não pode se limitar, por sua vez, à exposição teórica-epistemológica dos seus elementos e, assim, é preciso que o significado da *analítica do ser-aí* para a elaboração concreta da *questão do ser* seja, efetivamente, esclarecida e disponibilizada entre os geógrafos – o que deslocaria a reabilitação do problema da fundamentação ontológica do plano estritamente teórico-metodológico para o plano existencial da produção da ciência<sup>42</sup>.

Por essa razão, dois gestos característicos das publicações que imputam uma leitura humanista ao pensamento de Heidegger podem ser destacados enquanto extravios, através dos quais, a interlocução que o horizonte humanista tem encetado com o filósofo acabam por obstruir o acesso à reabilitação do problema da fundamentação ontológica por meio das coordenadas do pensamento do filósofo, quais sejam: por um lado, através da assimilação, por analogia formal, de noções do pensamento do filósofo que resguardam similitude com a conceptualidade da Geografia<sup>43</sup>. Por outro lado, através da precipitação em “estudos de caso” ou pesquisa aplicada com o recurso destas noções (BERNAL ARIAS, 2015; DE PAULA, 2010; DO CARMO, 2016; FREIRE, 2013; GALVÃO FILHO, 2016; NOGUEIRA, 2016; REIS, 2010).

As vias acima indicadas, enquanto derivações da assimilação típica do filósofo no bojo do horizonte humanista, não podem, de fato, promover uma efetiva reabilitação do problema da

<sup>42</sup> A orientação sinalizada no parágrafo acima, contudo, não tem nada a ver com a tentativa de operacionalização do pensamento do filósofo em pesquisas empíricas, como se verifica abundante entre trabalhos recentes filiados à geografia humanista.

<sup>43</sup> O recurso ao pensamento de Heidegger para fomentar o debate de caráter epistemológico da ciência geográfica se efetiva, via de regra, através de toda pesquisa que proceda à incorporação do vocabulário (“conceitos”) de Heidegger, através de “analogias formais” com noções que expressem similitude com a conceptualidade característica da Geografia. O debate epistemológico sobre as noções de “lugar” (HOLZER, 1998, 1999a, 1997, 2014; MARANDOLA JR., 2014c); sobre “habitar” (DE PAULA, 2010; DO CARMO, 2016, FREIRE, 2013; MARANDOLA JR. 2008, 2014a); sobre o embate “Terra-Mundo” (DAL GALLO, 2015; DAL GALLO; MARANDOLA JR., 2015a, 2015b); dentre outros, ilustram essa absorção epistemologizante. De fato, o caráter problemático de se submeter a leitura do filósofo à esfera estritamente epistemológica da Geografia requer, para ser apreendido, uma incursão em elementos centrais do pensamento do filósofo que, por sua vez, somente poderão ser suficientemente tratadas nos capítulos seguintes reservados à exposição de seu pensamento.

fundamentação ontológica, na medida em que, a rigor, a experiência de pensamento que está em questão nas noções do Heidegger só podem ser acessíveis através de uma compreensão suficiente da elaboração da *questão do ser* através da *analítica do ser-aí* (fonte primordial da Ontologia fundamental encampada em “**Ser e Tempo**”), de tal forma que é imprescindível, preliminarmente, fornecer uma elucidação do que é próprio na *analítica do ser-aí* e sua articulação com o problema da fundamentação ontológica em uma ciência específica. São poucos os estudos que disponibilizam esses elementos (JORONEN, 2008, 2010, 2011, 2012, 2013; ELDEN, 1998, 2001, 2006, 2004; PICKLES, 1985). As analogias formais com as noções do pensamento do filósofo, bem como a precipitação da “aplicação” da fenomenologia de Heidegger em pesquisas empíricas deveriam ser sustadas, em favor de uma demanda efetivamente fundamental, a saber, fomentar o sentido de seu pensamento no âmbito de uma ciência particular, levando em conta a advertência do próprio filósofo:

[...] A ontologia **só pode contribuir indiretamente** para fomentar as disciplinas positivas existentes. Ela possui, por si mesma uma finalidade autônoma, caso a questão do ser constitua o estímulo de toda busca científica, além e acima de uma simples tomada de consciência dos entes [...] (HEIDEGGER, 2013, p.97, grifo nosso).

Além da advertência de Heidegger, deixamos o questionamento de Kirchner (2007) com a qual se conclui o presente capítulo:

[...] como seria o conhecimento fenomenológico? Segundo a cientificidade que lhe é própria, a ontologia fenomenológica enquanto fenomenologia hermenêutica não progride como acontece nas ciências positivas. Enquanto estas tendem e até mesmo necessitam progredir, à medida que têm clareza de seu objetivo (*positum*), a fenomenologia hermenêutica, de uma maneira diversa e inversa, tende e até mesmo *necessita regredi*.

Regressão, contudo, não significa deficiência ou imperfeição. É que ela se orienta por uma outra eficiência da usual e corriqueira. Por isso quer e procura ir às raízes, ao fundamento, à condição de possibilidade do sentido do ser. Fenomenologicamente, dar passos não possui o sentido evolutivo de dar unicamente passos progressivos “para frente”. Está em jogo *entrar numa questão e dar um passo para trás*, significa tematização, explicitação, aprofundamento daquilo que norteia e orienta o próprio questionamento. Trata-se de descrever a *originariedade* (*Ursprünglichkeit*) do fenômeno investigativo. Numa investigação fenomenológica, portanto, está em jogo a própria maneira de dirigir-se à coisa investigada. É decisivo, então, o modo como nos aproximamos do objeto investigado, uma vez que o resultado depende de apreensão e compreensão apropriadas (p. 157-158, grifo do autor).

## 5. O PROJETO FILOSÓFICO DE MARTIN HEIDEGGER NO CONTEXTO DA FILOSOFIA FENOMENOLÓGICA

### 5.1. Notas sobre o projeto filosófico de Edmund Husserl em meio ao problema da teoria do conhecimento no final do século XIX

O filósofo Edmund Husserl é considerado o fundador da fenomenologia. Husserl, matemático de formação, aproximou-se da filosofia assistindo as preleções do psicólogo e filósofo Franz Brentano (1838-1917), a partir de 1882, ano em que defendeu sua tese de doutorado em Matemática. Esse contato com as preleções de Brentano foi fundamental para a elaboração do projeto de uma filosofia fenomenológica na medida em que a noção central da fenomenologia, qual seja, a *intencionalidade*, foi elaborada a partir do contato de Husserl com essas preleções (CERBONE, 2014).

Ao torna-se professor da Universidade de Halle, onde trabalhou por quatorze anos, Husserl teve suas reflexões ocupadas por uma série de problemas de bases epistemológicas e teórico-científicas. Foram essas reflexões que levaram o filósofo a publicar o livro que fundou o movimento fenomenológico, isto é, o livro “**Investigações Lógicas**”<sup>44</sup>, que foi lançado entre o ano de 1900 e 1901. Nesse sentido, torna-se importante demonstrar o contexto no qual se deu sua publicação, isto é, pode-se considerar em relação a esse contexto que através de sua publicação a filosofia havia encontrado,

[...] uma possibilidade de enfrentar os dilemas que se fizeram presentes para ela [para a filosofia] a partir do final do século XIX, dilemas esses relativos à autonomização das ciências particulares, à consequente perda de unidade do fazer filosófico e à suspeita cada vez mais recorrente de que a ciência, sob o paradigma metodológico das ciências naturais positivistas, se mostraria como a única via capaz de estabelecer conhecimentos rigorosos e dotados de conteúdo acerca da realidade efetiva, faltando à filosofia toda e qualquer possibilidade de escapar sozinha do beco dogmático no qual ela mesma tinha tradicionalmente se enfronhado. No final do século XIX, com o advento do positivismo, do psicologismo e mesmo do naturalismo em geral, a única opção que parecia restar à filosofia era o seu status de

---

<sup>44</sup> "As *Investigações lógicas* são constituídas por duas partes principais: os *Prolegômenos à lógica pura* (que contém principalmente a crítica ao psicologismo) e as seis *Investigações sobre a fenomenologia e teoria do conhecimento* (cujo ponto central se encontra a análise da intencionalidade). No prefácio a esta obra, Husserl descreve de maneira breve a meta que ele tinha se imposto. Ele designa as *Investigações lógicas* como uma nova fundamentação da lógica pura e da teoria do conhecimento [...]. O seu interesse particular estava voltado, nesse caso, para o status da lógica e para as condições de possibilidade de um conhecimento e de uma teoria científica. O conceito de teoria do conhecimento, do qual Husserl faz uso nas *Investigações lógicas*, distingue-se, contudo, um pouco do conceito de resto usual. Para Husserl, a principal tarefa da teoria do conhecimento não consiste em investigar se (e como) a consciência pode alcançar o conhecimento de uma realidade efetiva independente da consciência. Precisamente estes tipos de questões, assim como todas as questões sobre se há ou não uma realidade efetiva exterior, são designadas por Husserl como *questões metafísicas*, que não têm nenhum lugar na teoria do conhecimento [...]. Dito de maneira mais geral (e isto tem um significado central, quando o que está em questão é compreender o conceito inicial husserliano de fenomenologia): Husserl não gostaria de se prender a uma metafísica determinada, seja ela realista ou idealista. Ao invés disto, ele gostaria antes de tratar de questões formais de estilo kantiano, em particular daquelas que dizem respeito às condições de possibilidade do conhecimento" (ZAHAVI, 2015, p. 13-14, grifo do autor).



saber meramente 'literário', com o claro acento valorativo de que um saber 'literário' não poderia representar em última instância saber algum. Foi contra tal posição, então, que se levantou o projeto fenomenológico husserliano, na medida em que Husserl tornou possível perceber até que ponto o problema fundamental da tradição estava justamente no modo como a tradição, sem levar em conta suas muitas diferenças, se postou teoricamente em relação ao ser dos entes em geral [...] (CASANOVA, 2013b, p. 76).

Esse contexto do final do século XIX, que tinha como base a posição da tradição - leia se pensamento filosófico - acerca do conhecimento, da pretensão de saber, pode ser assim caracterizado:

[...] a tradição buscou incessantemente alcançar o momento em que o caráter de crença inicial se suspenderia e a verdade sobre os entes poderia ser conquistada definitivamente de uma vez por todas. O problema, contudo, é que essa pretensão de suspensão definitiva do caráter inicial de crença das hipóteses (crenças) investigadas implica a presença inexorável de hipostasias que jamais permitiam a justificação última das crenças. Na verdade, enquanto crenças (hipóteses) justificadas por argumentos, as teorias trabalham incessantemente a partir de posicionamentos ontológicos, a partir da suposição de que aquilo que se encontra diante de nós como objeto de um conhecimento possível possui uma determinação específica em seu ser e de que seria possível atingir o ser dos objetos por meio de um procedimento lógico-racional de determinação desse ser. Aqui, porém, reside propriamente o problema. No momento em que pressupomos o conteúdo ontológico de algo e nos dispomos, então, subsequentemente a conhecê-lo, toda uma série de problemas imediatamente vem à tona. Se pressupomos por um lado que o ser dos objetos se encontra em algum lugar dado na realidade, vemo-nos diante da necessidade de encontrar uma via de acesso a esse ser real. De qualquer modo, contudo, todas as nossas tentativas de alcançar o ser real dos objetos sempre acaba por produzir uma contaminação desse seu ser e por se mostrar, consequentemente, como inviável. Se, por outro lado, pressupomos o universal como algo que alcançamos a partir de um arranjo específico de nossas faculdades cognitivas, como um resultado da economia de meu psiquismo, então não conseguimos escapar em última instância da suspeita de que tudo pode não passar de uma ilusão subjetiva, de um 'sonho coerente' como diz Husserl em uma passagem central de suas *Meditações cartesianas*. Superar as hipostasias realistas e idealistas do universal, com isto, passar a pensar em primeiro lugar a tarefa fundamental do projeto fenomenológico husserliano diante da ameaça iminente à subsistência da própria filosofia. Exatamente uma tal superação é o que Husserl pensa ter alcançado por meio da descoberta da essência intencional dos fenômenos de consciência em geral (CASANOVA, 2013b, p. 76-77, grifo do autor)

A *intencionalidade* como noção central da fenomenologia, foi proposta por Husserl como solução ao problema da teoria do conhecimento que consistia na questão de como dois entes distintos, quais sejam, o sujeito e o objeto podem entrar em ligação um com o outro. Esse problema se dá na história da filosofia pelo antagonismo entre realismo e idealismo. Sendo assim, pode-se considerar como traço geral da *intencionalidade* a premissa fenomenológica da consciência intencional, ou seja, dizer que a consciência é intencional, é dizer que a consciência é sempre consciência de algo. Desta forma, afirma-se que a *consciência intencional* está sempre voltada para fora ou referida a algum objeto.

[...] Não se ama, teme, vê ou julga meramente, ama-se algo desejável, teme-se algo ameaçador, vê-se um objeto e julga-se um estado de coisas. Independentemente de se o que está em questão é minha percepção, meu pensar, meu julgamento, minha representação, meu duvidar, minha expectativa, minha lembrança, etc., todas essas

formas de consciência são determinadas pelo seu tender para o interior (in-tendere) de objetos, e não se pode falar deles, sem inserir aí concomitantemente o seu correlato objetivo, isto é, o percebido, o duvidado, o esperado etc. (ZAHAVI, 2015, p.22).

A fenomenologia através da *intencionalidade* buscou revelar a *consciência intencional* como algo anterior à própria cisão moderna entre sujeito e objeto. Com base na *intencionalidade*, a fenomenologia busca dar conta do problema presente na teoria do conhecimento, pois,

[...] Não se trata de maneira alguma de um problema para o sujeito alcançar um objeto, uma vez que o sujeito é per se autotranscendente, isto é, ele está per se dirigido para algo diverso dele mesmo. No caso da percepção, esse algo diverso é justamente o próprio objeto, e não uma imagem ou uma cópia dele (ZAHAVI, 2015, p.33).

Aqui cabem situar melhor as questões que estão sendo consideradas sobre a *intencionalidade* no pensamento de Husserl. A *intencionalidade* foi largamente demonstrada pelo filósofo na segunda parte de “**Investigações Lógicas**” que se constitui como seis “Investigações sobre a fenomenologia e teoria do conhecimento”. A virada para a fenomenologia transcendental, fruto da compreensão de Husserl de uma insuficiência de uma fenomenologia puramente descritiva, na obra “**Ideias para uma fenomenologia pura e para uma filosofia fenomenológica**” (1913), trouxeram no âmbito da fenomenologia transcendental discussões novas como a *epoché* e a *redução fenomenológica* (ZAHAVI, 2015). Dito isso é preciso esclarecer que não haverá um aprofundamento dos significados dessa virada para a fenomenologia transcendental nessa pesquisa, por entender que extrapolaria os limites desse trabalho. O que se pode considerar, nesse contexto, de forma mais geral é que:

Uma diferença marcante entre as *Investigações lógicas* e os escritos tardios de Husserl é o fato de que o filósofo se conscientizar em um grau cada vez maior do significado filosófico fundamental da fenomenologia. A fenomenologia é apresentada como uma nova ciência crítica e rigorosa e Husserl vê sua tarefa em um desentranhamento e uma investigação de todas as suposições fundamentais e de todos os pressupostos, que são feitos pelas ciências positivas (objetivas, dogmáticas). O acento husserliano na cientificidade da fenomenologia, contudo, não é nenhuma tentativa de apagar a diferença entre filosofia e ciência positiva, mas uma mera expressão de sua convicção de que a fenomenologia está comprometida com um ideal ao qual as ciências positivas não têm como fazer frente, uma vez que elas perdem de vista, em sua orientação exclusiva pela conquista de resultados sempre novos, a possibilidade de se voltar para os seus próprios pressupostos epistemológicos e metafísicos.

A tarefa da fenomenologia é tematizar e clarificar as questões filosóficas fundamentais, que dizem respeito ao ser e à essência da realidade efetiva [...] (ZAHAVI, 2015, p. 66, grifo do autor).

Foi em função dessa tarefa da fenomenologia que consistiria, portanto, numa orientação de suas investigações para as questões fundamentais das ciências, identifica por Husserl, que as noções de *epoché* e *redução* foram desenvolvidas no âmbito de sua fenomenologia transcendental. Essas noções buscaram dar conta do problema identificado pelo

fenomenólogo que consistia na percepção de que na vida cotidiana se existe a partir da crença de uma existência independente da realidade efetiva, que seria independente da consciência, da experiência e da teoria. Essa crença faz com que nossa atitude diante da realidade seja conduzida por pressuposições metafísicas e epistemológicas, uma vez que como crenças não foram devidamente esclarecidas. Esse não esclarecimento é o que caracterizaria propriamente as pressuposições na medida em que enquanto pressuposições não teriam sido adequadamente investigadas. Essas pressuposições que são aceitas de forma irrefletida pelas ciências positivas e por nossa vivência cotidiana pré-teórica é denominada de *atitude natural*. De maneira resumida, pode-se afirmar que a *epoché* e a *redução* são o esforço de suspensão dessa *atitude natural* promovendo assim um modo distinto de aproximação da realidade efetiva (ZAHAVI, 2015).

Não é nosso objetivo avançar nesses aspectos da fenomenologia husserliana, mais sublinhar que a partir do que foi exposto até aqui, pode-se dizer que do projeto fenomenológico inaugurado por Husserl são duas as características fundamentais para o desenvolvimento dessa pesquisa. De um lado, a associação da tarefa da fenomenologia com a investigação da fundamentação das ciências positivas, que abre assim o debate sobre a relação entre a fenomenologia e a ontologia, e por outro lado, essa identificação da relação entre fenomenologia e ontologia permite perceber, em meio aos desdobramentos do movimento fenomenológico no século XX<sup>45</sup>, o projeto filosófico de Martin Heidegger e de sua Ontologia fundamental.

De que modo se estabelece essa associação entre fenomenologia e ontologia, tomando como referência principal dessa associação o pensamento de Martin Heidegger, é algo que pretendemos demonstrar no próximo tópico.

---

<sup>45</sup> Como brevemente foi demonstrado no capítulo 2, os desdobramentos da fenomenologia no século XX levaram a caracterizá-la como um “movimento filosófico” que contou com importantes expoentes como Martin Heidegger, Max Scheler na Alemanha. Tiveram ainda outros pensadores da ala francesa de fenomenologia como Emmanuel Lévinas, Jean-Paul Sartre, Maurice Merleau-Ponty e Paul Ricoeur. Portanto, pode-se considerar que foram na Alemanha e na França que se desenvolveram as perspectivas mais fortes do movimento fenomenológico. Outros países como os Estados Unidos e a Inglaterra tiveram filósofos fenomenólogos, no entanto, suas obras são tributárias dos pensadores alemães ou franceses (SOKOLOWSKI, 2012).

## 5.2. O projeto filosófico de Martin Heidegger: a via da fenomenologia hermenêutica

### 5.2.1. Fenomenologia “heideggeriana”

Para se compreender em que medida Heidegger se apropriou do programa fenomenológico husserliano é preciso inicialmente indicar um caminho interpretativo dessa apropriação, para isso seguimos a sugestão de Casanova (2013a):

[...] podemos dizer que três são os elementos do projeto fenomenológico husserliano que interessam de início efetivamente a Heidegger: em primeiro lugar, a noção de **intencionalidade**; em segundo lugar, a noção de **redução** ou **εποχή** [epoché] **fenomenológica** e, em terceiro lugar, o lema husserliano '**rumo às coisas mesmas**' [...] (p. 40, grifo nosso).

A citação anterior permite perceber de forma introdutória que o modo pelo qual Heidegger se apropriou da fenomenologia husserliana o conduziu a uma forma muito distinta de compreensão e de lida com a natureza do método fenomenológico. Nesse item, pretende-se a partir da posição apresentada por Casanova (2013a) na citação acima, acompanhar o modo pelo qual se deu a inserção desses elementos do programa husserliano no projeto filosófico de Heidegger. De maneira inicial, o filósofo propôs uma radicalização da noção de *intencionalidade* na medida em que

Heidegger acentua a princípio a presença de um pressuposto no próprio modo de formulação da intencionalidade levada a termo por Husserl. Ao se ver diante da necessidade de encontrar uma solução para o problema das hipostasias realistas, idealistas e psicologizantes do universal, hipostasias essas geradas antes de tudo pelo modelo teórico da tradição, pela tentativa de justificação argumentativa e/ou lógico-causal de hipótese inicialmente estabelecidas em relação ao ser do ente em questão e pela separação entre ser e aparência daí decorrente, Husserl descobre tal solução na noção de intencionalidade. Em verdade, a intencionalidade abre uma possibilidade de pensar uma relação imediata e intuitiva com o universal, uma vez que não nasce de nenhum posicionamento ontológico do universal, mas antes de uma supressão radical de todos os posicionamentos em geral. A questão é que, ao buscar determinar originariamente a intencionalidade, Husserl acaba acolhendo o modo tradicional de posicionamento do problema, as perspectivas antes de tudo modernas de recorte do problema e a conceptualidade sedimentada com a qual o pensamento filosófico vinha há muito tratando o problema. Em outras palavras: para Heidegger, ao pensar a intencionalidade a partir da estrutura sujeito-objeto, a partir do binômio atos de consciência/campos correlatos de objetos, ao falar de vivências intencionais e de conteúdos ideais das vivências, Husserl é vítima de uma última ingenuidade residual: a **ingenuidade hermenêutica** de pensar que é possível suspender todos os posicionamentos ontológicos simplesmente por meio de uma vontade, por meio de uma concentração da atenção e de uma retenção do comportamento reflexivo-descriptivo como o comportamento fenomenológico por excelência [...] (CASANOVA, 2013b, p 80-81, grifo nosso).

Por mais que a noção de *intencionalidade* de Husserl tenha conduzido seu pensamento para a necessidade de suspender todos os pressupostos da *atitude natural* por meio da *redução fenomenológica*, ainda assim, para Heidegger a própria noção de *intencionalidade* ainda se movimentaria em um horizonte histórico compreensivo específico, isto é, um horizonte hermenêutico prévio de interpretação dos problemas filosóficos da modernidade, denominado

por ele de *ingenuidade hermenêutica*. É nesse sentido, que Casanova (2013a) afirma que ainda permaneceria na *intencionalidade* uma estrutura entre atos intencionais e objetos intencionados, isto é, uma estrutura entre sujeito e objeto própria da modernidade.

Essa interpretação da *intencionalidade* promovida por Heidegger acabou levando o filósofo a outro modo de apropriação da *redução fenomenológica*. Esse outro modo foi denominado por ele de *destruição ontológica*. Por meio dela, ele buscava dar conta do problema da *ingenuidade hermenêutica* que permanecia presente na concepção da *intencionalidade* husserliana, visto que,

[...] ao suspender o comportamento natural da consciência e procurar descrever os seus campos intencionais, Husserl não consegue escapar de toda e qualquer pressuposição e encontrar um âmbito transcendental puro, mas acaba por recair em uma absorção inopinada de uma conceptualidade tradicional estabelecida. Para fugir a esta absorção, é preciso pensar de outro modo a εποχή [epoché]. Na verdade, é só como **destruição** da conceptualidade tradicional que a suspensão pode ser efetivamente pensada (CASANOVA, 2013a, p. 49, grifo nosso).

Portanto, a *redução fenomenológica* foi levada por Heidegger a uma radicalidade que envolve a suspensão do próprio horizonte histórico, na medida em que passa a ser considerada como uma forma de *destruição* das estruturas hermenêuticas prévias de interpretação dos problemas filosóficos<sup>46</sup>, pois,

Toda e qualquer reflexão acerca de problemas filosóficos em geral já sempre se encontram imersa em estruturas hermenêuticas prévias que determinam incessantemente o modo de desenvolvimento mesmo dessa reflexão. Toda investigação teórica pressupõe uma **posição prévia**, uma **visão prévia** e uma **conceptualidade prévia**. A **posição prévia** aponta para a configuração atual do problema e para as decisões históricas que foram dando os contornos específicos desse problema: nós nunca nos aproximamos do zero de um problema, mas sempre vamos ao encontro do problema a partir de uma posição na qual ele já se revelou para nós. A **visão prévia** define, por sua vez, a perspectiva estruturadora capaz de promover a possibilidade de um recorte particular do problema: um problema nunca se acha apenas dado com uma determinada configuração, mas também é incessantemente abordado a partir de possibilidades de tratamento. Por fim, a **conceptualidade prévia** designa os termos centrais que acompanham invariavelmente o problema. Essas estruturas prévias da interpretação se inscrevem radicalmente nos mais diversos questionamentos e lhes entregam ao mesmo tempo uma aparência de obviedade e consistência. Na medida em que se permanece sob o domínio de tais estruturas prévias, porém, não se alcançam os fenômenos originários aos quais os diversos problemas remetem, nem se pergunta sobre a condição de possibilidade mesma de tais problemas [...] (CASANOVA, 2013a, p. 49, grifo nosso)

Essa transformação da *redução fenomenológica* em *destruição* tem em vista o esforço de Heidegger para restituir a gênese originária da constituição dos problemas filosóficos. Desta

<sup>46</sup> A forma pela qual Heidegger irá se apropriar da hermenêutica será demonstrado no próximo item. No entanto, é interessante mencionar que o movimento de requalificação promovido pelo filósofo das noções da fenomenologia husserliana já possuíam como horizonte de problematização questões de cunho hermenêutico (GADAMER, 2012).

forma, o termo *destruição* não busca desconsiderar a tradição do pensamento filosófico, mais busca relacionar-se com ela, de um modo que se busque ir além das estruturas prévias de interpretação que já sempre orientam o modo de aproximação e investigação dos conceitos fundamentais, liberando assim as potencialidades originárias dos fenômenos fundadores de todos os conceitos.

A *destruição* proposta por Heidegger acaba por repercutir no lema da fenomenologia husserliana, ou seja, no lema *rumo às coisas mesmas* na medida em que:

O que Husserl tem em vista com o seu lema “rumo às coisas mesmas” aponta para a constituição originária dos campos intencionais, ou seja, dos campos formados a partir das relações imanentes entre a consciência pura e seus objetos específicos. Para Heidegger, porém, o discurso acerca de tais relações puras e imanentes acaba por envolver uma última ingenuidade, uma vez que continua trabalhando com a concepção sedimentada da tradição. Ao empreender a suspensão fenomenológica e buscar superar o modo como inicialmente conhecemos e intuimos os fenômenos em geral, Husserl continua sob o domínio da facticidade e de suas estruturas prévias: ele continua se valendo da semântica sedimentada que constitui a visão de mundo própria ao seu tempo e é somente essa semântica que lhe permite colocar em questão tudo aquilo que ele coloca em questão e seguir os modos de resolução dos problemas que ele efetivamente apresenta. [...] (CASANOVA, 2013a, p. 52).

A *destruição* acaba trazendo ao lema *rumo às coisas mesmas* a necessidade de uma nova postura fenomenológica que tenha com clareza o fato das relações intencionais da consciência estarem emersas no mundo fático no qual elas surgem, isto é, no mundo histórico em que são possíveis enquanto problemas legados pela tradição filosófica. Essa nova postura fenomenológica deve se guiar pelo entendimento de que:

[...] Não é mais no interior das relações imanentes da consciência que as coisas se mostram tal como elas são em si mesmas. Ao contrário, elas só se revelam de um tal modo, quando o ser-aí cognoscente se coloca efetivamente no interior do horizonte mundano originário de uma tal mostraçã e empreende no mundo fático que é o dele uma recondução dos diversos questionamentos em geral ao solo histórico de sua proveniência, considerando ao mesmo tempo criticamente os pressupostos que orientaram a formação de um tal campo de problemas. Dizer isto, no entanto, equivale a dizer que nós nunca encontramos as coisas mesmas em relações *a priori* dadas nas consciências pura e em suas vivências transcendentais, mas que só as encontramos em uma análise crítica dos pressupostos vigentes em nossos questionamentos em geral. E não para superar completamente todos os pressupostos, mas para encontrar o ponto de ligação entre a gênese dos pressupostos e as possibilidades ontológicas do próprio ser-aí [...] (CASANOVA, 2013a, p. 52-53, grifo do autor)

Portanto, pode-se considerar que Heidegger buscou radicalizar o achado da consciência intencional husserliana através da estrutura mais originária do *ser-aí* na medida em que

[...] Para Heidegger, é preciso superar de uma vez por todas o encurtamento produzido pela compreensão subjetiva da intencionalidade por Husserl e rearticular o problema da intencionalidade para além de tal encurtamento. Isso significa dizer que o homem precisa ser assumido radicalmente como dinâmica intencional não subjetiva e que o eu precisa ser reconhecido em sua insuficiência para dar conta do que o homem propriamente é. Em outras palavras, o homem não se mostra mais

agora como sujeito, mas vem à tona pela primeira vez efetivamente como uma mobilidade estrutural e nada além disso. Ora, mas se o homem não é mais nem mesmo sujeito dinâmico, então não se pode dizer que ele é [se não uma] performace. Uma performace sustentada por uma total indeterminação ontológica originária. Antes da dinâmica de realização de si, o homem não é outra coisa senão poder-ser, senão possibilidade (CASANOVA, 2013b, p. 83)

O *ser-aí* como poder-ser, como possibilidade, resulta de uma compreensão do ser humano que não se dá por uma determinação quiditativa, isto é, por uma determinação de sua substância, fundamento ou essência. Ao dizer isso, se afirma de modo indireto que o *ser-aí* é constituído por uma nadidade estrutural, o *ser-aí* é puro poder-ser (2013b). Sendo assim, todo esse movimento de apropriação e ressignificação da fenomenologia promovida por Heidegger trouxe à tona o próprio *ser-aí* enquanto uma radicalização da noção husserliana da *intencionalidade* (LEÃO, 2007). É em meio a esse achado heideggeriano do *ser-aí* como puro poder-ser que a hermenêutica se insere em seu projeto filosófico. No entanto, somente pela redefinição que o filósofo também impôs à hermenêutica se pode esclarecer de que modo essa redefinição se articula com a noção do *ser-aí*.

### 5.2.2. *Hermenêutica fenomenológica de Heidegger*

Heidegger retomou a noção de *compreensão* da tradição hermenêutica de Friedrich Schleiermacher (1768-1834) e Wilhelm Dilthey (1833-1911)<sup>47</sup> e dará a ela um novo sentido, na medida em que insere a *compreensão* na própria dinâmica de realização do *ser-aí*, desta forma, a *compreensão* se torna um "[...] traço estrutural do projeto existencial de todo e qualquer *ser-aí*, dando ao mesmo tempo um tratamento fenomenológico à *compreensão hermenêutica* (CASANOVA, 2013b, p. 88, grifo nosso). Dito isso, a questão que se impõe é em que medida a *compreensão* se articula com o *ser-aí*? Nesse sentido, Casanova (2013b) esclarece que:

O *ser-aí* precisa necessariamente projetar o campo existencial no interior do qual ele pode desdobrar o poder-ser que ele é. Essa projeção não pode ser empreendida por nenhuma faculdade particular originária do *ser-aí*, porque o *ser-aí* não possui nenhuma propriedade originária. Ao contrário, essa projeção precisa acompanhar intencionalmente a própria mobilidade estrutural do fenômeno *ser-aí*. Existir precisa

<sup>47</sup> Segundo Gadamer (2012), esses foram os motivos que conduziram Heidegger à hermenêutica: “[...] Não se tratava mais de ciência e de sua justificação epistemológica, nem tampouco da extensão magistral das análises apriorísticas ao mundo da vida, análise que Husserl tinha promovido. O que estava essencialmente em questão era a historicidade do *ser-aí* humano, a solução do problema do relativismo histórico – melhor, o esquecimento crítico do modo de colocação do problema segundo o qual o relativismo histórico se mostrava como insolúvel. Para tanto, Dilthey era em verdade a figura simbólica. Se o próprio Heidegger [...] procurou escapar da pobreza formalista do pensamento sistemático neokantiano e também resistiu em particular à virada idealista-transcendental do programa fenomenológico husserliano, então a obra tardia enormemente rica e estimulante de Wilhelm Dilthey, apesar de toda a sua fraqueza e palidez conceitual, foi desde o princípio para ele uma ajuda essencial (p. 16).

significar aqui desde o princípio projetar o campo existencial no interior do qual a existência pode ser. O mundo enquanto um tal campo existencial historicamente constituído fornece neste caso as orientações para os nossos comportamentos em geral, mas não é suficiente para instituir por ele mesmo os acentos de cada existência [...]. Exatamente por isto, é preciso pensar em um elemento em virtude do qual [...] a existência conquista tal direcionalidade. Esse elemento aponta não para significados do mundo, mas para sentidos da existência ela mesma. O projeto que instaura, então, o horizonte globalizante a partir do qual todos os comportamentos do ser-aí se mostram como possíveis, na medida mesmo em que ele é marcado por uma abertura de sentido, é denominado por Heidegger de **projeto compreensivo** [...] (p. 88, grifo nosso).

O *projeto compreensivo* do *ser-aí* indica que existir já é sempre se movimentar em meio a um espaço compreensivo no qual o próprio *ser-aí* descerra suas possibilidades de ser e onde nesse mesmo espaço, os entes também se manifestam. No entanto,

[...] A **projeção compreensiva** do campo existencial, contudo, não significa de modo algum que o ser-aí esboçaria do nada um plano particular de realização. Algo assim também seria intrinsecamente contraditório com o caráter de poder-ser do ser-aí. Ao invés disso, a projeção compreensiva do campo existencial do ser-aí precisa atualizar uma estrutura transcendente que possua em certa medida um caráter de passado, sem que por isso se mostre como algo previamente dado e constituído. Exatamente uma tal estrutura aponta para aquilo que Heidegger procura descrever como a estrutura ser-no-mundo. O ser-aí, na medida em que existe, projeta o seu campo existencial compreensivamente, abrindo um campo de sentido que sustenta os comportamentos em relação a campos concomitantes focalizados. Essa projeção, no entanto, obedece ao mundo como horizonte fático de cerceamento das possibilidades mesmas originariamente projetadas. Mundo é aqui a facticidade do ser-aí [...] (CASANOVA, 2013b, p. 89-90, grifo nosso)

O que está em jogo aqui para o projeto heideggeriano é dar conta da necessária *destruição fenomenológica* do horizonte histórico sedimentado. Dito de outra maneira, tanto as questões filosóficas como o poder-ser do *ser-aí*, já sempre se movimentam em meio a um horizonte histórico prévio de interpretação - como foi demonstrado no item anterior ao se abordar a *destruição fenomenológica* como a radicalização do lema da fenomenologia husserliana do *retorno às coisas mesmas*. Desse modo, esse horizonte histórico prévio no qual o *ser-aí* sempre se compreende é o que Heidegger busca caracterizar por meio da palavra *facticidade*. Por isso a *facticidade*

[...] significa simplesmente que eu vivo, enquanto *Dasein* [ser-aí], por uma certa quantidade de tempo dentro de um período histórico particular. Heidegger nota que estar aí por um período também implica que eu não posso fugir, e estou em casa no aí em algum sentido. [...] [No entanto esse estar aí] significa especificamente não estar aí no modo de ser de um objeto (o erro da ontologia tradicional). Esta frase significa [o] *como* estamos vivendo ou sendo [no] aí. Ou seja, a forma que *Dasein* [ser-aí] é, é uma vivência ativa da vida. O fático significa a articulação de nosso modo de ser *Dasein* [ser-aí] e, como tal, pertence à facticidade. [...] Isto é, nosso forma de ser no estar aí por um tempo, nossa facticidade, inclui uma expressão, articulação ou compreensão de nossa própria forma de ser. Isto é importante porque significa que neste nível mais básico nossa forma de ser inclui uma compreensão de nossa própria maneira de ser (SCHMIDT, 2014, p. 83, grifo do autor).



A autocompreensão do *ser-aí* que se dá em meio a sua *facticidade*, isto é, o fato do *ser-aí* já sempre se compreender em meio ao mundo histórico acaba trazendo à tona a indicação de que na autocompreensão do *ser-aí* se dá a própria compreensão de Ser. Nesse sentido, o que de maneira preliminar começa a se delinear é que para promover um pensamento que busque investigar a questão *sobre o sentido do Ser*, ou seja, uma Ontologia fundamental, é preciso primeiro interpretar o ente (*ser-aí*) que descerra sua existência em meio a esse espaço compreensivo do Ser<sup>48</sup>. Essa interpretação se torna possível através da *hermenêutica da facticidade*. Pois,

[...] a hermenêutica da facticidade significa a autocompreensão interpretativa do *Dasein* [*ser-aí*] que ele tem de si mesmo na vida fática. Esta interpretação precisa começar com *Dasein* [*ser-aí*] em sua qualidade cotidiana como o eles, ou seja, a opinião reinante se compreende. Esta interpretação inicial e os conceitos interpretativos (indicações formais) precisam ter o objetivo de revelar *Dasein* para si mesmo (SCHMIDT, 2014, p. 87).

A *hermenêutica da facticidade*, portanto, se depara com duas situações. Por um lado, revela que a autocompreensão do *ser-aí* sempre se dá em meio a um horizonte histórico compreensivo, isto é, um mundo fático. Sendo assim, na maioria das vezes o *ser-aí* se compreende por horizontes prévios legados pela tradição (horizonte histórico sedimentado). Por outro lado, o modo como se dá a autocompreensão do *ser-aí* manifesta uma estrutura interpretativa na qual se descerra sua existência. Essa estrutura é indicada na citação acima pelo termo *indicação formal*. É essa segunda situação que precisamos esclarecer, ao definirmos o termo *indicação formal* como um

[...] conceito ou estrutura que está entre o fluxo temporal da vida e um conceito ou estrutura justificada. Ele serve para indicar uma direção preliminar de investigação que pode ser seguida. [...] Em outras palavras, aquilo que é apresentado inicialmente para a explicação hermenêutica requer uma análise posterior para descobrir a estrutura ou conceito real que permite que aquilo que é apresentado inicialmente esteja lá. Aquilo que é pensado inicialmente para uma elucidação posterior é chamado de ‘ter-prévio’ [...] (SCHMIDT, 2014, p. 89).

No pensamento heideggeriano o ter-prévio do *ser-aí* é a indicação de que *ser-aí* é sempre ser num “mundo”. No entanto, apenas pela *hermenêutica da facticidade* como uma interpretação do *ser-aí* é que torna manifesta que esse modo-de-ser no mundo se dá pela estrutura *ser-no-mundo*. Desta forma, a interpretação do *ser-aí* conduzida pelo caminho investigativo da *hermenêutica da facticidade* conduz propriamente para uma hermenêutica do *ser-aí*, ou em outros termos, para uma *analítica do ser-aí*, isto é, desse ente que todos nós somos.

<sup>48</sup> Essa é uma posição fundamental para o pensamento de Heidegger, e consequentemente, para o desenvolvimento dessa pesquisa, pois ela esclarece de maneira preliminar a relação indissociável entre a questão *sobre o sentido do ser (Ontologia fundamental)* e a interpretação (*analítica*) do *ser-aí*.

O modo pelo qual se articulam a *analítica do ser-aí* e a questão *sobre o sentido do ser* no pensamento heideggeriano está associado diretamente ao projeto da Ontologia fundamental como será abordado na exposição do próximo item.

### 5.2.3. Fenomenologia hermenêutica e Ontologia Fundamental

O *ser-aí*, como indicado no item 5.2.1, constitui a radicalização do achado da consciência intencional da fenomenologia. Ao inserir a noção hermenêutica de *compreensão* como traço constitutivo do *ser-aí*, como espaço compreensivo no qual o *ser-aí* projeta seu projeto de sentido no mundo fático, constatado no item anterior, Heidegger estava demonstrando que Ser se dá em meio a esse espaço compreensivo onde está em jogo o próprio poder-ser do *ser-aí*. Portanto, com a descoberta do *ser-aí* através da radicalização da *intencionalidade* fenomenológica e da *compreensão* hermenêutica, o filósofo estava buscando dar conta da questão que fez movimentar seu pensamento, isto é, a *questão sobre o sentido do Ser*. Nesse sentido, é preciso esclarecer que a *questão sobre o sentido do Ser*, assim como a expressão *questão ontológica* ou *sentido do Ser* possuem aqui o mesmo sentido. Essas expressões designam propriamente o projeto mesmo da Ontologia fundamental. Dessa maneira é preciso indicar de forma introdutória que a Ontologia fundamental se constitui como o esforço desenvolvido por Heidegger em “**Ser e Tempo**” para “reabilitar/recolocar” a *questão sobre o sentido do Ser*.

Nesses termos, pode-se afirmar que a junção entre a fenomenologia e a hermenêutica se deu pela necessidade mesma do projeto de reabilitação da questão ontológica. Desta forma, como já foi indicado de maneira preliminar no item anterior a *questão do sentido do Ser*, deve necessariamente passar pelo ente em que se dá a compreensão do Ser, o ente que é via de acesso à própria questão do Ser, isto é, o *ser-aí*. Isto indica a necessidade de interpretação desse ente que compreende Ser, a interpretação desse ente que existe sempre em meio a um espaço compreensivo em que Ser se dá, isto é, a interpretação do *ser-aí*. Sendo assim, a fenomenologia hermenêutica se configura como o próprio modo de “reabilitar” a questão ontológica por meio da *analítica do ser-aí* como Heidegger demonstrou em “**Ser e Tempo**”:

Ontologia e fenomenologia não são duas disciplinas distintas da filosofia ao lado de outras. Ambas caracterizam a própria filosofia em seu objeto e em seu modo de tratar. A filosofia é uma ontologia fenomenológica e universal que parte da hermenêutica da presença (*ser-aí*), a qual enquanto analítica da *existência*, amarra o fio de todo questionamento filosófico no lugar de onde ele *brot*a e para onde *retorna* (HEIDEGGER, 2013, p. 78, grifo do autor).

Ao caracterizar a ontologia e a fenomenologia como a própria filosofia, Heidegger está indicando que “a fenomenologia é a via de acesso e o modo de comprovação para se determinar o que deve constituir tema da ontologia. *Ontologia só é possível como fenomenologia [...]*” (HEIDEGGER, 2013, p. 74, grifo do autor). O *como* aqui se refere ao método fenomenológico de colocação da questão, desta forma, para o filósofo, a questão ontológica deveria ser desenvolvida através do método fenomenológico. O *como* da questão significa colocar em perspectiva a necessidade de interpretação do *ser-aí*, visto que esse ente é via de acesso à questão do Ser. Portanto, a reabilitação da questão ontológica com base na fenomenologia hermenêutica deve se guiar pela interpretação do *ser-aí*.

Ao indicar o *ser-aí* como fio condutor da *questão do sentido do Ser*, onde todo o perguntar filosófico “surge” e “retornar”, Heidegger não está assumindo uma posição antropocêntrica. Ele está legitimando o *ser-aí* como via de acesso à questão que constitui a questão primeira de todas as questões, ou seja, a pergunta pelo sentido do Ser. Uma vez mais é preciso indicar que Ser se dá em meio ao espaço compreensivo no qual o *ser-aí* descerra seu poder-ser, isso é o que faz do *ser-aí* o fio condutor dessa questão.

A pergunta que se impõem é: o que é isto - o projeto de reabilitação da pergunta pelo sentido do Ser, que foi denominado por Heidegger de Ontologia fundamental? O que quer dizer Ontologia fundamental?

[...] A primeira coisa que precisamos deixar claro nessa expressão [Ontologia fundamental] é o fato de Heidegger não buscar com ela a constituição de uma espécie de megaontologia, que resolveria de uma vez para sempre todas as inconsistências apresentadas pelas diversas ontologias tradicionais até aqui. Ontologia fundamental não significa aqui superontologia, mas aponta muito mais para a compreensão da necessidade de se perguntar antes de mais nada pela possibilidade mesma da ontologia. O termo fundamental presente na expressão indica que a investigação não se mantém mais no âmbito de uma ontologia positiva, mas desce até o fundamento mesmo das ontologias em geral e sonda como elas retiram desse fundamento a sua própria determinação [...] (CASANOVA, 2013a, p.79).

A Ontologia fundamental como uma “recolocação” da pergunta sobre o Ser, isto é, a *questão sobre o sentido do Ser*, torna-se uma ontologia primeira que abre o horizonte de manifestação e de fundamentação das ontologias regionais. Heidegger explica que:

[...] fenomenologia da presença (*ser-aí*) é *hermenêutica* no sentido originário da palavra em que se designa o ofício de interpretar. Desvelando-se o sentido de ser e as estruturas fundamentais da presença (*ser-aí*) em geral, abre-se o horizonte para qualquer investigação ontológica ulterior dos entes não dotados do caráter de presença (*ser-aí*). A hermenêutica da presença (*ser-aí*) torna-se também uma “hermenêutica” no sentido de elaboração das condições de possibilidade de toda investigação ontológica [...] (HEIDEGGER, 2013, p. 77, grifo do autor).

Portanto, a fenomenologia hermenêutica significa o *modo* (método) mesmo de investir e tratar a questão ontológica no pensamento de Heidegger. Tal investigação deve ser precedida pela interpretação do *ser-aí*. Sendo assim, o projeto de fundamentação fenomenológico-ontológica de uma ciência, em nosso caso da Geografia, com bases na fenomenologia hermenêutica deve se direcionar pela *analítica do ser-aí* como condição de possibilidade de toda investigação ontológica.

## 6. ELEMENTOS PARA A REABILITAÇÃO DA INVESTIGAÇÃO ONTOLÓGICA NA GEOGRAFIA ATRAVÉS DA FENOMENOLOGIA-HERMENÊUTICA DE HEIDEGGER

### 6.1. O primado ôntico-ontológico do *ser-aí*

A partir da indicação dada no item 5.2.3 do capítulo anterior do modo mesmo em que a fenomenologia hermenêutica designa o próprio projeto heideggeriano de reabilitação da *questão sobre o sentido do Ser* por meio da Ontologia fundamental e de forma preliminar a indicação de que a *analítica do ser-aí* deve ser o fio condutor desde o qual se constitui a possibilidade de toda investigação ontológica. Torna-se necessário expor de maneira mais aprofundada os motivos pelos quais Heidegger atribuiu a *analítica do ser-aí* essa primazia na investigação ontológica. Por conseguinte, a possibilidade de um caminho coerente para esse aprofundamento deve tomar como base o esforço de se acompanhar a exposição heideggeriana desenvolvida na introdução de “**Ser e Tempo**”. Lugar em que o filósofo tornou manifesto “O primado ontológico da questão do ser” (§3) e “O primado ôntico da questão do ser” (§4).

De maneira inicial, Heidegger argumenta no § 3 sobre “O primado ontológico da questão do ser” que

Ser é sempre ser de um ente. O todo dos entes pode tornar-se em seus diversos setores campo para se liberar e definir determinados âmbitos de objetos. Estas, por sua vez, como por exemplo história, natureza espaço, vida, existência, linguagem, podem transformar-se em temas e objetos de investigação científica. A pesquisa científica realiza, de maneira ingênua e a grosso modo, um primeiro levantamento e uma primeira fixação dos âmbitos de objetos. A elaboração do âmbito em suas estruturas fundamentais já foi, de certo modo, efetuada pela experiência e interpretação pré-científicas do setor de ser que delimita a própria região de objetos. Os “conceitos fundamentais” assim produzidos constituem, de início, o fio condutor da primeira abertura concreta do âmbito. Se o peso de uma pesquisa sempre se coloca nessa positividade, o seu progresso propriamente dito não consiste tanto em acumular resultados e conservá-los em “manuais”, mas em questionar a constituição fundamental de cada âmbito que, na maioria das vezes, surge reativamente do conhecimento crescente das coisas (HEIDEGGER, 2013, p. 44-45).

O filósofo de maneira fenomenológica chama atenção para uma experiência mais originária do que a elaboração científica, isto é, uma experiência do âmbito pré-científico. Pois, anterior à determinação de um ente como um objeto de investigação de uma determinada ciência, por exemplo, do espaço na Geografia, foi necessária uma experiência de autodoação desse ente e de seu ser através do *ser-aí*. Na verdade, o *ser-aí* só pode ser isso que é, por já sempre estar em meio a essa autodoação do ente, o que Heidegger nomeou de *compreensão* como demonstrado no item 5.2.2 do capítulo anterior. É a partir dessa condição mais originária que, segundo o fenomenólogo, o ente a ser investigado vem ao nosso encontro em meio um campo

de manifestação. Esse campo pode ser determinado como objeto ou tema das investigações científicas e se constituir como os “conceitos fundamentais” dessas investigações. Nesse sentido, o que designa propriamente o termo “conceitos fundamentais” de uma ciência?

Conceitos fundamentais são determinações em que o âmbito de objetos, que serve de base a todos os objetos temáticos de uma ciência, é compreendido previamente de modo a guiar todas as pesquisas positivas. Trata-se, portanto, de conceitos que só alcançam verdadeira legitimidade e “fundamentação” mediante uma investigação prévia que corresponda propriamente ao respectivo âmbito. Ora, à medida que cada um desses âmbitos é extraído de um setor de entes, essa investigação prévia, produtora de conceitos fundamentais, significa uma interpretação desse ente na constituição fundamental de seu ser. Essa pesquisa deve anteceder às ciências positivas [...] (HEIDEGGER, 2013, p. 46).

Essa investigação que antecede a pesquisa das ciências positivas é aquela que se orienta para o ser do ente que constitui seu respectivo campo temático, isto é, seu objeto de pesquisa. Essa investigação se desenvolve sendo nomeada de ontologia regional. Isso é necessário porque nas investigações positivas a pesquisa é sempre guiada por um entendimento de seu objeto, embora esse entendimento seja geralmente pressuposto e se mova numa compreensão prévia do ser em geral. Por esse motivo, essa investigação “[...] permanecerá ingênuo [a] e opaco [a], se as suas pesquisas sobre o ser dos entes deixarem indiscutido o sentido do ser em geral [...]” (HEIDEGGER, 2013, p. 47). Desse modo,

A questão do ser visa, portanto às condições *a priori* de possibilidade não apenas das ciências que pesquisam os entes em suas entidades e que, ao fazê-lo, sempre já se movem numa compreensão de ser. A questão do ser visa às condições de possibilidade das próprias ontologias que antecedem e fundam as ciências ônticas. *Por mais rico e estruturado que possa ser o seu sistema de categorias, toda ontologia permanece, no fundo, cega e uma distorção de seu propósito autêntico se, previamente, não houver esclarecido, de maneira suficiente, o sentido de ser e não tiver compreendido esse esclarecimento como sua tarefa fundamental* (HEIDEGGER, 2013, p. 47, grifo do autor).

Assim sendo, o “primado ontológico da questão do ser” se dá pela necessidade de esclarecimento acerca do que se entende por “Ser”. Todas as investigações das ontologias regionais dependeriam assim de um esclarecimento prévio do “Ser” em geral, isto é, da Ontologia fundamental.

O outro primado, o “primado ôntico da questão do ser”, atribuído ao *ser-aí* por Heidegger, possui como base o fato de que a *ek-sistência*<sup>49</sup> do *ser-aí* já sempre se dá em meio a um espaço compreensivo de Ser.

<sup>49</sup> A utilização da palavra *ek-sistência* ou *ec-sistência*, isto é, dos prefixos de origem grega (*ek-/ec-*) buscam justamente traçar uma distinção da forma pela qual a tradição pensou a existência como tendo uma essência que a constitui-se. Esses prefixos gregos designam um movimento para fora, por esse motivo, para Heidegger não há uma substância, quiddidade que seja interior, ou seja, anterior ao *ser-aí*, mas ao contrário, aquilo que constitui a essencialização do *ser-aí* é sua abertura, é o fato dele ser sempre em um mundo, nesse sentido seu essencializar-se se dá nessa abertura, desta forma o *ser-aí* não possui uma essência, ele essencializa em meio ao seu poder-ser.

[...] *A compreensão de ser é em si mesma uma determinação de ser da presença (ser-aí). O privilégio ôntico que distingue a presença (ser-aí) está em ela ser ontológica.*

Ser ontológico ainda não diz aqui elaborar uma ontologia. Por isso, se reservarmos o termo ontologia para designar o questionamento teórico explícito do sentido do ser, então deve-se chamar este ser-ontológico da presença (ser-aí) de pré-ontológico. Isso, no entanto, não significa simplesmente sendo onticamente um ente, mas sendo no modo de uma compreensão de ser (HEIDEGGER, 2013, p. 48, grifo do autor).

No entanto, esse ser ontológico do *ser-aí* designa na verdade uma compreensão pré-ontológica de Ser, visto que, essa pré-compreensão não corresponderia ainda a uma investigação explícita da questão *sobre o sentido do Ser*. Mas como então, torna-lá uma investigação explícita? Isso para Heidegger somente seria possível por meio de uma investigação desse ente em que está em jogo essa pré-compreensão de Ser, esse ente mesmo que todos nós somos o *ser-aí* humano. É através desse ente que se pode ter um fio condutor para a investigação ontológica do Ser em geral.

As ciências são modos de ser da presença [ser-aí], nos quais ela também se relaciona com entes que ela mesma não precisa ser. Pertence, porém, essencialmente à presença [ser-aí]: ser em um mundo. Assim, a compreensão de ser, própria da presença [ser-aí], inclui, de maneira igualmente originária, a compreensão de “mundo” e a compreensão do ser dos entes que se tornam acessíveis dentro do mundo. Dessa maneira, as ontologias que possuem por tema os entes desprovidos do modo de ser da presença [ser-aí] se fundam e motivam na estrutura ôntica da própria presença [ser-aí], que lhe acolhe em si a determinação de uma compreensão pré-ontológica de ser.

É por isso que se deve procurar na *analítica existencial da presença* [analítica do ser-aí], a *ontologia fundamental* de onde todas as demais podem originar-se (HEIDEGGER, 2013, p. 49, grifo do autor).

Sendo assim, a Ontologia fundamental, enquanto uma investigação sobre o Ser em geral possui na *analítica do ser-aí* o caminho desde qual e por meio do qual se dá a condição de possibilidade de todas as investigações das ontologias regionais. O “primado ôntico da questão do ser” corresponde a primazia do *ser-aí* como ente que em princípio deve ser interrogado. Desse modo, derivado desse primado ôntico, o *ser-aí* possui três primazias em meio aos outros entes desprovidos do modo-de-ser do *ser-aí* : i) a primazia ôntica: o *ser-aí* é marcado por sua *ek-sistência*; ii) a primazia ontológica: na *ek-sitência* desse ente já sempre se deu uma compreensão de ser, uma compreensão pré-ontológica de ser que funda a possibilidade da investigação ontológica ; e iii) Por fim, fundado nas duas primazias anteriores, o *ser-aí* é a condição ôntico-ontológica da possibilidade de todas as ontologias (Heidegger, 2013, pg. 49).

## 6.2. Elementos da *analítica do ser-aí*

Como foi demonstrado no capítulo anterior através do tópico 5.2 a Ontologia fundamental desenvolvida por Heidegger em seu livro “**Ser e Tempo**” possui como fio condutor de sua investigação a *analítica do ser-aí*. E ainda como foi indicado no tópico anterior (6.1) isso se justifica pela primazia ôntico-ontológica do *ser-aí* frente aos outros entes desprovidos do modo-de-ser do *ser-aí*. Esses princípios que foram norteadores de seu projeto de reabilitação da questão ontológica através de sua Ontologia fundamental precisam de uma complementação que consistiria na verdade numa indicação “metodológica” de leitura e interpretação dessa *analítica*. Isso se justifica de maneira inicial pelo seguinte alerta:

Os leitores de *Ser e Tempo* rapidamente deparam-se com um tema que aparenta ser quase um axioma na fenomenologia hermenêutica: o ser humano tende a interpretar o seu modo de ser a partir de conceitos que são adequados ao tipo de ente que ele mesmo não é [...]. Uma consequência dessa transgressão categorial não contingente está presente nas tentativas de elaborar uma ontologia do domínio dos seres humanos a partir do esquema categorial propriedade-substrato de propriedades (a determinação de algo como algo de acordo com as noções de substância-acidente). De aí que uma das dificuldades metodológicas da *analítica existencial* [*analítica do ser-aí*] consiste precisamente em elaborar uma interpretação ontológica que não cometa essa transgressão categorial. Se essa cláusula hermenêutica implica um severo procedimento de suspensão de importantes conceitos elaborados ao longo da tradição ontológica e antropológica, de um ponto de vista positivo, ela compromete-se, ademais, com a dificuldade de oferecer uma delimitação categorial adequada e que, portanto, não suponha uma determinação ontológica definida pelo esquema propriedade-substrato.

Essa delimitação é introduzida, já ao início de *Ser e Tempo*, como a noção de existência. Segundo essa determinação, um ente, cujo modo de ser é a existência, não recebe suas determinações a partir de propriedades, mas é determinado somente a partir de maneiras de ser, ou seja, ele é sempre sua possibilidade e nada mais do que isso [...]. Em suma, a determinação positiva da existência está dada pela noção de possibilidade (REIS, 2014, p. 16, grifo do autor).

O risco da “transgressão categorial” presente no movimento de assimilação do pensamento de Heidegger no interior de qualquer ciência, portanto, também na Geografia, possui como base o fato de que a Ontologia fundamental ao ter sido desenvolvida por meio da *analítica do ser-aí* ter como princípio de método um modo de exposição do *ser-aí* que não o determina por meio de categorias que seriam extraídas a partir de uma determinação de suas propriedades, isto é, de sua essência, de sua substância. O modo de exposição do *ser-aí* em sua *analítica* visaria muito mais indicar que os seus modos-de-ser se dão em meio a sua dinâmica de realização através de sua *ek-sistência* como foi exposto no capítulo anterior no item 5.2.1 ao se afirmar que o *ser-aí* é puro poder-ser, isto é, ele é possibilidade. Isso é explicado pelo próprio Heidegger no § 9 de “**Ser e Tempo**”:

A “essência” da presença [ser-aí] está em sua existência. As características que se podem extrair deste ente não são, portanto, “propriedades” simplesmente dadas de um ente simplesmente dado que possui esta ou aquela “configuração”. As características constitutivas da presença [ser-aí] são sempre modos possíveis de ser e



somente isso. Toda modalidade de ser deste ente é primordialmente ser. Por isso o termo “presença [ser-aí]”, reservado para designá-lo, não exprime a sua quiddidade como mesa, casa, árvore, mas sim o ser (HEIDEGGER, 2013, pg. 86).

Sendo assim, a passagem acima ratifica o alerta dado por Reis (2014) sobre o risco da “transgressão categorial”, pois acentua uma vez mais a distinção entre o modo-de-ser do *ser-aí* como poder-ser, em contrapartida aos demais entes desprovidos desse modo de ser. Essa distinção se esclarece ao requisitarmos outra passagem do filósofo alemão, onde se nomeia de maneira mais detalhada essa diferença:

Todas as explicações resultantes da analítica da presença [ser-aí] são conquistadas a partir de sua estrutura existencial. Denominamos os caracteres ontológicos da presença [ser-aí] de *existenciais* porque eles se determinam a partir da existencialidade. Estes devem ser nitidamente diferenciados das determinações ontológicas dos entes que não têm o modo de ser da presença[ser-aí], os quais chamamos de *categorias* (HEIDEGGER, 2013, pg. 88).

O que vem à tona por meio da *analítica do ser-aí* em “**Ser e Tempo**”, isto é, os termos como, por exemplo, *ser-no-mundo*, *ser-em*, *ser-com*, *mundaneidade do mundo*, *mundo*, *ek-sistência* são os caracteres ontológicos do *ser-aí* que o filósofo nomeou de *existenciais*. Esses *existenciais* não são *categorias*, pois as *categorias* são determinações ontológicas dos entes que não possuem o modo-de-ser do *ser-aí*, ou seja, as *categorias* são determinações dos entes que possuem uma quiddidade, uma essência da qual se retira um fundamento, uma propriedade é a partir disso atribuindo-lhes suas respectivas *categorias*.

Os *existenciais* do *ser-aí* são as *indicações formais* que orientam sua *analítica* e, que foram explicitados e justificados no próprio desdobramento analítico de “**Ser e Tempo**”. Eles não são *categorias*, pois os *existenciais* não foram retirados de um fundamento do *ser-aí* ou, muito menos, seriam *categorias* que determinariam aquilo mesmo que o *ser-aí* é. Portanto, os *existenciais* são *indicações formais* do modo de realização da dinâmica existencial desse ente o *ser-aí* que é puro poder-ser. Os *existenciais* buscam descrever essa dinâmica onde o *ser-aí* concretiza suas possibilidades sempre em meio as referências do seu mundo fático.

Por fim, é importante chamar atenção para o fato de que esse princípio de método presente na Ontologia fundamental em “**Ser e Tempo**” ser na verdade um princípio presente em toda obra de Heidegger. Sendo assim, a *analítica do ser-aí* torna-se imprescindível para o estabelecimento de um diálogo fecundo com seu pensamento.

### 6.3. A *analítica do ser-aí* como condição de reabilitação do problema da fundamentação ontológica na Geografia

É preciso antes do desenvolvimento desse tópico, independentemente da estranheza que isso possa parecer expor aquilo que esse texto não pretende fazer. Em decorrência disso, é preciso esclarecer que não se quer aqui buscar em “**Ser e Tempo**” uma reformulação dos conceitos geográficos, através de uma “adaptação” das noções desse tratado aos conceitos dessa ciência. Isso seria um anacronismo conceitual na medida em que esse tipo de simples “adaptação” dos princípios da fenomenologia na ciência geográfica já ter sido denunciado por Pickles (1985), visto que, o anacronismo consistiria assim em não reconhecer essa denúncia. Como consequência dessa posição ao se propor uma reabilitação da questão ontológica na Geografia, por meio da fenomenologia hermenêutica e, que toma a *analítica do ser-aí* como caminho investigativo dessa reabilitação, entendendo-a como condição de possibilidade de toda ontologia regional, não queremos com isso estabelecer um novo “paradigma” para ciência geográfica. O que se quer então? Pretende-se apontar que a *analítica do ser-aí* como caminho investigativo da fundamentação ontológica da Geografia, não deve se orientar de maneira inicial para a perspectiva de desenvolvimento de outra teoria do espaço geográfico ou algo nesse sentido, mas deve primeiramente, fazer repercutir aquilo mesmo em que essa *analítica* se movimenta. Dito de outra maneira: são as próprias questões entorno dessa *analítica* que devem trazer à tona a necessidade de se pensar uma vez mais a ontologia em nossa disciplina. Sendo assim, seria necessário retomar a questão acerca da fundamentação ontológica da Geografia? Diante dessa questão, cabe restituir o alerta de um dos grandes teóricos da Geografia sobre um dos conceitos fundamentais dessa ciência.

Mas a geografia deve ser pensada de dentro, isto é, a partir do espaço. Por isso, a aplicação de conceitos filosóficos exteriores ao fato que se quer pensar não pode ajudar-nos. [...] O correto é partir da própria realidade e não buscar legitimar conceitos empírico-abstratos, cujo uso, aliás, é já antigo em geografia, trazendo-lhes a ajuda de conceitos filosóficos claramente expressos pelos seus autores, mas criados para situações diferentes e enunciados em um contexto diverso. A teoria geográfica tem de ser buscada no seu domínio próprio: o espaço. (SANTOS, 1988, p. 11)

Primeiramente é preciso esclarece que essa restituição do alerta dado pelo geógrafo Milton Santos não tem como objetivo seguir o modo mesmo como ele buscou desenvolver sua ontologia do espaço, pois esse não é o objetivo dessa pesquisa. Ao contrário, é muito mais buscar converter sua posição em uma possível aproximação com o lema fenomenológico do *rumos as coisas mesmas*. Ainda de modo mais específico, a maneira fenomenológico-hermenêutica de condução desse lema. Desse modo, o central aqui, é ver nessa afirmação miltoniana um apontamento de como deve se orientar o modo de investigação

fenomenológico no interior da ciência geográfica, por mais que o referido geógrafo não tenha utilizado seus argumentos para essa iniciativa, visto que, são outras premissas filosóficas que orientaram suas concepções do espaço geográfico. No entanto, sua afirmação de que “a teoria do espaço geográfico tem de ser buscada no seu domínio próprio: espaço” é a posição central que acreditamos convergir com a premissa fenomenológica do *rumo as coisas mesmas*.

Seguindo esse apontamento de que é necessário buscar a definição do espaço nele mesmo, o próximo passo seria questionar o próprio modo com o qual se compreende as definições desse espaço na Geografia. Dito de outra maneira seria investigar a orientação prévia desde a qual toda investigação sobre o espaço geográfico se movimenta. Essa investigação indica à necessidade de se interrogar a determinação cartesiana da natureza do espaço como *res extensa*. Isso se justifica como será demonstrada mais adiante, ora pela cisão entre sujeito e objeto, ora pela cisão entre natureza e sociedade que orientariam o modo como esses temas circulam na geografia, tanto na epistemologia, assim como, na ontologia dessa disciplina, pois ambas sempre partem dessas cisões (PICKLES, 1985; MOREIRA, 2012). Sendo assim, são sempre tardias ao assumirem essas cisões como ponto de partida para pensar o espaço geográfico.

Nesse caso, a forma mesma como o espaço foi pensado pela Geografia não envolveria certa assunção irrefletida da própria natureza do espaço? Dito isso, o próprio modo de se compreender o espaço e de se buscar a própria realidade na Geografia já não estariam marcadas por noções prévias que pré-determinariam o seu modo de compreensão e de busca? Sendo assim, a Geografia não compreenderia o espaço por meio de um horizonte compreensivo que foi legado pela tradição do pensamento filosófico? Mas qual seria o legado dessa tradição?

A tradição assim predominante tende a tomar tão poucos acessível o que ela “lega” que, na maioria das vezes e numa primeira aproximação, ela o encobre e esconde. Entrega o que é legado à responsabilidade da evidência, obstruindo, assim, a passagem para as “fontes” originais, de onde as categorias e os conceitos tradicionais foram hauridos, em parte de maneira autêntica e legítima. A tradição faz esquecer **essa** proveniência. Cria a convicção de que é inútil compreender simplesmente a necessidade do retorno às origens. A tradição desarraiga de tal modo a historicidade da presença (ser-aí/dasein) que ela acaba se movendo apenas no interesse pela multiplicidade e complexidade dos possíveis tipos, correntes, pontos de vista da filosofia, no interior das culturas mais distantes e estranhas [...] (HEIDEGGER, 2013, p. 59)

O modo de investigação fenomenológico-hermenêutica toma as questões que foram consideradas anteriormente em dois aspectos fundamentais. Por um lado, busca suspender esse horizonte interpretativo legado pela tradição por meio de sua *destruição ontológica* de

vigência dessa tradição na atualidade. De outro lado, assume as questões que foram colocadas anteriormente não na expectativa de respondê-las de forma definitiva, mas as assume através de uma atitude “regressiva” de buscar as suas raízes, isto é, as suas bases. Esse caminho de investigação foi desenvolvido por Heidegger em “**Ser e Tempo**” ao investigar a determinação cartesiana de mundo. Porém, para darmos conta desses dois aspectos, há uma questão que deve se impor, qual seja: qual é a relação entre a determinação cartesiana de mundo com a natureza do espaço como *res extensa*?

Descarte vê a determinação ontológica fundamentalmente do mundo na *extensio*. Como, por um lado, a extensão é um dos constitutivos da espacialidade e segundo Descartes, chega até a ser idêntica a ela, e como, por outro lado, a espacialidade constitui, em certo sentido, o mundo, a discussão da ontologia cartesiana de “mundo” propicia igualmente um ponto de apoio negativo para a explicação positiva da espacialidade do mundo circundante e da própria presença (ser-aí) [...] (HEIDEGGER, 2013, p. 140, grifo do autor).

Essa determinação do mundo e do espaço como *res extensa* possuiu como princípio a distinção desenvolvida por Descarte que se tornou a base da filosofia moderna, no que se refere à cisão entre sujeito (espírito) e objeto (natureza), visto que,

Descartes distingue o ‘*ego cogito*’ como *res cogitans* da ‘*res corporea*’. Essa distinção determinará ontologicamente a distinção posterior entre ‘natureza’ e ‘espírito’. Por mais que do ponto de vista ôntico, essa oposição esteja presa a tantas derivações de conteúdo, a falta de clareza de seus fundamentos ontológicos e dos próprios membros da oposição radica-se diretamente nessa distinção efetuada por Descartes. Dentro de que compreensão ontológica Descartes determinou o ser destes entes? O termo para o ser de um ente em si mesmo é *substantia*. Esta expressão designa ora o ser de um ente como substância, *substancialidade*, ora o próprio ente, *uma substância*. Essa ambiguidade de *substantia*, que já trazia em si o antigo conceito de οὐσία, não é casual (HEIDEGGER, 2013, p. 140, grifo do autor).

As reflexões que Heidegger desenvolveu em “**Ser e Tempo**” sobre a determinação cartesiana do mundo como *res extens* trouxe à tona um aspecto fundamental para o pensamento heideggeriano. Esse aspecto possui como base a constatação de que essa determinação possuiria como princípio uma determinação do ser dos entes, isto é, do Ser como “substância” como uma essência que seria anterior à própria existência. Qual seria o problema dessa determinação? A “substância” remeteria ao conceito de Ser expresso de maneira principal no pensamento grego pelo termo *οὐσία*<sup>50</sup>, que significou uma determinação do Ser como uma

<sup>50</sup> [...] *οὐσία* designa a princípio aquela dimensão do ser que perdura por mais de um instante, que possui uma certa duração. A *οὐσία* marca o surgimento de uma certa *presença constante* que será decisiva para a tradução posterior do termo e que encerra em si uma relação entre ser e tempo que permanecerá velada durante toda a tradição do pensamento metafísico. Ao traduzirem *οὐσία* por *substância*, porém os romanos não se ativeram propriamente à significação etimológica do termo, nem tampouco se ativeram à experiência temporal que se acha à sua base. Ao contrário, eles procuraram encontrar muito mais uma noção que sintetizasse radicalmente uma propriedade essencial do termo grego. Como *οὐσία* descreve aquilo que perdura para além das transformações do mundo fenomênico ou seja, como ela se encontra para além da lógica daquilo que está submetido à dinâmica da geração e da corrupção [...], e como tudo o que se encontra na superfície se vê imediatamente sujeito a tais transformações, a *οὐσία* não pode ser nada superficial mas precisa se mostrar como

*presença constante*. Desta forma, a determinação do Ser colocada em curso pelo pensamento de Descartes não tematizou de maneira explícita o Ser.

Na desconstrução (destruição ontológica) dos valores e pressupostos cartesianos operados por Heidegger, tornam-se claros os fundamentos ontológicos da determinação do mundo como *res extensa*. O esforço revela que, no caminho Descartes, a ideia de substancialidade não é esclarecida no sentido de seu ser, ou seja, não se pergunta pela fundamentação da orientação que entende que ser é tudo aquilo que permanece o mesmo, que subjaz, pré-existe e subsiste à experiência. Além disso, seguindo o desvio pela propriedade principal da substância, a ideia própria de substância é tomada e apresentada como uma espécie de limite para a investigação filosófica, como algo que fosse, por si só, impossível de esclarecimento e que por isso, devesse ser admitido por todos como pressuposto (HERINQUE, 2014, p. 82, grifo do autor).

Isso aponta para o fato de que a determinação de Descartes não possuiria um fundamento ontológico que teria sido explicitamente investigado, mas teria se dado a partir de uma assunção de uma determinação do Ser não refletida.

Assim, tornaram-se claros os fundamentos ontológicos da determinação de ‘mundo’ como *res extensa*: a ideia de substancialidade não é esclarecida no sentido de seu ser, sendo, ademais, apresentada como o que não se deixa esclarecer quando se segue o desvio pela propriedade principal da respectiva substância. A razão para a ambiguidade do termo está na determinação da substância através de um ente substancial. O que se visa é a substancialidade, mas ela é entendida a partir de uma propriedade ôntica da substância. Porque o ôntico é colocado abaixo do ontológico, a expressão substância exerce um significado ora ontológico ora ôntico, funcionando, porém, na maioria das vezes, como significado misturado. Todavia, por detrás dessa diferença somenos importante de significado, permanece velado que não se chegou a dominar o problema ontológico fundamental [...] (HEIDEGGER, 2013, p. 146, grifo do autor).

Segundo Herinque (2014) o problema dessa posição de Descartes é que a investigação se direciona apenas aos entes, isto é, ao plano ôntico. A própria investigação ontológica se orientaria para a descrição desse plano ôntico, desse modo, o Ser passaria a ser determinado pelo ente. No entanto, como Heidegger (2013) já havia explicitado em **“Ser e Tempo”** o “[...] ser dos entes não ‘é’ em si mesmo um outro ente [...]” (pg. 41)<sup>51</sup>.

---

algo sub-jacente, como algo que se acha por debaixo da gama acidental dos dados empíricos [...] (CASANOVA, 2013a, p. 61-62, grifo nosso)

<sup>51</sup> Essa indicação presente em **“Ser e Tempo”** da diferença entre Ser e ente é o que o filósofo irá no amadurecimento de sua obra nomear pelo termo *diferença ontológica*. Gadamer (2012) explica que “quando Heidegger fala mais tarde sobre a ‘diferença ontológica’ o que ele tem em vista é aquilo que ainda se acha inexpresso nessa primeira formulação. O que ele tem por meta com essa expressão é a diferença do ser em relação a todo ente. É extremamente obscuro o que isso deve significar. Nenhum homem sabe no fundo o que o conceito ‘o ser’ designa, e, apesar disso, nós todos temos uma primeira pré-compreensão ao ouvirmos a palavra ‘ser’ e compreendermos que aqui o ser, que cabe a todo ente, é elevado desde então ao nível do conceito. Com isso, ele é diferenciado de todo ente. É isso que significa inicialmente ‘a diferença ontológica’ [...]” (pg. 70). Esse tema da *diferença ontológica* serviu de base para a problematização da determinação do espaço geográfico no horizonte da crítica radical, visto que nesse horizonte a determinação do ser do espaço possui como base a sociedade. Desse modo a ontologia desenvolvida nesse horizonte desconsidera o princípio da *diferença ontológica* como pode ser consultado nos seguintes trabalhos: Reis (2009; 2012); Calçavara (2013).

Ao determinar o mundo e o espaço como *res extensa*, Descartes assumiu uma determinação do Ser que contribuiu de maneira decisiva para o modo mesmo como a ontologia passou a ser pensada no âmbito mais geral da filosofia, isto é, determinando sempre o Ser por meio de outro ente, pois assumiu a “substância” como fundamento, isto é, uma essência.

O decisivo, no caminho de Descartes, é que ele igualou o *ser* à constância de *ser simplesmente dado* [ente teórico], sem explicitar minimamente o direito com que se pode fazer essa gigantesca operação. E foi justamente a partir dessa ideia de ser que a concepção cartesiana prescreveu ao mundo o seu próprio ser. O erro está na base, no princípio ontológico desde o qual se prescreve a definição de todo e qualquer ente que se realiza. Se os entes se efetivam a partir de *extensão*, temos como consequência “natural” que é com o domínio e o controle da dimensão ôntica da realidade que a investigação filosófica deve se ocupar (HERINQUE, 2014, p. 80).

Esse modo de investigação que se movimenta a partir da determinação do Ser do mundo e do espaço pela *res extensa* como “substância” faz com que ambos sejam sempre anteriores à própria existência. Nesse modo de pensar, tanto o mundo como o espaço são anteriores a *ek-sistência* do *ser-aí*, eles (mundo e espaço) são pré-existentis. O problema desse modo de pensar é que ambos aparecem apenas como entes a serem descritos de maneira separada, pois foram pensados de modo cindido, isto é, separado. Na verdade, o que se opera é uma *desmundanização do mundo* na compreensão do espaço, perdendo-se de vista a articulação mais originária da manifestação desse fenômeno por meio da estrutura *ser-no-mundo*. Pois,

[...] O decisivo para uma compreensão do problema ontológico do espaço consiste em libertar a questão sobre o ser do espaço da estreiteza dos conceitos ontológicos disponíveis e em sua maioria não elaborados. E, além disso, em esclarecer pelas possibilidades do ser em geral a problemática do ser do espaço, no tocante ao próprio fenômeno e às diversas espacialidades fenomenais. No fenômeno do espaço, não se pode encontrar nem a única e nem a determinação ontológica primordial do ser dos entes intramundanos. Tampouco ele constitui o fenômeno do mundo. O espaço só pode ser concebido recorrendo-se ao mundo. Não se tem acesso ao espaço, de modo exclusivo ou primordial, através da desmundanização do mundo circundante. A espacialidade só pode ser descoberta a partir do mundo e isso de tal maneira que o próprio espaço se mostra *também* um constitutivo do mundo, de acordo com a espacialidade essencial da presença no que respeita à sua constituição fundamental de *ser-no-mundo* (HEIDEGGER, 2013, p. 168, grifo do autor).

Mas falar de *desmundanização do mundo* e do modo como essa *desmundanização* desarticulou a compreensão mais originária do espaço, naturalmente deve chamar atenção para o que significaria pensar o espaço como constitutivo do mundo, ou seja, o que seria a *mundanidade do mundo* como constitutivo da dinâmica espacializante do *ser-no-mundo*?

[...] O sentido da expressão “*mundanidade do mundo*” exprime, antes de tudo, a idéia de um todo que já está, antes mesmo de qualquer experiência, em alguma medida descoberto, e que, por isso mesmo, pode se oferecer como o *onde* de todo desencobrimento posterior dos entes que nele se encontram. É precisamente pelo fato desse seu caráter tão originário que Heidegger inicia sua analítica existencial [*analítica do ser-aí*] debruçando-se sobre os conceitos de “*ser-no-mundo*” e de “*mundanidade do mundo*”, por não haver nenhuma outra instância anterior que

pudesse ‘explicá-los’ ou ‘introduzi-los’: apenas esses dois conceitos, mutuamente constitutivos, poderiam ser tomados como ponto de partida para a analítica e a ontologia concebida por Heidegger (SARAMAGO, 2008, p. 62-63, grifo da autora).

Isso indica que para que o espaço geográfico se desse, seria necessário que ele já tivesse se feito manifesto numa abertura originária da espacialidade na qual se dá a *ek-sistência* do *ser-aí*. Por isso, a *mundaneidade do mundo* como caminho investigativo, pois por meio dela seria possível acompanhar a totalidade na qual essa espacialidade originária se dá. Essa noção de *mundaneidade do mundo*, portanto, é fundamental para o desenvolvimento de uma ontologia fenomenológica na Geografia. Essa ontologia fenomenológica só seria possível a partir dessa noção na medida em que é por meio da descrição desse fenômeno mais originário, onde a espacialidade é constitutiva dessa *mundaneidade*, que o método fenomenológico permitiria acompanhar essa dinâmica de realização do real, onde já não há mais uma cisão entre espírito e natureza, mais um fenômeno mais originário que possui sua gênese na estrutura *ser-no-mundo*. Desse modo a *mundaneidade do mundo* expressa a maneira pela qual já sempre se abriu uma compreensão espacializante na dinâmica do *ser-no-mundo*.

Sendo assim, o entendimento da espacialidade constitutiva do *ser-aí* (*Dasein*) aponta para a necessidade de se acompanhar a descrição fenomenológica da dinâmica de realização da estrutura *ser-no-mundo*. Heidegger toma como caminho “metodológico” em “**Ser e Tempo**” o *ser-aí* mediano como tema da *analítica existencial* [*analítica do ser-aí*] (SARAMAGO, 2008, p. 65). Esse caminho “metodológico” reforça uma vez mais a descrição fenomenológica como modo de se acompanhar a estrutura *ser-no-mundo* e indica por meio da investigação do *ser-aí* mediano que esse tema deve sempre se orientar pela *mundaneidade do mundo*, isto é, por esse horizonte histórico no qual nós já sempre estamos em meio a uma determinada compreensão do Ser.

Segundo Heidegger (2013) na dinâmica de realização da estrutura *ser-no-mundo* a dimensão espacial dessa dinâmica funda-se no *ser-em*.

O que diz *ser-em*? De saída, completamos a expressão, dizendo: ser ‘em um mundo’ e nos vemos tentados a compreender o ser-em como um estar ‘dentro de ...’ [...]. Com esta última expressão, designamos o modo de ser de um ente que está num outro, como a água está no copo, a roupa no armário. Com este ‘dentro’ indicamos a relação recíproca de ser de dois entes extensos ‘dentro’ do espaço, no tocante a seu lugar neste mesmo espaço. Água e copo, roupa e armário estão igualmente ‘dentro’ do espaço ‘em’ um lugar. Esta relação de ser pode ampliar-se por exemplo: o banco na sala de aula, a sala na universidade, a universidade na cidade e assim por diante até: o banco ‘dentro do espaço cósmico’. Esses entes, que podem ser determinados como estando um ‘dentro’ do outro, têm o mesmo modo de ser do que é simplesmente dado, como coisa que ocorre ‘dentro’ do mundo. Ser simplesmente dado ‘dentro’ do que está dado, o ser simplesmente dado junto com algo dotado do mesmo modo de ser, no sentido de uma determinada relação de lugar, são caracteres

ontológicos que chamamos de *categorias*. Tais caracteres pertencem ao ente não dotado do modo de ser da presença (*ser-aí*).

O *ser-em*, ao contrário, significa uma constituição de ser da presença (*ser-aí*) e é um *existencial*. Com ele portanto, não se pode pensar no ser simplesmente dado de uma coisa corpórea (o corpo vivo do humano) ‘dentro’ de um ente simplesmente dado. O *ser-em* não pode indicar que uma coisa simplesmente dada está, espacialmente, ‘dentro de outra’ porque, em sua origem, o ‘em’ não significa de forma alguma uma relação espacial desta espécie; ‘em’ deriva-se de *innam-*, morar, habitar, deter-se; ‘an’ significa: estou acostumado a, habituado a, familiarizado com, cultivo alguma coisa; possui o significado de *colo*, no sentido de *habito* e *diligo*. O ente, ao qual pertence o *ser-em*, neste sentido, é o ente que sempre eu mesmo sou. A expressão ‘sou’ conecta-se a ‘junto’; ‘eu sou’ diz por sua vez: eu moro, detenho-me junto... ao mundo, como alguma coisa que, deste ou daquele modo, me é familiar. Como infinitivo de ‘eu sou’, isto é, como existencial, ser significa morar junto a, ser familiar com. *O ser-em é, pois, a expressão formal e existencial do ser da presença (ser-aí) que possui a constituição essencial de ser-no-mundo* (HEIDEGGER, 2013, p. 99-100, grifo do autor).

O *ser-em* indica que espacialidade do *ser-aí*, que se torna manifesta por meio da estrutura *ser-no-mundo*, é a condição de possibilidade de todo o espaço que deriva do poder-ser do *ser-aí*. Ela é condição de possibilidade, pois é mais originária e desse modo permite toda a derivação dos outros modos-de-ser do espaço, como o espaço geométrico, o espaço natural e até mesmo o próprio espaço geográfico. O que o *ser-em* aponta é uma experiência de relação com o espaço que desde a espacialidade constitutiva do *ser-aí* é mais originária do que o espaço pensado a partir da cisão entre espírito e natureza, isto é, sujeito *versus* objeto, pois nessa condição mais originária, já sempre se deu uma abertura compreensiva do espaço em meio a dinâmica de realização da estrutura *ser-no-mundo*.

Dizer isso é apontar para a necessidade de se pensar de que modo à ontologia na Geografia, ou seja, a questão sobre a natureza do espaço geográfico já sempre se movimentou a partir de um modo de determinação do ser do espaço que na última consequência desconsiderou a tematização do Ser em geral. Seguindo o caminho heideggeriano, isso quer dizer que a ontologia da Geografia não investigou o modo de ser desse ente que é em si mesmo espacial, isto é, a espacialidade constitutiva do *ser-aí* por meio da estrutura *ser-no-mundo*. Mas, o que poderia significar para o debate ontológico da Geografia essa investigação? Essa questão traz à tona a necessidade de se retomar uma vez mais o argumento presente no início desse tópico, isto é, a *analítica do ser-aí* deve significar para o debate sobre a fundamentação ontológica da Geografia que essa *analítica* não deve se orientar de maneira inicial para a perspectiva de desenvolvimento de outra teoria do espaço geográfico ou algo nesse sentido, mas deve primeiramente fazer repercutir aquilo mesmo em que essa *analítica* se movimenta na medida em que das questões que foram abordadas nessa pesquisa, desde a fenomenologia hermenêutica de Heidegger, entende-se que no âmbito do debate ontológico na Geografia, o que de maneira inicial deve repercutir possuiu como princípio a determinação do Ser como



“substância”, isto é, como *presença constante* que orientou Descarte em sua definição do espaço como *res extensa*.

Heidegger, ao tornar manifesto essa determinação do Ser no pensamento cartesiano trouxe à tona o legado da tradição, na medida em que essa determinação do Ser, que remonta ao pensamento grego, permaneceu vigorando em toda filosofia ocidental tendo sempre sido assumida de modo irrefletido e não questionado. Esse modo de pensar e determinar o Ser por meio da “substância” é o que o filósofo nomeia como metafísica. Nesse sentido, toda a ontologia que se oriente por uma determinação do Ser como “substância” é na verdade uma ontologia metafísica. Mas, de que modo essa ontologia metafísica se articula com o debate ontológico existente no interior da Geografia atual? Notadamente, o debate ontológico na Geografia se desenvolveu de maneira mais consistente e sistemática, primeiramente, no horizonte da crítica radical a partir da década de 1970 no bojo do movimento de renovação da disciplina, tomando como referências as coordenadas do pensamento marxista, definiu um princípio de determinação do ser social, estabelecendo assim, a produção social do espaço como equivalente a definição do espaço geográfico (CALÇAVARA, 2013; PEDROSA, 2012; REIS, 2009, 2012). No entanto, esse horizonte ao determinar o ser do espaço geográfico por meio de uma ontologia fundada no ser social permaneceu assumindo uma determinação do Ser irrefletida e não questionada, assim como em Descarte, promovendo uma assunção do Ser legada pela tradição na medida em que nas últimas consequências permaneceu pensando o Ser como uma “substância”, isto é, como uma *presença constante*.

O horizonte humanista, mais recentemente, desenvolveu uma ontologia que se funda na geograficidade (HOLZER, 1998, 2010a, 2010b, 2001; MARANDOLA JR. 2012; DAL GALLO, 2015; DAL GALLO; MARANDOLA JR., 2015a, 2015b). No entanto, em função da leitura humanista de Heidegger nesse horizonte, obstruiu-se o significado da *analítica do ser-ai* e, conseqüentemente, sua ontologia fundada na geograficidade se orientou na perspectiva de recorrer ao pensamento de Heidegger tendo em vista a incorporação de “noções heideggerianas” por meio de “analogias formais” com a conceptualidade característica da Geografia. Portanto, não se reconheceu o risco da “transgressão categorial” presente em toda assimilação do pensamento desse filósofo no interior de uma ciência. Isso é um demonstrativo que mesmo o horizonte humanista não foi capaz de compreender o papel dessa *analítica* na Ontologia fundamental do filósofo.

Como foi dito no início desse tópico, não se deve buscar o conceito de espaço geográfico em Heidegger, no entanto, toda determinação conceitual desse conceito sempre se assenta em

uma determinada compreensão do Ser. Acreditamos que essa seja a contribuição fundamental que o pensamento desse filósofo pode oferecer para a Geografia, na medida em que numa atitude “regressiva” buscar-se-ia investigar a determinação do Ser que subjaz a toda determinação conceitual do espaço geográfico. Isso contribuiria de maneira decisiva para o amadurecimento dessa ciência, pois,

O “movimento” próprio das ciências se desenrola através da revisão mais ou menos radical e, para elas próprias, não transparente dos conceitos fundamentais. O nível de uma ciência determina-se pela sua *capacidade* de sofrer uma crise em seus conceitos fundamentais. Nessas crises imanentes da ciência, vacila e se vê abalado o relacionamento das investigações positivas com as próprias coisas questionadas [...] (HEIDEGGER, 2013, p. 45, grifo do autor)

Isso traz à tona a necessidade de uma investigação ontológica na Geografia que se desenvolva sem a necessidade de se estar associada à elaboração epistemológica dessa ciência, visto que tanto no horizonte humanista como no horizonte da crítica radical terem sido marcados fortemente pela necessidade de se buscar em suas respectivas fundamentações ontológicas a fonte da qual se elaboram e desenvolveram-se suas respectivas bases teórico-metodológicas. Isso significa dizer que suas investigações ontológicas sempre se movimentam de maneira positiva na medida em que assumem uma determinação do fundamento que não é mais posta em questão.

A reabilitação da questão ontológica na Geografia através da fenomenologia hermenêutica designa propriamente o caminho investigativo que toma como princípio essa atitude “regressiva” por meio da *analítica do ser-aí*. Pois, como foi indicado anteriormente, a espacialidade constitutiva do *ser-aí* se funda no *ser-em* que se manifesta na dinâmica de realização do *ser-no-mundo*. Desse modo, a reabilitação da questão ontológica na Geografia deve se guiar pela *analítica do ser-aí* enquanto modo de orientar e conduzir a investigação do ente geográfico. Essa reabilitação aponta para a estrutura *ser-no-mundo* e a *mundaneidade do mundo* como dimensões constitutivas desse caminho de investigação fenomenológico-hermenêutico.

Desse modo, esse movimento de reabilitação apenas se tornará possível se tomar como meta um esforço de “reentrada” no pensamento de Heidegger através de sua fenomenologia hermenêutica. Dizer isso é reconhecer que a presente pesquisa buscou contribuir com esse movimento, de maneira muito simplória, ao buscar trazer à tona, de maneira muito breve, os aspectos do modo mesmo como a *questão do Ser* foi abordada na Ontologia fundamental, seguindo como fio condutor da questão a investigação do *ser-aí* por meio de sua *analítica*. E consequentemente, as repercussões que esse modo de tratar a ontologia pode ter no âmbito

mais restrito da Geografia. Por fim, essa reabilitação pretende indicar a necessidade de se reter o modo positivo com o qual a ontologia foi tratada em nossa disciplina, isto é, uma investigação ontológica que sempre se orientou para uma determinação operacionalizável do Ser, isto é, de seu fundamento, tendo-o como base para as elaborações teórico-conceitual da disciplina. Essa reabilitação precisa assumir uma reflexão autônoma que se oriente para o lugar mesmo em que esses fundamentos brotam. Esse lugar possui como condição de possibilidade a compreensão pré-ontológica do *ser-aí*. Por isso se faz necessário tomar o *ser-aí* como fio condutor dessa investigação.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa abordou o tema da relação entre o horizonte humanista e a fenomenologia na Geografia. A análise desse tema teve como foco o papel que a assimilação da fenomenologia como uma vertente filosófica da geografia humanista exerceu na absorção humanista do pensamento do filósofo Martin Heidegger na Geografia. Essa análise demonstrou que há uma incompatibilidade na assimilação humanista do pensamento de Heidegger na disciplina na medida em que uns dos traços fundamentais de sua obra é sua oposição ao humanismo.

Como foi evidenciado pela pesquisa esse perfil de interpretação humanista do pensamento de Heidegger, legado à Geografia pelo horizonte humanista desde a década de 70, permanece vigorando na disciplina, pois o filósofo continua sendo requisitado como matriz fenomenológica na geografia humanista. Esse legado foi resultado em grande medida daquilo que Pickles (1985) definiu por meio da “fenomenologia geográfica”. Pois, nesse sentido, foi a própria distorção inicial da natureza da fenomenologia demonstrada por meio da “fenomenologia geográfica” que permitiu uma interpretação humanista de Heidegger na Geografia.

Contraditoriamente, apesar da conquista que a distinção estabelecida por Pickles (1985) entre “fenomenologia geográfica” e “geografia fenomenológica” representou para Geografia no que se refere à clarificação da natureza da fenomenologia, e consequentemente, do lugar de sua assimilação no interior da ciência geográfica, principalmente, tratando-se do pensamento de Heidegger, essa distinção não foi devidamente considerada nas pesquisas recentes vinculadas a vertente fenomenológica do horizonte humanista no Brasil, que se desenvolveram a partir do pensamento desse filósofo. Pois, mesmo que menções à “fenomenologia geográfica” estejam presente em algumas dessas pesquisas o que ocorre de modo geral é sua reprodução. O que pôde ser constatado pela presente pesquisa através dos estudos de casos precipitados, tributários de noções do pensamento heideggeriano – precipitados na medida em que não clarificaram o papel de seu pensamento no interior da Geografia - assim como, a manutenção da requisição do seu pensamento como base de uma matriz fenomenológica na geografia humanista passando ao largo da sua oposição ao próprio humanismo.

A partir desse ponto, a pesquisa buscou reorientar a interlocução com o filósofo na ciência geográfica, tendo em vista a reabilitação do problema da fundamentação ontológica desta ciência como uma alternativa que permite estabelecer um diálogo fecundo com o filósofo.

Essa reabilitação da questão ontológica na geografia, proposta pela pesquisa, através da fenomenologia hermenêutica de Heidegger teve em vista três argumentos fundamentais. Primeiramente, promover uma interpretação da fenomenologia distinta do modo pelo qual ela foi interpretada pela “fenomenologia geográfica”. Posteriormente, em função dessa forma distinta de interpretação - que se deu pela fenomenologia hermenêutica de Heidegger - buscar indicar que sua assimilação na geografia deveria se orientar para o problema da fundamentação ontológica dessa ciência. Por fim, esses argumentos apenas tangenciam aquilo que seria a questão primordial na medida em que se assumindo a fenomenologia-hermenêutica heideggeriana como uma via de assimilação da fenomenologia, e consequentemente, sua Ontologia fundamental o que vem à tona é a relação inequívoca dessa ontologia com *analítica do ser-aí*. Sendo assim, a reabilitação da investigação ontológica na geografia se justifica como sendo uma própria imposição do método fenomenológico-hermenêutico. Trata-se de uma reabilitação, pois sua investigação se orientaria pela *analítica do ser-aí* o que estabeleceria, portanto, um modo muito distinto de investigação da ontológica na Geografia e da própria interpretação do pensamento de Heidegger nessa disciplina.

De fato, os argumentos sublinhados no parágrafo anterior são essenciais, visto que, o modo predominante com o qual as investigações ontológicas se desenvolveram na geografia, seja no horizonte da crítica radical, seja no horizonte humanista, serem marcadas fortemente por uma determinação do ser que nas últimas consequências não foram explicitamente tematizadas. Essa não tematização é evidenciada, por um lado pela determinação ontológica do ser social da produção do espaço geográfico no horizonte crítico, e por outro lado, pela determinação da geograficidade como fundamento ontológico no horizonte humanista. Mas como é possível afirmar que essas determinações ontológicas não foram tematizadas por esses horizontes na geografia? Essa afirmação, toma como referência o fato de que essas investigações ontológicas sempre se movimentarem a partir de uma determinação do Ser como uma essência ou substância, cuja determinação acaba assumindo um papel de fundamento para elaboração conceitual da disciplina. Desse modo, a *questão sobre o sentido do Ser* enquanto questão não é colocada. O fundamental aqui não é indicar que essa perspectiva de pensar o papel da ontologia na Geografia esteja errada, ao contrário, cabe reconhecer que essas determinações ontológicas contribuíram de maneira decisiva para o amadurecimento epistemológico dessa ciência. Mas esse é o único papel da investigação ontológica, isto é, servir apenas para alimentar a epistemologia de uma ciência? O papel que a investigação ontológica pode assumir no interior de uma ciência toma um sentido muito distinto sob as

coordenadas do pensamento de Heidegger. Pois, ao buscar reorientar a interlocução com o pensamento do filósofo na Geografia a partir da reabilitação da investigação ontológica na disciplina, a pesquisa expôs a relação irrefutável entre a *questão sobre o sentido do ser* e a *analítica do ser-aí*. Essa relação é o que constitui propriamente a sua Ontologia fundamental na medida em que o pensador estabeleceu como fio condutor da reabilitação da investigação ontológica a *analítica do ser-aí*.

Assim sendo, como foi indicado pela presente pesquisa, a reabilitação da investigação ontológica na geografia pela via da fenomenologia hermenêutica de Heidegger deve-se orientar por essa *analítica*. Essa investigação não se conduziria com a perspectiva de se estabelecer um novo fundamento que permitisse novas elaborações conceituais para disciplina, ela precisa reter esse modo operacionalizável com o qual a ontologia foi tratada nessa ciência. Ao contrário, ao tomar a *analítica do ser-aí* como fio condutor da reabilitação da investigação ontológica na geografia, o que se quer é indicar, a necessidade de clarificar o modo-de-ser desse ente que é em si mesmo originariamente espacial, isto é, o *ser-aí*. Dizer isso, não é atribuir ao *ser-aí* uma condição solipsista, que acarretaria numa concepção de espaço dissociada do mundo, portanto, idealista. Dizer que o *ser-aí* é originariamente espacial é expor que esse ente que todos nós somos já é sempre familiarizado com o modo com o qual os entes sempre vem ao nosso encontro, essa familiaridade é expressa pelo *existencial ser-em*, e esses entes sempre vem ao nosso encontro em meio a um mundo, por isso, sua *analítica* desvela de maneira primordial a estrutura *ser-no-mundo*.

Essas indicações acabam por revelar que enquanto indicações, apenas acenam para um caminho investigativo, por esse motivo, trata-se de uma reabilitação da investigação ontológica na geografia na medida em que se propõe reter a questão, não conduzindo essa investigação com a expectativa de torná-la operacionalizável conceitualmente, ao contrário se busca clarificar o papel da *analítica do ser-aí* no interior dessa ciência.

A pesquisa buscou contribuir com essa clarificação ao colocar em evidência o *existencial ser-em* e dê como toda a espacialidade do *ser-aí* se funda nesse *existencial*. O *ser-em* aponta para o fato de que essa espacialidade se torna manifesta por meio da estrutura *ser-no-mundo*, por esse motivo, essa espacialidade do *ser-aí* precisa ser pensada através de sua relação direta com a *mundaneidade do mundo*. Pensar a espacialidade do *ser-aí* por meio da estrutura *ser-no-mundo* é trazer à tona na investigação ontológica, hoje em curso na geografia, uma circunstância que precisa ser profundamente considerada na medida em que, a ontologia nessa disciplina, desenvolveu-se a partir da cisão moderna operada por Descartes entre sujeito e

objeto, no entanto, a estrutura *ser-no-mundo* é anterior a essa cisão. É, portanto, nesse sentido, que a pesquisa argumenta que é necessária uma investigação ontológica que se desenvolva de maneira autônoma, pois, é preciso esclarecer de que modo se articulam o *ser-no-mundo* - como um fenômeno anterior a cisão do pensamento moderna - com a espacialidade do *ser-aí* e como essa articulação precisa sempre ter em vista a *mundaneidade do mundo*. Evidentemente, a presente pesquisa não pôde esclarecer de maneira mais detida essa articulação, a pesquisa apenas se limitou a indicar alguns elementos que precisam ser considerados na reabilitação da ontologia na Geografia por meio da fenomenologia hermenêutica de Heidegger.

## REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, Oswaldo B. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, ano 11, n. 21 e 22, p. 67-87, jan./dez. 1999.
- BERNAL ARIAS, Diana Alexandra. **A rosa do deserto: hidropoética do lugar no habitar contemporâneo**. 2015. 120f. Dissertação. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Unicamp, 2015.
- BLANC, Mafalda de Faria. **Estudos sobre o ser**. Lisboa: Editora Fundação Calouste Gulbenkian, 1998.
- BORHEIM, Gerd. **Metafísica e Finitude**. São Paulo: Editora Perspectiva, 1970.
- BUTTIMER, Anne. Apreendendo o dinamismo do mundo vivido. In: CHRISTOFOLETTI, A. (org.) **Perspectivas da geografia**. São Paulo: Difel, 1982. p. 167- 193.
- CALÇAVARA, Reginaldo Alex. **O sentido da ontologia do espaço para a dissolução da dicotomia geografia física-geografia humana: estudo sobre o caso da geografia crítica brasileira a partir do pensamento de Martin Heidegger**. 2013. Dissertação. 153f. (Mestrado em geografia). Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, 2013.
- CASANOVA, Marco Antônio. **Compreender Heidegger**. 4. ed. RJ: Vozes, 2013a.
- \_\_\_\_\_. **Eternidade frágil: ensaio de temporalidade na arte**. RJ: Via Veritas, 2013b.
- CERBONE, David R. **Fenomenologia**. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.
- CLAVAL, Paul. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2011.
- \_\_\_\_\_. **História da Geografia**. São Paulo: Edições 70, 2007.
- CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço um conceito-chave da Geografia. In:\_\_\_\_. **Geografia: conceitos e temas**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- DAL GALLO, Priscila M. **A ontologia da Geografia à luz da obra de arte: o embate Terra-Mundo em "Out of África"**. 2015. Dissertação. 97f. (Mestrado em geografia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Unicamp, 2015.



DAL GALLO, Priscila M.; MARANDOLA JR., Eduardo. O conceito fundamental de mundo na construção de uma ontologia da geografia. **GEOUSP: espaço e tempo**, v. 19, p. 551-563, 2015b.

DAL GALLO, Priscila M.; MARANDOLA JR., Eduardo; MARANDOLA JR. O pensamento heideggeriano na obra de Éric Dardel: a construção de uma ontologia da Geografia como ciência existencial. **Revista da ANPEGE**, v. 11, p. 173-200, 2015a.

DE PAULA, Fernanda Cristina. **Constituição do habitar: reassentamento do Jd. São Marcos para o Jd. Real**. 2010. Dissertação. 129f. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Unicamp, 2010.

DO CARMO, Valéria Amorim. Por um habitar poético: o encontro da fotografia com a poesia de Manoel de Barros. **Revista da Abordagem Gestáltica-Phenomenological Studies**, v. XXI, n. 2, p. 134-139, 2016

ELDEN, Stuart. Between Marx and Heidegger: Politics, Philosophy and Lefebvre's *The Production of Space*. **Antipode**, UK, V. 36, p. 86-105. 2004.

\_\_\_\_\_. **Mapping the Present: Space and History in the Work of Friedrich Nietzsche, Martin Heidegger and Michel Foucault**. 1998. 293f. Tese (Doutorado em Filosofia). Departament of Government at Brunel, UK, 1998.

\_\_\_\_\_. **Mapping the Present: Heidegger Foucault and the Project of a Spatial History**. London: Continuum, 2001.

\_\_\_\_\_. **Speaking Against Number: Heidegger, Language and the Politics of Calculation**. UK: Edinburg University Press, 2006.

ENTRIKIN, J. Nicholas. Contemporary humanism in geography. **Annals of the Association Americans Geographers**, Washington, v.66, n.4, p. 615-632, 1976.

FERREIRA, Rafael Bastos. Geografia existencialista: notas para uma fenomenologia da humanidade. **R. Ra'e Ga** – Curitiba, v. 29, p. 157-176, dez/2013.

\_\_\_\_\_. Husserl, mundo-da-vida e geografia. **Revista da Abordagem Gestáltica-Phenomenological Studies**, v. XXI, n. 2, p. 119-126, 2016b.

\_\_\_\_\_. **Mundo-da-vida como fundamento vital para as políticas de adaptação**. 2016a. 96f. (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Ciências Aplicadas, 2016a.

FREIRE, Janaina Mourão. Habitar a terra e a gente do lugar: uma abordagem fenomenológica para compreensão da memória de seringueiros do estado do Acre. **Geograficidade**, v.3, n.1, p. 66-78, verão 2013.

GADAMER, Hans-Georg. **Hermenêutica em retrospectiva**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

GALVÃO FILHO, Carlos Eduardo Pontes. **Por abismos...casas...mundos...a geosofia como narrativa fenomenológica**. 2016. Dissertação. 120f. (Mestrado em geografia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, Unicamp, 2016.

GERALDES, Eduardo Simões. Horizonte do Mundo Vivido: reflexões sobre a contribuição da Hermenêutica para a Geografia Humanista. **Geograficidade**, SP, V.1, N. 1. Inverno 2011.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. **Geografia e Modernidade**. 9ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

GOTO, Tommy Akira. Fenomenologia, Mundo-da-Vida e crise das ciências: a necessidade de uma Geografia fenomenológica. **Geograficidade**, SP, V.3, N.2. Inverno 2013.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo**. 8º. ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2013.

\_\_\_\_\_. **Sobre o humanismo**. 3º. ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro 2009.

HENRIQUES, Rafael Paes. **Tecnologia, objetividade e superação da metafísica**. Vitória: EDUFES, 2014.

HOLZER, Werther. Mundo e Lugar: Ensaio de Geografia. In: \_\_\_\_\_. **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014. p.281-304.

HOLZER, Werther. A Geografia Humanista: uma revisão. **Espaço e Cultura (UERJ)**, v. ed. co, p. 137-147, 2008.

\_\_\_\_\_. A construção de uma outra ontologia geográfica: a contribuição de Heidegger. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 35, n. 2, p. 241-251, mai./ago. 2010a.

\_\_\_\_\_. A geografia fenomenológica de Eric Dardel. In: Rosendahl, Zeny; Corrêa, Roberto Lobato. (Org.). **Matrizes da geografia cultural**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2001. p. 103-122.

\_\_\_\_\_. A Geografia Humanista Anglo-Saxônica: de suas origens aos anos 90. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.55, nº. 1/4, p. 109-146, 1993.

\_\_\_\_\_. **A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990.** 1992. Dissertação. 550f. (Mestrado em Geografia). Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1992.

\_\_\_\_\_. **A Geografia Humanista: sua trajetória de 1950 a 1990.** Londrina: Eduel, 2016.

\_\_\_\_\_. **Um estudo fenomenológico da Paisagem e do Lugar: a crônica dos viajantes no Brasil do século XVI.** 1998. Tese. 234f. (Doutorado em Geografia). Pós-Graduação em Geografia Humana, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

\_\_\_\_\_. Uma discussão fenomenológica sobre os conceitos de Paisagem e Lugar, Território e Meio Ambiente. **Revista Território**, ano II, n.º 3, pg. 77-85, jul/dez, 1997.

\_\_\_\_\_. O Lugar na geografia humanista. **Revista Território**, ano IV, n.º 7, pg. 67-78, jul/dez, 1997

\_\_\_\_\_. O método fenomenológico: Humanismo e a construção de uma nova Geografia. In: ROSENDAL, Zeni; CORREA, Roberto Lobato (Org.). **Temas e Caminhos da Geografia Cultural.** RJ: Eduerj, 2010b. p 37-71.

JORONEN, Mikko. Dwelling in the sites de finitudes: resisting the violence of the metaphysical. **Antipode: A Radical Journal of Geography**, v. 43, pg. 1127-1154, 2011.

\_\_\_\_\_. Heidegger, Event and the ontological politics of the site. **Transactions of the Institute of British Geographers**, v. 38, pg. 627-638, 2013.

\_\_\_\_\_. Heidegger on the History of Machination: Oblivion of Being as Degradation of Wonder. **Equinoxonline**, v. 13, pg. 351-376, 2012.

\_\_\_\_\_. The technological metaphysics of planetary space: being in the age of globalization. **Environment and Planning D: Society and Space**, V. 26, pg. 596-610, 2008.

\_\_\_\_\_. **The Age of Planetary Space: On Heidegger, Being, and Metaphysics of Globalization.** 2010. 227f. Tese (Doutorado em Geografia) - Departamento de Geografia, Universidade de Turku, 2010.

KIRCHNER, Renato. Da analítica existencial à ontologia fundamental. **Sofia**, v. XII, n. 17 e 18, p. 157-188, 2007.

LEÃO, Emmanuel Carneiro. A fenomenologia de Edmund Husserl e a fenomenologia de Martin Heidegger. **Sofia**, v. XII, n. 17 e 18, p. 69-85, 2007.

LEY, David; SAMUEL, Marwyn S. **Humanistic geography: prospects and problems**. Chicago: Maaroufa Press, 1978.

\_\_\_\_\_.; Fragmentations, coherence, and limits to theory in human geography. In: KOBAYASHI, Audrey; MACKENZIE, Suzanne. (Orgs). **Remaking human geography**. Boston Unwin Hyman, 1989.

LIMA, Elias Lopes de. **Encruzilhadas geográficas: notas sobre a compreensão do sujeito na teoria social**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.

MARANDOLA Jr., Eduardo. Arqueologia fenomenológica: em busca da experiência. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 25, p. 67-79, 2005a.

\_\_\_\_\_. Da existência e da experiência: origens de um pensar e de um fazer. **Cadernos de Geografia**, Belo Horizonte, v. 15, n. 24, p. 49-67, 2005b.

\_\_\_\_\_. Fenomenologia e Pós-Fenomenologia: Alternativas e projeções do fazer geográfico humanista na geografia contemporânea. **Geograficidade**, RJ, v.3, n.2, Inverno. 2013.

\_\_\_\_\_. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. 2008. Tese. 278f. (Doutorado em Geografia). Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Geociências, 2008.

\_\_\_\_\_. **Habitar em risco: mobilidade e vulnerabilidade na experiência metropolitana**. SP: Blucher, 2014a.

\_\_\_\_\_. Heidegger como matriz do pensamento fenomenológico em Geografia. In: **II Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico – ENHPG**, 2, 2009, São Paulo. Anais... São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. Heidegger e o pensamento fenomenológico em Geografia: sobre os modos geográficos de existência. **Geografia**, Rio Claro, v. 37, p. 81-94, jan/abr. 2012.

\_\_\_\_\_. Humanismo e a abordagem cultural em Geografia. **GEOGRAFIA**, Rio Claro, v. 30, n. 3, p. 393-419, set/dez. 2005c.

\_\_\_\_\_. Identidade e autenticidade dos lugares dos lugares: o pensamento de Heidegger em Place and Placelessness, de Edward Relph. In: **XVI Encontro Nacional de Geógrafos – ENG**, 16, 2010, Porto Alegre. Anais... Porto Alegre: AGB, 2010.

\_\_\_\_\_. Identidade e autenticidade dos lugares dos lugares: o pensamento de Heidegger em Place and Placelessness, de Edward Relph. **Geografia**, Rio Claro, v. 41, n. 01, p. 05-15, jan/abr. 2016.

\_\_\_\_\_. “Londrinas” invisíveis: percorrendo cidades imaginárias. 2003. Trabalho de conclusão de curso. 242f. (Bacharelado em Geografia). Universidade Estadual de Londrina, 2003.

\_\_\_\_\_. Prefácio. In: DARDEL, Eric. **O Homem e a Terra: natureza da realidade geográfica**. São Paulo: Editora perspectiva, 2011.

\_\_\_\_\_. Sobre ontologias. In: \_\_\_\_\_. **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014b. p. XIII-XVII.

\_\_\_\_\_. Lugar Enquanto Circunstancialidade. In: \_\_\_\_\_. **Qual o espaço do lugar?: geografia, epistemologia, fenomenologia**. São Paulo: Perspectiva, 2014c. pg. 227-248.

MELLO, João B. F. Descortinando e (re)pensando categorias espaciais com base na obra de Yi-fu Tuan. In: CORRÊA, Roberto L.; ROSENDAHL, Zeny (orgs.) **Matrizes da Geografia Cultural**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001, p. 87-101.

\_\_\_\_\_. Valores em Geografia e o Dinamismo do Mundo Vivido na obra de Anne Buttmer. **Espaço e Cultura**, UERJ, Rio de Janeiro, n. 19-20, p. 33-40, jan/dez. 2005.

MOREIRA, Ruy. **Geografia e práxis: a presença do espaço na teoria e na prática geográfica**. São Paulo: Contexto, 2012.

NOGUEIRA, Amélia Regina batista. A Geografia e a experiência do mundo. In: BOMFIM, Paulo R. A.; SOUSA NETO, Manoel F. (orgs.) **Geografia e pensamento geográfico no Brasil**. São Paulo: Annablume, 2010, p. 219-226.

\_\_\_\_\_. Uma interpretação fenomenológica em geografia. In: DANTAS, Aldo; GALEANO, Alex (Orgs). **Geografia: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares**. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina, 2008.

NOGUEIRA, Laelia Regina Batista. Arquitetura Vernacular e Paisagem Amazônica: um caminho na busca pelo habitar poético. **Revista Gestáltica-Phenomenology Studies**. v. XXI, n. 2, p. 171-180, 2016

PÁDUA, Letícia Carolina Teixeira. **A geografia de Yi-Fu Tuan: essências e permanências**. 2013. Tese. 206f. (Doutorado em Geografia). Pós-Graduação em Geografia Física, Universidade de São Paulo, 2013.

PEDROSA, Breno Viotto. A Geografia Crítica Brasileira e o Debate Sobre Ontologia do Espaço: Uma Aproximação. **Geografares**, Vitória, nº 11, p. 139-168, 2012.

PICKLES, John. **Phenomenology, science and geography**: spatiality and the human sciences. Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

REIS, Deyvid Fernando. **O sentido de lugar para os catadores-carrinheiros em Londrina (PR)**. 2010. 83f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2010.

REIS, Luís Carlos Tosta dos. Ontologia da Produção do espaço na Geografia: uma abordagem do tema através do diálogo entre Milton Santos e Heidegger sobre a técnica. **Geografares**, Vitória nº 13, p. 01-39, dez. 2012.

\_\_\_\_\_. Ontologia do espaço e movimento de renovação crítica da geografia: o desafio da diferença ontológica. **Geografares**, Vitória, nº 7, p. 111-122, dez. 2009.

REIS, Luís Carlos Tosta dos; SANTOS, Josimar Monteiro. **O RESGATE DA INVESTIGAÇÃO ONTOLÓGICA NA GEOGRAFIA ATRAVÉS DA FENOMENOLOGIA-HERMENÊUTICA DE MARTIN HEIDEGGER**. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional da ANPEGE, Porto Alegre, 2017.

REIS, Róbson Ramo dos. **Aspectos da modalidade: a noção de possibilidade na fenomenologia hermenêutica**. RJ: Via Veritas, 2014.

RELPH, Edward C. An inquiry into the relations between phenomenology and geography, **The Canadian Geographer/Le Géographe canadien**, v. 14, n. 3, p. 193–201, set. 1970.

\_\_\_\_\_. **Rational Landscapes and Humanist Geography**. New York, USA: Routledge, 1981.

\_\_\_\_\_. As bases fenomenológicas da geografia. **Geografia**, v.4, n. 7, p.1-25, 1979.

RICOEUR, Paul. **Na escola da fenomenologia**. RJ: Vozes, 2009.

SANTOS, Josimar Monteiro; REIS, Luís Carlos Tosta dos. **HORIZONTE HUMANISTA NA GEOGRAFIA E A FENOMENOLOGIA: O PROBLEMA DA “FENOMENOLOGIA GEOGRÁFICA”**. Trabalho apresentado no XII Encontro Nacional da ANPEGE, Porto Alegre, 2017.

SANTOS, Milton. O espaço geográfico como categoria filosófica. **Terra Livre**, n. 5, São Paulo, 1988, p. 9-20.

SARAMAGO, Ligia. A “**topologia do ser**”: lugar espaço e linguagem no pensamento de **Martin Heidegger**. Rio de Janeiro: Ed.. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2008.

SCHMIDT, Lawrence K. **Hermenêutica**. 3. ed. Petrópolis RJ: Vozes 2014.

SERPA, Angelo. Fenomenologia transcendental como fundamento de uma fenomenologia da paisagem: notas sobre um exercício prático de redução fenomenológica. **Geograficidade**, v. 6, n. 1, p. 18-30. 2016.

SOKOLOWSKI, Robert. **Introdução à fenomenologia**. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

ZAHAVI, Dan. **A fenomenologia de Husserl**. Rio de Janeiro: Via Veritas, 2015.